

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

PAULO SERGIO GUSMÃO

**CENTRO E CENTRALIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DA PEQUENA CIDADE DE TERRA BOA-PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2019**

PAULO SERGIO GUSMÃO

**CENTRO E CENTRALIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NA PEQUENA CIDADE DE TERRA BOA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.
Orientador: Dr. Marcos Clair Bovo.

**CAMPO MOURÃO – PR
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

G982c Gusmão, Paulo Sérgio
Centro e centralidade na produção do espaço urbano na pequena cidade de Terra Boa-PR / Paulo Sérgio Gusmão. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR, 2019. 173 f. : il. ; color.

Orientador: Dr. Marcos Clair Bovo.
Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2019.
Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Espaço Urbano. 2. Cidade. 3. Centro da Cidade. I. Bovo, Marcos Clair (orient).
II. Terra Boa-PR. III. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, PR.
IV. UNESPAR. V. Título.

CDD 21.ed. 307.7681
307.762
307.342

PAULO SERGIO GUSMÃO

**CENTRO E CENTRALIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA
PEQUENA CIDADE DE TERRA BOA-PR**

BANCA EXAMINADORA

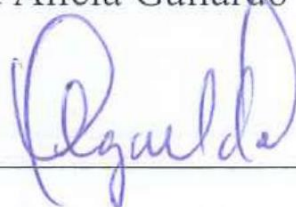
Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr^a. Olga Alicia Gallardo Milanés – UPH/ Juíz de Fora



Data de Aprovação

02/12/2019

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Quero por meio dos agradecimentos expressar minha gratidão a todos aqueles que permitiram o desenvolvimento dessa dissertação durante os dois anos dessa pesquisa de mestrado, dando apoio e contribuições, principalmente:

- ❖ A Universidade Estadual do Paraná por disponibilizar seu espaço para a construção da minha caminhada acadêmica desde da graduação em geografia até o mestrado. E pelo seu ensino público, gratuito e de qualidade.
- ❖ Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Unespar/Campus de Campo Mourão), ao secretário Caio e pelo corpo docente do programa que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa e meu amadurecimento como pesquisador ao longo desses dois anos.
- ❖ Ao Prof. Dr. Marcos Clair Bovo por ter auxiliado dando orientações e contribuições que foram essenciais para a constituição da pesquisa e dessa dissertação.
- ❖ Aos Profs. Drs. Fábio Rodrigues da Costa e Carlos Roberto Loboda pelas sugestões e contribuições fornecidas durante a banca de qualificação.
- ❖ Ao Prof. Dr. Ricardo Luiz Töws pelas discussões, sugestões e apontamentos teóricos e bibliográficos fornecidos em sua disciplina especial “Direito à cidade no Brasil: avanços e retrocessos”.
- ❖ Ao Prof. Dr. Edson Noriyuki Yokoo pelas suas orientações, sugestões e apontamentos bibliográficos que foram importantes para a compreensão da inserção do processo de formação histórica da cidade de Terra Boa (PR) dentro do contexto de colonização do norte e noroeste do Paraná.
- ❖ A Prefeitura Municipal de Terra Boa, especialmente o Alexandro e o Sidival, pelo fornecimento dos documentos, legislações, plano diretor e os mapas necessários para análise dos dados. E ao senhor Olavo Fadel pelo fornecimento de seu importante acervo fotográfico da cidade de Terra Boa.
- ❖ E por último, aos meus pais José Honório Gusmão e Cleunice Ferrari Gusmão por me apoiarem ao longo da minha caminhada acadêmica.

EPÍGRAFE

“Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer a espécie humana” (Edgar Morin, 2019).

“A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro” (Albert Einstein, 2019).

“O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é esse um dos dramas atuais da sociedade brasileira?” (Milton Santos, 2019).

RESUMO

GUSMÃO, Paulo Sergio. **Centro e centralidade na produção do espaço urbano da pequena cidade de Terra Boa-PR**. 166f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

Os estudos de centro e centralidade são imprescindíveis para elucidar as características e especificidades das cidades e conseqüentemente de pontos específicos, como ruas e avenidas, que ao se colocarem como centros, delineiam em si áreas de influência que congregam sua centralidade em relação a outras áreas urbanas dependentes de seu centro. Diante disso, a pesquisa objetiva analisar a área central da cidade de Terra Boa, destacando as principais centralidades existentes. Para tanto, levantamos as seguintes questões problematizadoras: a) Qual(ais) a(s) centralidade(s) exercida(s) pela cidade de Terra Boa? b) Como delimitar o centro da cidade? c) Quais os tipos de serviços e o que existe nesse centro urbano? Como aportes metodológicos foram utilizados: pesquisa bibliográfica, pesquisa *in loco*, mapeamento do uso e ocupação do solo, levantamento de dados da legislação em órgão municipal. Os resultados indicam que o centro de Terra Boa é constituído pelos eixos formados pela Avenida Brasil e suas ruas adjacentes, sendo *locus* dos principais comércios e serviços especializados e também das instituições públicas e de gestão. Dentre os fatores que garantem a consolidação do centro, destacamos aqueles que propiciam a cidade a manter relações com outros municípios do entorno e que não restringe à atuação da área central somente para a população local, sendo eles: o setor clínico-hospitalar que presta serviços médicos para moradores de outras cidades na área de atendimento especializado, especialmente geriatria e obstetrícia e para realização de exames médicos em clínicas particulares; o setor industrial, especialmente o têxtil, o alimentício e de embalagens plásticas, cuja produção é destinada para outros polos nacionais e internacionais; e por último, as empresas locais ligadas aos setores de comunicação e informática que prestam serviços de manutenção e de internet para outras cidades. No tocante a sua centralidade, esta é demarcada pela porção do centro que detém as principais atividades econômicas, como comércio e serviços e instituições públicas, que permitem direcionar uma ampla gama de consumidores para essa região da área central, além de possuir as instituições responsáveis por tomar as decisões inerentes a política municipal.

Palavras-chave: Pequena cidade; Centro; Centralidade; Uso e ocupação do solo.

ABSTRACT

GUSMÃO, Paulo Sergio. **Center and centrality in the production of urban space in the small town of Terra Boa-PR.** 166p. Dissertation. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus of Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

Studies of center and centrality are indispensable to elucidate the characteristics and specificities of cities and, consequently, of specific points, such as streets and avenues, that, placed as centers, outline influence areas that bring together their centrality in relation to other urban areas dependent on their center. In face of that, this research aims at analyzing the central area of Terra Boa, highlighting its main centralities. To accomplish the objective, we have raised the following questions: a) What is/are the centrality/ies performed by the city of Terra Boa? b) How to delimitate the city center? c) Which are the services and what does exist in this urban center? The methodological approach consisted on bibliographical research, research *in loco*, mapping of the use and occupation of the land, survey on legislation data in municipal agency. Results show that the center of Terra Boa is constituted by the axes formed by Brasil Avenue and its adjacent streets, being the locus of the main business establishments and specialized services, and also of public and management institutions. Among the factors that ensure the center consolidation, we highlight those that enable the city to maintain relations with other municipalities around and are not restricted to the local population: the clinical and hospital sector, that provides medical services for habitants of other cities, specially geriatrics and obstetrics, and medical exams in private clinics; the industrial sector, mainly textile, food and plastic packages, whose production is destined to other national and international poles; and, lastly, the local businesses connected to computers and communication sectors, that provides internet and maintenance services to other cities. Regarding its centrality, it is outlined by center part that holds the main economic activities, such as business establishments, services and public institutions, that allow the convergence of a wide number of consumers, besides placing the institutions that are responsible for the decisions inherent to municipal policies.

Keywords: Small town; Center; Centrality; Use and occupation of the land.

LISTAS DE FIGURAS

1 Esquema ilustrativo dos elementos de sustentação da centralidade urbana	58
2 Localização do município e da sede urbana de Terra Boa (PR)	62
3 Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Terra Boa - PR (2000)	74
4 Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Terra Boa - PR (2010)	75
5 A cidade de Terra Boa na rede urbana paranaense de acordo com o Regic (2007)	104
6 Mapa de colonização da CTNP/CMNP, 1955	107
7 Abertura e construção de estradas de rodagem no município de Terra Boa (c. 1960)	108
8 Estrada Muchulu no município de Terra Boa construída em 1968	108
9 Desfile cívico de 7 de setembro na Avenida Brasil (c. 1960)	110
10 Desfile comemorativo de uma conquista esportiva na Avenida Brasil (c. 1960)	110
11 Aglomeração de pessoas nas lojas e mercearias na Avenida Brasil, com destaque para o Bazar Popular	111
12 Vista da Igreja Matriz São Judas Tadeu (igreja velha) e parcial da Praça João XXIII (1957)	112
13 Planta municipal de Terra Boa elaborada pela CMNP, 1950, com destaque para o centro histórico	113
14 Zoneamento urbano da cidade de Terra Boa em 1989	114
15 Manutenção da Avenida Brasil para contenção de processos erosivos, 1950	115
16 Vista parcial de Terra Boa, em 1960, com sua iluminação antiga	115
17 Sistema de iluminação pública a gás na Avenida Brasil, 1968	116
18 Vista da Avenida Brasil com destaque para o canteiro central e a iluminação pública, com a caixa da água da Estação de Tratamento de Água da SANEPAR ao fundo, 1968	117
19 Espacialização dos tipos de usos e ocupações do solo da área central da cidade de Terra Boa-PR	129
20 Vista parcial do centro urbano da cidade de Terra Boa-PR	130
21 Vista parcial do centro urbano terrabonense	130
22 Vista parcial da área central da cidade de Terra Boa-PR	131
23 Delimitação e espacialização da centralidade urbana com os seus tipos de usos e ocupações do solo	145
24 Descrição dos tipos de usos e ocupações presentes na centralidade urbana	146
25 Vista parcial da centralidade urbana de Terra Boa-PR	147

26 Subcentralidades presentes na área central da cidade de Terra Boa-PR	151
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

1 População do município de Terra Boa-PR no período de 1970 e 2010 - (série histórica) ...	71
2 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade de Terra Boa-PR no período de 1991 a 2010 - (série histórica)	77
3 Valores dos indicadores que compõem o IDH-M de Terra Boa nos anos de 1991, 2000 e 2010	78
4 PIB a preços correntes da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)	86
5 PIB per capita da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)	87
6 PIB bruto a preços correntes do setor agropecuário da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)	88
7 Número de empresas atuantes na cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade: unidades)	91
8 PIB bruto a preços correntes do setor industrial da cidade de Terra Boa-PR – (série histórica) – (Unidade R\$ x 1000)	92
9 PIB a preços correntes do setor de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, da cidade de Terra Boa-PR – (série histórica) – (Unidade R\$ x 1000)	93
10 Percentual dos tipos de usos e ocupações do solo urbano presentes na área central da cidade de Terra Boa-PR	125
11 Quantidade de tipos de usos e ocupações do solo por lotes na área central da cidade de Terra Boa-PR	126
12 Percentual dos tipos de usos e ocupações do solo urbano presente na área de centralidade urbana	144

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Boa
- ASCITERRA – Associação Comercial e Industrial de Terra Boa
- ATLAS – Atlas do Desenvolvimento Humano
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBD – *Central Business District*
- CIS-COMCAM – Consórcio Intermunicipal de Saúde na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
- CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
- COCAMAR – Cocamar Cooperativa Agroindustrial
- COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
- CORREIOS – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
- C.VALE – C. Vale Cooperativa Agroindustrial
- DETRAN – Departamento de Trânsito
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
- ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
- PIB – Produto Interno Bruto
- PRODETERRA – Programa de Desenvolvimento Industrial e Econômico de Terra Boa
- REGIC – Região de Influências das Cidades
- SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
- SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
- SICRED – Sistema de Crédito Cooperativo
- UNINGÁ – Centro Universitário Ingá
- UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá

UNINTER – Centro Universitário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: A DINÂMICA DE CENTRO E CENTRALIDADE EM PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES TEÓRICAS	25
1.1 Pequenas cidades: um novo olhar sobre o contexto urbano	25
1.2 Centro: um diálogo conceitual	37
1.3 Centralidade: apontamentos para uma reflexão teórica	47
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PEQUENA CIDADE DE TERRA BOA – PR	61
2.1 O contexto histórico da cidade de Terra Boa	64
2.2 A população terrabonense e suas particularidades	69
2.3 A economia terrabonense	82
2.4 Caracterização da área urbana de Terra Boa	94
CAPÍTULO 3: CENTRO URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	106
3.1 Breve histórico do centro urbano da cidade de Terra Boa	106
3.2 Caracterização do centro urbano, da dinâmica de uso e ocupação do solo	118
CAPÍTULO 4: CENTRALIDADE URBANA: CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES	134
4.1 Caracterização da centralidade urbana de Terra Boa	134
4.2 Subcentralidades: características e particularidades	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

A presença de pequenas aglomerações urbanas no território brasileiro demonstra que uma porção considerável da população reside nesse tipo de cidade, onde o limiar da vida e o cotidiano urbano se misturam. Essas cidades são vistas ora como centros pacíficos, sossegados ou atrasados, ora como possibilidades de desenvolvimento econômico e de mudança da estrutura urbana, cujo foco está no desenvolvimento de cidades menores e mais bem estruturadas.

Dessa forma, constata-se que nas pequenas cidades, considerando-se aquelas com populações inferiores a 20.000 habitantes, conforme a Região de Influências das Cidades (REGIC, 2008) há a concentração de uma gama infinita de cenários e possibilidades dentro do universo das realidades urbanas, pois essas aglomerações são únicas ao comportarem particularidades e singularidades, mas ao mesmo tempo, não se distinguem de outros centros médios e grandes, por também compartilharem situações semelhantes, como problemas urbanos, dentre eles poluição, insegurança e violência urbana, marcas tristes que permeiam a realidade urbana brasileira.

Assim, a presente dissertação tem como objeto de investigação a pequena cidade de Terra Boa-PR, que foi colonizada em 1951, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como outras aglomerações urbanas no norte paranaense. Segundo Ferreira (2006) e Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), por meio da Lei n.º 2.411, de 13 de julho de 1955, constituiu-se o município com território desmembrado de Engenheiro Beltrão e sua instalação oficial ocorreu em 11 de dezembro desse mesmo ano, sendo o primeiro prefeito municipal o senhor Carlos Marcondes (1956-1959).

Conforme informações apresentadas no Caderno Estatístico do Município de Terra Boa, elaborado pelo IPARDES (2018), o município pertence ao Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava. Localizado na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, sendo suas coordenadas geográficas de referência 23° 46' 05" de Latitude Sul e 52° 26' 39" de Longitude Oeste e a altitude de 575 metros. A área territorial é de 325,656km².

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população estimada para o município é de 16.984 habitantes (IBGE, 2018). Terra Boa limita-se com os seguintes municípios: ao norte com Doutor Camargo, Ivatuba e Ourizona, a leste com Engenheiro Beltrão, ao sul com Araruna e Peabiru e a oeste com

Jussara. E segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o IDHM de Terra Boa é de 0,728, considerado alto conforme as diretrizes do programa.

Além de compreender as condições dessa pequena aglomeração urbana, esta dissertação também almeja desenvolver uma discussão sobre centro e centralidade urbana, com vista a abordar essas questões para averiguar se elas se estruturam dentro da malha urbana terrabonense.

Nesse sentido, o centro urbano se estabelece como polo dinamizador dentro da cidade, sendo espaço de concentração das atividades econômicas, ligadas ao comércio, serviços, instituições financeiras e governamentais, clínicas médico-hospitalares, uma gama de estruturas e equipamentos voltados para o atendimento do setor de negócios e da vida cotidiana urbana, ao mesmo tempo, que comporta para si os agentes decisórias da vida política urbana e que delinham as ações e demandas da urbe.

Além disso, o centro também permite a comunicação e interlocução entre os atores sociais que produzem e reproduzem a urbe, garantindo-lhe dinamicidade e o constante fluxo de bens materiais e imateriais que permitem a ampliação do potencial de desenvolvimento econômico do aglomerado urbano.

Com esse aspecto, o centro passa a congregar uma área de influência, seja direcionada à esfera local, ou que ultrapassa os limites urbanos, interferindo na lógica de outras cidades. Sendo esse espaço sua centralidade urbana, que ao mesmo tempo, permite a correlação entre os processos de produção, consumo e troca. É a área do centro que congrega os grandes equipamentos de consumo coletivo.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de estudos para a delimitação do centro e centralidade na cidade de Terra Boa (PR), por não apresentar um centro definido. Logo, para isso foram destacados os seguintes questionamentos: a) Qual(ais) a(s) centralidade(s) exercida(s) pela cidade? b) Como delimitar o centro da cidade? c) Quais os tipos de serviços e o que existe nesse centro urbano?

A presença de poucos estudos sobre centro e centralidade em pequenas cidades deve-se a um considerável número de pesquisadores dedicarem-se a pesquisar médios e grandes centros urbanos, por serem realidades com uma intensa dinâmica socioeconômica no cenário nacional, relegando as pequenas cidades ao segundo plano. Nesse sentido, torna-se necessário esses estudos em cidades de pequeno porte por também serem realidades urbanas com dinâmicas próprias e complexas e que por meio da compreensão e delimitação de seu centro podemos visualizar sua inserção e sua importância dentro de sua rede urbana. Além disso, os estudos referentes a temário de centro e centralidade permitem a Geografia Urbana uma

compreensão das especificidades e particularidades presentes em cada realidade urbana brasileira.

Com vista, a responder os questionamentos referentes a essa problemática na área urbana em estudo, elencamos como objetivo geral: “compreender as dinâmicas de centro e centralidade na cidade de Terra Boa”. Já os objetivos específicos visam: a) caracterizar os elementos históricos, econômicos, demográficos e urbanísticos da cidade de Terra Boa; b) delimitar a área central de Terra Boa; c) identificar as principais formas de uso e ocupação do solo nessa área central; d) destacar a possível (eis) centralidade (s) presente (s) nessa área.

Devido aos estudos de centro e centralidade serem de inevitável importância para a compreensão do urbano e uma temática complexa, torna-se necessário uma abordagem que interpõe diferentes escalas de análises e campos científicos, por ser uma problemática que carrega um caráter interdisciplinar. Dessa forma, realizamos uma breve discussão sobre o conceito de interdisciplinaridade.

O século XX tem demonstrado mudanças na lógica de se pensar a ciência, devido às novas descobertas colocarem em xeque verdades anteriormente estabelecidas pelo próprio campo de conhecimento científico. Tais mudanças são elucidadas na obra “Ciência com Consciência” de autoria de Edgar Morin (2005, p. 3), que destaca “a relatividade de Einstein, a microfísica, a termodinâmica, a microbiologia têm ampliado o universo das indagações dos cientistas, que cada vez mais se vêem confrontados com novas verdades e com incertezas sobre algumas verdades há muito foram estabelecidas”.

Assim, Najmanovich (2001) evidencia que essas novas descobertas contestam os preceitos básicos das meditações cartesianas, que seriam a busca por certezas absolutas. Além de que Najmanovich (2001) e Morin (2005) pontuam a necessidade de se repensar a relação sujeito objeto que tanto foi defendido pela ciência como neutra, imparcial. Para tal, a autora afirma que “o sujeito da modernidade não afeta nem é afetado por aquilo que conhece, como um espelho” (NAJMANOVICH, 2001, p. 16), enquanto Morin (2005, p. 2) complementa ao dizer que “[...] o retorno reflexivo do sujeito científico se baseou na disjunção do sujeito e do objeto, e o sujeito foi remetido à filosofia e à moral”.

Contudo, Morin (2005) indica que devido à ciência estar enraizada na sociedade, independente do campo dessa atividade ela é social, logo os objetos estudados pelas ciências não podem ser interpretados sem uma relação com o sujeito como pontua Najmanovich (2001).

Diante da discussão desses autores, é necessário que repensemos o fazer ciência, pois não podemos mais concordar com a neutralidade e a imparcialidade por parte da ciência, o

descompromisso político com relação à produção científica e a transformação social. Além das novas problemáticas presentes na sociedade requererem uma visão diferente que não se restrinja a um recorde disciplinar como salienta Raynaut (2014). Nesse sentido, torna-se imprescindível a discussão da interdisciplinaridade, pois o diálogo entre diferentes áreas da ciência é a chave para a compreensão das novas transformações presentes em nossa sociedade. Dessa maneira, realizamos uma abordagem do conceito de interdisciplinaridade, por causa da exigência de mudanças na forma de produção do conhecimento.

Para Fazenda (2002), o termo interdisciplinaridade carece de sentido único e estável, já Minayo (1994, p. 43) afirma que o termo “[...] é confuso e utilizado para se remeter a realidades e propósitos mais diversos”. Fazenda (2002) complementa as discussões de Minayo (1994) a dizer que é um neologismo “cuja significação nem sempre é a mesma” e que tem uma função que “nem sempre é compreendido da mesma forma” (FAZENDA, 2002, p. 25). Nesse aspecto, essas autoras demonstram a inexistência de uma conceituação clara, fato este que dificulta a sua definição e delineamento de seu papel.

Para Fazenda (2002), “a interdisciplinaridade é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre *setores heterogêneos* de uma mesma ciência [...]” (p. 41, grifos do autor). A autora destaca ainda que se trata do encontro de um movimento que visa a renovação da atitude em relação aos problemas advindos do ensino e da pesquisa e a aceleração do conhecimento científico.

Segundo Fazenda (1991), a interdisciplinaridade é “[...] uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou, melhor dizendo, um regime de copropriedade, de interação, que irá possibilitar o diálogo entre os interessados, dependendo basicamente de uma atitude cuja tônica primeira será o estabelecimento de uma intersubjetividade”. Assim, evidencia-se a necessidade de “uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano” (FAZENDA, 1991, p.31).

Porém, Minayo (1994) afirma que a discussão de interdisciplinaridade se apresenta como uma “*panaceia epistemológica*, invocada para curar todos os males que afetam a consciência científica moderna [...] ou como [...] ceticismo radical [...] e [...] fatalidade própria do avanço técnico e científico” (p. 43, grifo nosso).

Para Minayo (1994, p. 53), a interdisciplinaridade é resultante do desenvolvimento da técnica e da ciência dentro de uma lógica de funcionalidade e é uma “[...] construção funcional dada pelo avanço da ciência e intrínseca a ela”.

Já Frigotto (2008, p. 27) evidencia que a produção do conhecimento interdisciplinar tem por base o “caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado”. Assim, para o Frigotto (2008, p. 27), “delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente”. Diante disso, o conhecimento nos possibilita delimitar determinado problema, porém não precisamos “abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável”.

Logo, o autor destaca que:

[...] a interdisciplinaridade no plano do movimento do real e não no movimento da razão (como determinam o racionalismo e o idealismo) percebemos que não há contradição entre a necessidade de delimitação nas ciências sociais na construção dos seus objetos e problemáticas e o caráter unitário do conhecimento. E o conhecimento do social tem um caráter unitário, porque os homens, ao produzirem sua existência mediante as diversas relações e práticas sociais, o fazem enquanto uma unidade que engendra dimensões biológicas, psíquicas, intelectuais, culturais, estéticas etc. Se do ponto de vista da investigação podemos delimitar uma destas dimensões não podemos perder de vista que, para sua compreensão adequada, é preciso analisá-la na sua necessária relação com as demais dimensões (FRIGOTTO, 2008, p. 29).

Yared (2013) define interdisciplinaridade como um movimento (inter) entre as disciplinas, a qual se torna vazia sem a disciplinaridade, sendo também um ato de troca e reciprocidade, voo e integração, fluxo que ocorre entre espaço e matéria, sonho e realidade, ideal e real, fracasso e conquista, erro e verdade, na busca da totalidade que sobrepuja a pessoa humana.

Já Raynaut (2014, p. 4-5) destaca dois tipos distintos de interdisciplinaridade. A primeira é considerada a instrumental, ou seja, é quando uma “disciplina solicita as competências e o *know-how* de outras especialidades, às vezes muito distantes dela, mas que têm a capacidade em responder a questões pontuais que ela se coloca ou que podem ajudá-la a ultrapassar obstáculos técnicos frente aos quais ela fica parada”. Já a segunda é de liga, ou seja, ocorre quando as “formas de colaboração entre especialidades científicas e técnicas, que não se limitam apenas a um encontro casual, mas, sim, constituem uma convergência que engendra novos campos de estudo estáveis, estruturados, institucionalizados” sendo chamada pelo autor de “interdisciplinas”. O autor pontua ainda que “[...] não se trata apenas de juntar

de modo temporário competências diversificadas para resolver um problema particular, mas, sim, de fundar, com uma perspectiva durável, uma nova estruturação da pesquisa e do ensino”. Isto é, o que eu chamaria de “interdisciplinaridade de liga”.

Conforme os autores Fazenda (1991), Frigotto (2008), Minayo (1994), Yared (2013) e Raynaut (2014), compreender a interdisciplinaridade é ir além da interação entre disciplinas ou campos dos saberes, mas de remontar a uma maneira de se produzir os conhecimentos a partir da compreensão totalizadora do objeto estudado pelo pesquisador, sem a desconsideração da bagagem cultural e ideológica do sujeito pesquisador.

Fazenda (2002) destaca ainda que os estudos interdisciplinares não visam que sejam anuladas as disciplinas científicas, mas de impedir a supremacia de determinado campo científico sobre outros aportes teóricos de igual importância. Além de garantir uma lógica de descobertas, de abertura recíproca, de comunicação entre saberes. E que a mesma depende basicamente de uma atitude. E também permitir restaurar a unidade do objeto que foi fragmentado pelo método. Contudo, Raynaut (2014) pontua que a interdisciplinaridade não pode se tornar o novo conformismo institucional.

Ao mesmo tempo, a interdisciplinaridade deve-se pautar em parâmetros metódicos que permita uma visão ampla e complexa sobre a realidade, tal situação, denota-se a necessidade de repensarmos os paradigmas vigentes atualmente na ciência e buscarmos aqueles que convenham com as novas formas de pensarmos a produção científica, dessa forma, Edgar Morin (2005) destaca como novo viés a complexidade. Para o autor esta é “[...] um esforço para conceber um incontornável desafio que o real lança a nossa mente” (MORIN, 2005, p. 176).

Segundo Morin (2005, p. 177) a complexidade tem como meta realizar as articulações desconstruídas pelos cortes disciplinares no campo científico visando a produção de um conhecimento multidimensional e “não [...] dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões [...]”.

Para o autor faz-se necessário a buscar por um repensar nas formas como compreender o mundo, dessa forma, destaca que:

A necessidade de pensar em conjunto as noções de ordem, de desordem e de organização na sua complementariedade, concorrência e antagonismo, nos faz respeitar a complexidade física, biológica e humana. Pensar não é servir às ideias de ordem ou de desordem, é servir-se delas de modo organizador e, às vezes, desorganizador, para conceber nossa realidade. [...] A palavra complexidade [...] não é a palavra-mestra que vai explicar tudo. É a palavra que vai nos despertar e nos levar a explorar tudo. O pensamento complexo é

o pensamento que, equipado com os princípios de ordem, leis, algoritmos, certezas e ideias claras, patrulha o nevoeiro, o incerto, o confuso, o indizível, o indecidível (MORIN, 2005, p. 231).

Sendo assim, consideramos que a interdisciplinaridade e a complexidade devem ser vistas como um caminho primoroso para a produção do conhecimento científico no século XXI, devido que os problemas enfrentados pela sociedade são de difíceis resoluções por apenas uma disciplina ou campo do saber científico.

Para tal, também pontuamos as áreas com as quais esta pesquisa dialoga ao longo de seu desenvolvimento, são elas: a Geografia, por contribuir com a compreensão do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Nesse sentido, os estudos foram pautados em autores como Endlich (2006, 2009, 2017), Sposito (1991, 1996, 2001, 2017); sendo que para Endlich (2006, 2009, 2017), o conceito de pequenas cidades é de difícil definição, pois tais localidades conferem características que possibilitam a própria discussão não apenas do conceito de pequenas cidades, mas o próprio conceito de cidade, já que se buscam averiguar nelas seus qualitativos que formam o limiar entre a cidade e não cidade.

Para compreensão das questões referentes ao temário de centro e centralidade, com objetivo de compreender os elementos econômicos influenciam na organização do espaço urbano, partiu-se da Economia com Comune (1982), Polèse (1998), Smith (1988) e Trintin (2001), e com a Geografia, com autores como Beaujeu-Garnier (1980), Corrêa (1997, 1999, 2011), Carlos (1992, 2001) e Santos (1959, 2004, 2006); a Arquitetura e Urbanismo, para entender a morfologia urbana e como esta reflete na imagem do urbano, com base em autores como Ramires (1998), Rolnik (2004) e Villaça (2001); e para a discussão dos impactos dos elementos sociais e produtivos do modo produtivo capitalista na dinâmica urbana, dialogou-se com a Filosofia, a partir de Lefebvre (1999, 2001, 2006) e com a Sociologia, por meio de Castell (1982, 2009).

Com relação ao aporte metodológico foram empregados os seguintes procedimentos: inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico a partir da busca dessas palavras-chave “pequenas cidades”, “centro” e “centralidade” em artigos científicos de periódicos, em livros, em teses e dissertações por meio do banco de teses da Capes (<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>), no Portal Domínio Público (<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e de Dissertações – BDTD (<<http://bdtd.ibict.br/>>). Obtivemos também dados estatísticos sobre o Município de Terra Boa por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por intermédio da plataforma IBGE Cidades

(<<https://cidades.ibge.gov.br/>>), e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (<<http://www.ipardes.gov.br/>>) e leis orgânicas relacionadas ao planejamento do espaço urbano, como Plano Diretor Municipal de Terra Boa (2008) e o Programa de Desenvolvimento Industrial e Econômico de Terra Boa - PRODETERRA (Leis municipais n. 985/2009; n. 1474/2017 e n. 1502/2018). E, por fim utilizamos o Google Earth, com o objetivo de realizar o reconhecimento prévio das áreas para adquirir uma noção dos locais de estudos.

Posteriormente realizamos um levantamento de campo *in loco* para observação e determinação dos diferentes tipos de uso do solo presentes nos locais delimitados, ressaltando as principais avenidas e imediações, com a finalidade de destacar as centralidades existentes na área urbana. O levantamento de campo ocorreu em junho de 2018, foi realizado a pé, percorrendo cada quadra e lote, marcando no recorte da área em uma planta municipal os tipos de uso e ocupação presentes em todos os lotes das quadras da área central. O processo de identificação dos tipos de uso do solo urbano presentes nas áreas estudadas, foi pautado na metodologia desenvolvida por Bovo e Oliveira (2014), por meio de observação *in loco*, foi determinado o tipo de ocupação de cada lote, ou seja: em comércio, serviços, alimentação, residências, praças, hospitais, clínicas odontológicas, instituições religiosas, imóveis em reforma, construções, edifícios públicos e outros serviços.

Em seguida, as informações obtidas por meio dos dados estatísticos foram tabulados em gráficos por meio do Excel® e os dados coletados em campo foram processados em produtos cartográficos a partir do Corel Draw®, gerando um mapa de localização do município e da sede urbana de Terra Boa e um mapa de uso e ocupação do solo da área central. Os resultados da pesquisa foram estruturados em quatro capítulos, subdivididos e organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, “*A dinâmica de centro e centralidade em pequenas cidades: reflexões teóricas*”, temos por objetivo tecer reflexões sobre a discussão teórico-conceitual referentes às temáticas: pequenas cidades, centro e centralidade urbana. O referido capítulo é constituído por três subcapítulos.

No primeiro subcapítulo, “*Pequenas cidades: um novo olhar sobre o contexto urbano*”, discutimos o conceito de pequenas cidades, cuja definição é complexa e pode ser abordada de distintas formas, contudo na pesquisa partimos da definição estabelecida pela Região de Influências das Cidades (REGIC, 2008) que se pauta na influência das cidades dentro da rede urbana local, sem desconsiderar as proposições de autores como Sposito e Silva (2013) que afirmam que as cidades pequenas têm uma totalidade particular que são

transformadas pelos processos capitalistas de produção que marcam seus territórios com os conflitos presentes na sociedade capitalista.

E no segundo subcapítulo, “*Centro: um diálogo conceitual*”, o qual aborda o conceito de centro, resultado da dinâmica urbana, isto é, um centro urbano, pois é nele que se encontra as principais atividades econômicas, políticas e culturais de uma cidade, sendo também um centro capaz de congregar uma centralidade em relação a outros setores do espaço urbano.

No último subcapítulo, “*Centralidade: apontamentos para uma reflexão teórica*”, abordamos a temática de centralidade urbana a partir da ótica de distintos autores, demonstrando suas principais características.

O segundo capítulo, “*O contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Terra Boa*” objetiva caracterizar a cidade de Terra Boa, abordando os elementos históricos, econômicos, demográficos e urbanísticos. Além disso, a discussão desses assuntos é fundamental para que possamos compreender a atual condição desse aglomerado urbano e como esses elementos influenciam na construção de seu centro e sua centralidade. O presente capítulo é composto por quatro subcapítulos.

O primeiro subcapítulo, “*O contexto histórico da cidade de Terra Boa*” visa apresentar o processo de formação da cidade, considerando o cenário de colonização que influenciou sua constituição e consolidação enquanto território municipal autônomo.

O segundo subcapítulo, “*A população terrabonense e suas particularidades*” almeja abordar as questões relacionadas ao contingente populacional apresentado os dados de população absoluta, além do processo de crescimento populacional, imigração e do IDH municipal.

O terceiro subcapítulo, “*A economia terrabonense*” tem como objetivo abordar os elementos econômicos, destacando os setores primário, secundário, terciário e quaternário, pois esses segmentos econômicos são essenciais para a construção do centro urbano.

O último subcapítulo, “*Caracterização da área urbana de Terra Boa*” visa apresentar as características do tecido urbano, destacando a classificação do Regic (2008) da cidade de Terra Boa e a rede urbana na qual ela se integra. Além de destacar a cidade no cenário da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

O terceiro capítulo, “*Centro urbano: uma análise a partir da perspectiva do uso e ocupação do solo*” tem como finalidade abordar as questões referentes ao centro da cidade de Terra Boa, tanto a partir de uma abordagem histórica, quanto por meio da análise do atual uso e ocupação do solo com vista a delimitação do mesmo. Esse capítulo foi dividido em dois subcapítulos.

O primeiro subcapítulo, “*Breve histórico do centro urbano da cidade de Terra Boa*” tem como objetivo realizar um breve histórico do centro, destacando as transformações que ocorreram nas últimas décadas.

O segundo subcapítulo, “*Caracterização do centro urbano, da dinâmica de uso e ocupação do solo*” tem como finalidade abordar as questões referentes ao centro urbano terrabonense, apresentando a delimitação e uma discussão sobre o uso e ocupação do solo nessa porção da cidade.

O último capítulo, “*Centralidade urbana: características e particularidades*” tem como objetivo analisar a centralidade urbana da cidade de Terra Boa, destacando as subcentralidades existentes e suas particularidades. Esse capítulo foi dividido em dois subcapítulos.

O primeiro subcapítulo, “*Caracterização da centralidade urbana de Terra Boa*” almeja caracterizar a centralidade urbana na cidade de Terra Boa, destacando sua delimitação e os principais elementos que reforçam sua existência.

O segundo capítulo, “*Subcentralidades: características e particularidades*” discute e caracteriza as subcentralidades presentes na cidade de Terra Boa, delineando suas principais particularidades.

Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa desenvolvida na cidade de Terra-Boa, seguida de algumas proposições para o planejamento urbano municipal.

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DE CENTRO E CENTRALIDADE EM PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES TEÓRICAS

Este capítulo objetiva tecer reflexões sobre a discussão teórico-conceitual referentes às temáticas pequenas cidades, centro e centralidade urbana. Tais temáticas são essenciais para compreender o temário do urbano, devido uma considerável parte da população urbana residir em pequenas cidades, formando aglomerações cujos centros urbanos possuem diversas características, sendo que alguns estão voltados para atender às necessidades básicas, outros, em cujas cidades demonstram um maior desenvolvimento urbano, congregam uma diversidade de serviços e produtos voltados a sua população local.

1.1 Pequenas cidades: um novo olhar sobre o contexto urbano

O presente subcapítulo tem como finalidade abordar a temática: “pequenas cidades”, com base na análise de obras de distintos autores. Salientamos que as pequenas cidades apresentam características peculiares, mas ao mesmo tempo comportam problemas similares presentes em grandes centros urbanos, tornando-as realidades que não podem ser negligenciadas do cenário científico brasileiro por serem espaços ricos em dinamicidade, particularidades e singularidades e, por isso, requerem um olhar diferenciado para essas realidades urbanas.

A necessidade de compreender as pequenas cidades consagrou-se como um assunto que esteve em pauta por diferentes autores brasileiros e de outras nações que trabalham com temas geográficos (SPOSITO; SILVA, 2013). Logo, esses autores pontuam que “[...] um tema e uma noção que se encontram em construção/transformação, visto que a realidade é dinâmica e complexa [...]” (SPOSITO; SILVA, 2013).

Endlich (2017) destaca que os estudos de pequenas cidades permitem repensar o limiar da urbe, reconsiderando o próprio conceito de cidade. A autora destaca ainda a dificuldade de discutir essa temática devido aos escassos estudos referente ao tema. Endlich (2006) discute que: “[...] poucos elegem as pequenas cidades como objeto de pesquisa. As iniciativas existentes permaneceram isoladas, o que dificulta um avanço teórico em relação à compreensão destes espaços” (ENDLICH, 2006, p. 31).

Porém, a presença numérica de aglomerações urbanas pequenas, denominadas pequenas cidades, não é uma realidade exclusiva do estado do Paraná, mas uma característica que se repete nas outras unidades federativas afirma, (FRESCA, 2013). Nesse sentido, torna-se necessário compreender a realidade socioespacial apresentada por essas aglomerações para propor uma conceituação sobre esse recorte espacial.

Conforme Endlich (2009), o conceito de pequenas cidades é de difícil definição, pois tais localidades conferem características que possibilitam a própria discussão não apenas do conceito de pequenas cidades, mas o próprio conceito de cidade, já que se buscam averiguar nelas seus qualitativos que formam o limiar entre a cidade e não cidade.

Corroborando com as autoras anteriores, Corrêa (2011, p. 6) afirma que o conceito de pequena cidade está impregnado de encaminhamentos controversos e distintos. Para ele a pequena cidade “pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico”, devido ser um centro local que desempenha centralidade em relação ao seu território municipal, ou seja, sua hinterlândia, que possui uma população dispersa que desenvolve atividades agrárias (CORRÊA, 2011).

Contudo para Maia (2005):

Cidade pequena que se contraporia à cidade grande. E que por sua vez requer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade, mesmo que se quisesse referir à importância da cidade se estaria referindo também a uma grandeza. O tamanho da cidade normalmente é medido através do contingente populacional, ou ainda do número de habitantes. Comumente classificam-se as cidades em pequenas, médias e grandes a partir dos seus contingentes populacionais e para a classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20.000 habitantes. Acima deste montante seria classificada como cidade média e aquelas com mais de 500.000 habitantes seriam consideradas cidades grandes. Este critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto (MAIA, 2005, p. 7).

Enquanto Maia (2005), com base no IBGE, compreende a cidade pequena como agrupamento populacional até 20.000 habitantes, deve-se considerar que esta definição esconde a dinamicidade de cada realidade urbana, sendo que algumas cidades pequenas estão totalmente ligadas ao setor primário agroexportador, enquanto outras já se apresentam como pequenas ou moderadas no processo de desenvolvimento urbano-industrial.

Nesse sentido, Sposito e Silva (2013) afirmam que as cidades pequenas têm uma totalidade particular que as entusiasma e as movimenta através de processos capitalistas

de produção, cuja representação denota um mundo e uma formação socioespacial resultante contraditoriamente pela sociedade durante o tempo.

Já Moura (2009) define cidade pequena como:

Pode-se dizer que mesmo pequenos núcleos organizam-se para a vivência coletiva e, ao seu modo, para a política e para a cidadania. Respeitadas as escalas, a densidade material ou a capacidade inovativa, todos assumem um papel na divisão social do trabalho e têm uma participação na teia da rede urbana. E são estruturadores da dinâmica do território municipal como um todo e de suas relações com a região e o Estado (MOURA, 2009, p. 17).

As pequenas cidades, conforme a autora, mesmo sendo aglomerações voltadas para o atendimento das necessidades básicas possuem um papel na divisão social do trabalho e se integram a uma rede urbana, mantendo relações de trocas entre essas cidades e com o Estado, definindo-se não somente como *lócus* da política local. Dessa forma, Sposito e Silva (2013) destacam que por se inserirem numa lógica capitalista, as pequenas cidades não estão isentas das contradições advindas dessa lógica produtiva.

Sposito e Silva (2013) dizem que as pequenas cidades “em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros” (p. 17). Já Damiani (2006) destaca que nos países subdesenvolvidos, as pequenas cidades caracterizam-se por serem verdadeiras fronteiras entre processos urbanos e rurais que arregimentam poucos processos cumulativos da modernidade.

Além disso, Fresca (2001) propõe que a definição de uma cidade por número habitacional pode gerar uma interpretação equivocada por causa da generalização de núcleos urbanos, os quais mesmo se comportando como um contingente populacional quantitativamente distinguem-se em sua origem dinâmica econômica e social.

Sendo assim, esses autores destacam que essas realidades urbanas não podem ser compreendidas pelos aspectos populacionais e isoladamente, pois comportam dinâmicas distintas que são somente visualizadas dentro das suas relações com outros centros que constituem sua rede urbana. Além de que Damiani (2006) reforça discussões anteriores de Endlich (2009) ao questionar os argumentos que evidenciam a linearidade entre o urbano e o não urbano nas pequenas cidades.

Corrêa (1999), no que tange às pequenas cidades, afirma que as mesmas são numerosas e produzem uma expressiva densidade de centros que se localizam a uma pequena distância média entre si, mesmo que haja variação conforme a densidade demográfica da

região em que estão localizadas. O autor destaca também que os expressivos números de pequenas cidades se devem aos seguintes fatores:

A elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. [...] deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em *plantations* caracterizadas pelo trabalho intensivo. [...] Deriva, adicionalmente, da pequena mobilidade espacial da população, associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviário, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel. A pequena mobilidade implica a ampliação [...] do número de pequenos centros de mercado (CÔRREA, 1999, p. 45, grifos do autor).

Segundo Corrêa (1999) a refuncionalização das pequenas cidades ocorreu por meio de duas possibilidades:

A primeira diz respeito à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo. Essa refuncionalização deriva de uma combinação de manifestações da globalização em que alterações na circulação geral e no processo produtivo da hinterlândia da pequena cidade desempenham papéis primordiais. [...] A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma *especialização produtiva* ao núcleo preexistentes, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma *singularidade funcional* entendida como características que são simultaneamente de *diferenciação* no âmbito da economia global e de *integração* a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada (CORRÊA, 1999, p. 49-50, grifos do autor).

Conforme o autor, a produção de cidades pequenas atrelam-se inicialmente às questões do setor agrário, que necessitavam de pequenos centros urbanos com os serviços e funções básicas que visavam atender às demandas da população rural. Contudo, com o processo de modernização econômica e a globalização, os pequenos centros urbanos, especialmente os atrelados aos eixos econômicos dinâmicos, passaram por refuncionalização e especialização devido à industrialização que os inseriram numa rede urbana, provocando a geração de uma complexa divisão territorial do trabalho.

De acordo com Corrêa (1999), esses fatores permitiram uma singularidade funcional devida às especializações produtivas consolidando uma centralidade, cuja capacidade poderia ser ampliada pela inserção da economia nacional em um âmbito de economia global.

Tais aspectos denotam uma diferenciação nos usos dos solos em pequenas cidades, especialmente aquelas ligadas aos eixos econômicos dinâmicos, que conforme Corrêa (1999) passam a conter uma estrutura produtiva mais diversificada como uma gama diferenciada de serviços e comércios com uma certa complexidade, enquanto centros menores dependentes do setor agrícola podem apresentar usos do solo menos complexos comportando comércio e serviços de menor complexidade. Assim sendo, Carlos (2008) pontua que a forma de ocupação de cada cidade é proveniente de momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas que geram apropriação diferenciadas dos espaços urbanos das pequenas cidades visto que para a autora o espaço é compreendido como espaço-mercadoria (CARLOS, 2008), e que por meio da valorização econômica do aglomerado possibilita um uso e ocupação do solo mais amplo e diverso.

Por conseguinte, compreendemos que o conceito de cidades pequenas é amplo e complexo, o qual não se finaliza em si mesmo, mas que permite uma gama de abordagem para o entendimento de uma realidade tão pertinente para o cenário urbano paranaense e brasileiro.

Tal complexidade deve-se ao fato das pequenas cidades comportarem-se e territorializarem-se as relações entre homem/natureza na reprodução da vida e na produção do espaço, condizendo com uma escala particular da urbanização e do movimento da sociedade (SPOSITO; SILVA, 2013). Além de ser uma noção, cujo uso é fluído e que não se atrela apenas ao domínio científico, mas que é empregado pelo Estado e pelo senso comum (SPOSITO; SILVA, 2013).

Entretanto, os autores destacam a necessidade de se ter um olhar cuidadoso sobre as pequenas cidades para que não se realizem comparações errôneas entre realidades que são totalmente distintas. Para (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 25), as [...] cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência porque não se pode fazer generalizações e simplificações, propondo-se uma regra universal e categórica para a definição desses centros.

Logo, durante os estudos sobre pequenas cidades, é necessário que sejamos prudentes e atenciosos com esse objeto ou fenômeno, como destaca os autores, pois pode se incorrer em erros nas análises ao considerar todas essas cidades numa única categoria e esquecer de que elas apresentam suas particularidades.

Dessa forma, Bacelar (2008), complementando as afirmações de Sposito e Silva (2013), destaca que o diagnóstico da realidade das cidades pequenas demonstra uma realidade conflituosa e provocadora. Esse autor destaca ainda a necessidade de propor alternativas dentro das possibilidades e limites da análise geográfica.

Endlich (2013) confirma a presença dessa realidade contraditória ao desmistificar o discurso de que essas localidades, ou seja, as cidades pequenas são apenas ilhas de tranquilidade e apazabilidade, mas seus estudos evidenciam as contradições próprias do modo de produção capitalista.

E com relação a uma alternativa para compreensão de suas características, Soares e Melo (2008) propõem sua compreensão a partir das suas relações campo-cidade, por meio da escala político-administrativa e na dependência em relação às outras esferas administrativas.

Assim, os autores Endlich (2013), Soares e Melo (2008), Sposito e Silva (2013), Bacelar (2008) e Côrrea (1999) destacam que a visão das cidades pequenas como centros pacatos e sossegados esconde uma realidade contraditória, marcada pela presença de problemas próprios da realidade urbana capitalista, como a violência e segregação urbana.

Soares e Melo (2008) destacam também que a compreensão de pequenas cidades deve-se partir das relações de troca entre campo e cidade, já que as pequenas cidades, em sua maioria, dependem desse setor econômico para sustento das atividades urbanas, como comércio e serviços, além da dependência em relação às outras esferas administrativas por permitirem fontes da capacitação de recursos para atendimento das necessidades urbanas.

Além de que a diferenciação da realidade urbana nessas cidades é marcada pela heterogeneidade de suas dinâmicas, na qual alguns centros apresentam inexpressiva dinâmica econômica, demográfica e política, enquanto outros centros se destacam como importante centro econômico e demográfico com papel significativo na rede urbana, demonstrando que esses centros estão em transformação, em transição e que são orientados por um processo de desenvolvimento desigual do espaço (SPOSITO; SILVA, 2013). Smith (1988) colabora com Sposito e Silva (2013), ao afirmar que a diferenciação do espaço geográfico adquire diversas formas, pois “[...] a medida que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital” (SMITH, 1988, p. 217).

Desse modo, a dinamicidade das pequenas cidades não pode escapar do processo de desenvolvimento desigual, evidenciado por Smith (1988), pelo fato de suas diferenciações serem “[...] resultados [...] de [...] um desenvolvimento desigual do capitalismo que por si só varia entre a desigualdade mais estável da escala global para a mais fluída desigualdade da

escala urbana” (SMITH, 1988, p. 217). Esse aspecto revela a necessidade dos estudos das pequenas cidades, especialmente para desnostrar suas condições dentro do modo de produção capitalista.

Por outro lado, ainda persiste um discurso que encara as pequenas cidades, cuja população municipal é inferior a 10.000 habitantes, por parte da sociedade, como “bucólica e aprazível, sem problemas internos e, portanto [...] falta-lhe um olhar mais acurado sobre suas mazelas internas” (BACELAR, 2008, p. 25).

Tal situação enfatizada pela afirmação de Bacelar (2008) pode ser repensada diante do que os autores Sposito e Silva (2013) destacaram, tornando necessário se repensar o olhar com relação às pequenas cidades, pois estas apresentam uma realidade desmistificadora da contradição do capitalismo.

Contudo, Gomes, Silva e da Silva (2005) evidenciam que os pequenos centros urbanos apresentam baixo desenvolvimento tecnológico, pontuando-se como áreas de consumo massificadas, porém é evidente a necessidade de ressaltar o processo da desigual distribuição social e territorial das inovações tecnológicas.

Enquanto autores denotam que esses espaços são vistos com ligação à demanda agrícola e têm dificuldade de delinear o limiar entre campo e cidade. Alves e Silva (2015) definem que devido à pequena cidade, do ponto de vista da escala, se restringir ao local, e este apresenta potencialidades para implementação de ações de planejamento por possuir perímetro urbano menos extenso e menor dimensão populacional, facilitando “a construção de espaços capazes de assegurar melhores condições de vida, especialmente em condições em que existam recursos financeiros e um quadro de funcionários experientes e eficientes”, além de que esses núcleos dessa magnitude permitem “avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população” (SILVA; SPOSITO, 2009, p. 205).

Todavia, o geógrafo Milton Santos (1982) empregou a expressão cidade local para representar essas realidades ao invés de pequenas cidades. Sendo esse “o centro funcional, mas não dinâmico da região circundante [...]”, e essa denominação deve-se a concepção de volume presente em sua descrição.

Para Milton Santos (1982), cidade pequena, ou cidade local define-se da seguinte forma:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira especialização do espaço. [...] Portanto [...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração

capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma rede de vida de relações (SANTOS, 1982, p. 71, grifos do autor).

Dessa forma, percebe-se a clara interligação entre esses centros urbanos com as dinâmicas econômicas relacionadas ao setor do agronegócio, visto que o setor de comércio e serviços se estruturam com base no atendimento às necessidades desse setor e de sua população urbana, não comportando serviços especializados, portanto quando há demanda, essa população se direciona para centros maiores. Essa imagem pode ser expressa pelas pontuações de Milton Santos (1993), quando afirma que as pequenas cidades:

[...] Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, a telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes vivia na capital), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 51).

Percebemos com a afirmação de que o cenário interno dentro das pequenas cidades vem sofrendo alterações no tempo da mudança de uma cidade, cujas relações eram mais próximas entre seus indivíduos e algumas pessoas que personificavam o coletivo, para uma aglomeração urbana nas quais as relações passam a ser apenas econômicas, voltadas para o interesse do agronegócio.

Com essa mudança da cidade dos notáveis para a cidade econômica, Sposito e Silva (2013) retratam dois cenários na realidade brasileira que repercutem na vida urbana das pequenas cidades, sendo o primeiro, o fato desses aglomerados urbanos próximos ao grande centro, mesmo possuindo boa localização, terem seu crescimento estagnado devido à perda econômica pelo centro maior, e o segundo, colocando-se como parte acessória do núcleo polarizante, ou inclusive ampliando seu crescimento demográfico e incremento na sua dinâmica econômica por causa dos fluxos de pessoas e dinheiro no meio urbano.

Como conceito, Sposito e Silva (2013, p. 40) compreendem cidades pequenas como “[...] núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros de outro porte e atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional”.

Já para Raquel Rolnik (2004), o que permite também que as pequenas aglomerações se definam como cidades é o limiar entre campo e cidade que está no excedente, que permite a existência da cidade, por seus moradores se definirem como consumidores e não produtores

agrícolas, cuja consequência é o impulsionamento da produção agrícola pelo aglomerado urbano.

Com as discussões de Sposito e Silva (2013) e Rolnik (2004) destacam-se que as pequenas cidades se compõem de núcleos menores que os outros centros urbanos, cujas funções destinam-se ao atendimento primário das necessidades populacionais e têm na interdependência do setor agrícola a fonte de linearidade entre campo e cidade.

Dessa maneira, Viana (2017) complementa a afirmação de Rolnik (2004) ao discutir que o processo inicial de delineamento entre campo e cidade é pronunciado e “concomitantemente a interdependência entre ambos é reforçada em função do desenvolvimento de suas atividades e particularidades” (p. 46).

Entretanto, Sposito e Silva (2013) indagam a necessidade de um cuidado na compreensão da relação campo-cidade nas pequenas aglomerações urbanas, devido este fenômeno não ser exclusivo de cidades pequenas. Dessa maneira:

O importante é destacar que a ruralidade não é somente encontrada em cidades pequenas, mas também em outros centros, para que não se venha a cometer um reducionismo epistemológico e se perca de vista a dimensão de totalidade. Com isso, evidencia-se que a presença de ruralidade em cidades pequenas não é uma regra e que pode estar ainda presente nos grandes centros como expressão da condição de vida e/ou mesmo de especulação imobiliário (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 45).

Dessa maneira, os autores ressaltam que a ruralidade e interdependência do setor agrícola não é uma realidade única das cidades pequenas, pois outros centros maiores também dependem de setor para movimentação de sua economia urbana (SPOSITO; SILVA, 2013).

Por outro lado, Sposito e Silva (2013, p. 45) indicam que algumas dessas realidades urbanas se fortalecem a partir da dinâmica urbano-industrial “em função da instalação de grandes estabelecimentos industriais e que possuem outras particularidades animadas pela ampla divisão territorial do trabalho [...]”.

Nesse sentido, outra compreensão de pequenas cidades apresentada por Corrêa (2011) se condiz com as discussões propostas por Sposito e Silva (2013). Nas quais essas cidades são entendidas como:

[...] um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais,

nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado (CORRÊA, 2011, p. 6).

Outra característica destacada por Sposito e Silva (2013) sobre as pequenas cidades está no fato de assumir feições particulares dentro do arranjo da rede urbana, destacando-se como centros religiosos, turísticos, cidades do campo, cidades de serra, cidades de portos marítimos, locais centrais na produção industrial, etc.

E no que se refere às cidades pequenas presentes no entorno de grandes centros, Endlich (2006) aponta que essas aglomerações conservam ou aumentam seus volumes demográficos, mas perdem autonomia se tornando extensões das cidades grandes. Além de se estabelecerem como locais de moradia dos trabalhadores ligados à agricultura moderna e a agroindústria, como também daqueles cujos postos de trabalho se localizam em cidades maiores. Logo, a multiplicidade e diversidade de condições destas cidades demonstram que a compreensão delas no campo da rede urbana deve-se pautar em vários elementos, revelando sua complexidade, fator que reafirma os papéis das pequenas cidades.

Contudo, as discussões de Sposito e Silva (2013) evidenciam que as cidades pequenas têm adquirido um papel econômico importante nos territórios, devido conterem indústrias variadas e empreendimentos de maior porte, “dinamizando as relações sociais e econômicas que produzem o território e a dominação espacial” (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 58).

Tal processo de industrialização e desenvolvimento socioeconômico é explicitado por Endlich (2006, p. 34) por meio do processo de reestruturação promovido pelo capitalismo, que busca a desconcentração espacial das atividades. Esse procedimento permite impulsionar e viabilizar a implantação de atividades industriais e de serviços em pequenas cidades, gerando novas possibilidades econômicas. Destacando esse aspecto não “[...] por essa possibilidade e mais porque traz ao debate questões relativas à descentralização e, portanto, relacionadas às áreas designadas como não-metropolitanas”.

Figueiredo (2008, p. 41) complementa os apontamentos de Endlich (2006) ao afirmar que “[...] se a economia se torna dinâmica, traz como consequência o crescimento demográfico da cidade, que é resultado da implantação de novas formas de produção, de consumo ou de distribuição”. Dessa forma, Sposito e Silva (2013) salientam que aquelas cidades pequenas que se dinamizaram, garantem para si uma relativa influência econômica e centralidade na rede urbana. Sendo que “esses núcleos se situam no limiar superior, com alcance espacial mais forte, se comparados a centros da mesma categoria” (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 59).

Mesmo considerando as discussões apresentadas pelos autores anteriores referentes às pequenas cidades, nesta pesquisa trabalhamos com a definição oficial estabelecida pela Região de Influência das Cidades (REGIC, 2008), que define pequenas cidades como aquelas cuja esfera de influência não extrapola os seus limites territoriais e que tem funções direcionadas ao atendimento das necessidades de seus habitantes e contam com populações inferior a 20.000 habitantes.

O território brasileiro possui 5.565 municípios, sendo que conforme Bovo e Oliveira (2014) 5.282 são municípios com núcleos urbanos pequenos, os quais representam 95% dos municípios brasileiros. Sendo que, quase metade da população brasileira reside em pequenos municípios. No caso do Estado do Paraná, de seus 399 municípios, 383 municípios possuem pequenas cidades que comportam 52% da população paranaense em pequenas aglomerações.

A considerável presença de pequenas aglomerações urbanas no Paraná, como a que é objeto deste estudo, deve-se a configuração do processo de construção da rede urbana do norte e noroeste do estado paranaense, que se desenvolveu com vista ao atendimento dos interesses da colonização das terras férteis dessa região.

Assim, esse processo garantiu uma determinada estrutura e uma rede urbana, nas quais predominaram nessa região pequenos centros urbanos. Essas pequenas aglomerações são descritas por Endlich (2006), onde se averigua que esses centros urbanos não são iguais entre si, por portarem conteúdos distintos que produzem em alguns casos relações hierárquicas entre eles.

Esses pequenos centros urbanos foram estabelecidos pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com a finalidade de atender seus interesses. Conforme Endlich (2013):

Essa empresa concebeu um planejamento para região que não consistia apenas em criar algumas localidades, mas envolvia a formação de uma rede urbana para a região, no qual estavam claros os papéis para os diferentes núcleos urbanos. A maioria funcionaria como localidades com centralidade mínima que atenderia as necessidades básicas da densa população que vivia no campo. Todavia, foram planejados também centros regionais que teriam papéis urbanos ampliados quanto aos seus estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. Na realidade, as demais iniciativas privadas e públicas ocorridas na região obedeceram à mesma lógica da CMNP, ampliando e complementando a rede resultante da atuação da referida empresa (ENDLICH, 2013, p. 32).

Para Asalin (2015) essas cidades foram planejadas pela companhia colonizadora com base em critérios, cuja localização foi relacionada diretamente com as estradas de ferro, atrelada a topografia do terreno, despontando as áreas mais altas e planas dos mesmos. Além

de que os núcleos urbanos produzidos pela CTNP possuíam suas plantas definidas antes do estabelecimento das cidades, como a caso da sede urbana de Terra Boa que teve sua planta municipal desenvolvida pela colonizadora em 1950.

Logo, o processo de urbanização implementado pela colonizadora, com base em uma rede urbana com centros maiores interligados por inúmeras pequenas cidades, era uma condição fundamental para o projeto, conforme afirma Fresca (2007a), pois garantiria a produção agrícola, o transporte de mercadoria, seja para o mercado interno quanto externo, além de que “[...] na cidade estaria o sistema bancário, o comércio multivariado a atender as necessidades básicas e inadiáveis da população rural e urbana” (p. 149).

Fresca (2007a) destaca que o modelo urbanístico estabelecido pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná pautava-se numa planta em forma de tabuleiro de xadrez, com quadras de 100x100 metros, subdividas em lotes de 20x24 metros de testada, com ruas com nomes definidos e algumas áreas com funções pré-definidas.

Diante disso, Fresca (2007) pontua que as distinções não se relacionavam somente à fundação das cidades, mas afirma que:

Eram diferentes na sua dinâmica econômica, vinculadas à outra divisão social e territorial do trabalho [...] A cidade agora deveria, através de seus comerciantes, industriais, agentes financeiros, etc., atender as demandas de uma elevada população rural. A dinâmica agrícola com base na contínua diversificação da produção, na pequena escala de cada um dos produtores implicava no desenvolvimento, nas cidades, de serviços e ofertas de bens destinados àquela atividade (FRESCA, 2007, p. 226).

Salientamos que os estudos de pequenas cidades são essenciais para a compreensão de uma realidade urbana pouco valorizada no meio acadêmico, devido ao incorreto entendimento da dinâmica apresentada por essas aglomerações urbanas que realçam suas particularidades e singularidades, especialmente o norte e noroeste do Estado do Paraná, que possui uma expressiva presença de cidades pequenas resultantes do processo de colonização desenvolvido pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (no capítulo 2 daremos ênfase às características gerais da pequena cidade de Terra Boa).

No próximo subcapítulo realizamos uma discussão conceitual sobre centro a partir de uma abordagem interdisciplinar, enfocando a análise de diferentes autores sobre uma temática ampla e complexa.

1.2 Centro: um diálogo conceitual

Neste subcapítulo almejamos debater o conceito de centro, destacando sua importância, por meio de um diálogo interdisciplinar entre diferentes autores, com vista a demonstrar que os centros urbanos são imprescindíveis para o desenvolvimento urbano e para a consolidação das influências das cidades no cenário brasileiro e internacional.

A dinâmica própria das cidades no contexto capitalista produz funções e formas espaciais, constitui atividades e suas materializações, que conforme sua distribuição gera o arranjo da organização espacial (CORRÊA, 1999). Sendo uma dessas funções a centralidade e sua forma o centro.

A discussão de centro e centralidade é de extrema importância para as distintas áreas do conhecimento que discutem as questões urbanas, “pois contribui para desvendar as especificidades das cidades e metrópoles contemporâneas, tendo em vista a organização de seus respectivos espaços e as relações sociais que neles se estabelecem” (CATALÃO, 2006, p. 56).

Além de que a definição de centro não é clara entre os diferentes autores, torna-se necessária uma abordagem desse conceito para um encaminhamento mais conciso dessa problemática. Contudo, cada cidade possui uma origem, uma forma de expansão, além de que o desenvolvimento social ou espacial do espaço urbano não pode ser compreendido sem considerarmos a análise histórica de sua área central.

Villaça (2001, p. 250) afirma que “o centro da cidade tipicamente capitalista não é usado simbolicamente. Mais que isso: dentre todos os centros urbanos da história humana, é o único que não enaltece nem Deus nem o Estado”.

Entretanto, devemos entender que a religião e o Estado não foram substituídos por outros elementos que concentram ou representam a centralidade urbana, como o comércio, as finanças e as instituições, devido ao capitalismo não produzir formas materializadas que se voltem ao seu enaltecimento (VILLAÇA, 2001).

Todavia, Villaça (2001) pontua:

[...] seria certamente uma distorção e um exagero pretender que os bancos, os escritórios, e as grandes lojas – materializados em arranha-céus e grandes edifícios – sejam símbolos do capitalismo.

[...] os valores supremos do capitalismo não são nem Deus nem o Estado, por milênios homenageados pelos centros urbanos. Seus valores são o lucro, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho assalariado e a iniciativa privada. Não se pode dizer que os bancos simbolizem o capital como as catedrais simbolizavam Deus na cidade medieval (VILLAÇA, 2001, p. 251).

Segundo Villaça (2001) as estruturas presentes nos centros atuais são materializações das ações do capitalismo no meio urbano, porém não seus valores simbólicos, mas representações dos mesmos.

Contudo, Bovo e Oliveira (2014) retratam a partir das pequenas cidades, algo expressivo das áreas centrais brasileiras, não vivenciadas nos grandes centros capitalistas, a presença da religiosidade como um dos elementos do centro, representada pelas igrejas católicas. Villaça (2001) reforça a afirmação de Bovo e Oliveira (2014) ao destacar que as capelas somente se constituem como centro quando esta se concentra no ponto central da cidade e congrega os movimentos populacionais locais.

Nesse sentido, percebemos que a produção da área central reflete os condicionantes advindos dos modelos de uma sociedade capitalista com intenso fluxo de mercadorias e consumo, mas ao mesmo tempo, que é marcado pelo processo histórico de construção de uma cidade e pelos elementos culturais provenientes de seus habitantes.

Complementando essa ideia, Villaça (2001) pontua que o valor concreto de um centro urbano se origina da valorização do uso das localizações associadas à otimização do processo de deslocamento da comunidade, da cristalização do trabalho socialmente produzido na cidade e pela cidade. Logo “[...] nenhum outro ponto o supera em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, ou seja, em acessibilidade” (VILLAÇA, 2001, p. 241).

Logo, a cidade é composta por conjuntos distintos de usos de terra justapostos entre si, cujos usos determinam áreas, como o centro da cidade, *lócus* da concentração de atividades comerciais, de gestão e de serviços, áreas residenciais e industriais e aquelas destinadas à futura expansão e esse conjunto de usos é o espaço urbano, que se constitui fragmentado, mas ao mesmo tempo articulado (CORRÊA, 1999).

Dessa maneira, o uso e a ocupação do solo são fundamentais para delinear um centro urbano, já que é nele que se encontram as principais atividades econômicas, políticas e culturais de uma cidade, sendo também um centro capaz de congregar uma centralidade em relação a outros setores do espaço urbano.

Para Machado (2013), o centro é o espaço com maiores marcas da presença de atividade humana dentro da cidade, pois conforme Corrêa (1999) constitui-se no foco principal não somente da cidade, mas também de sua hinterlândia, sendo que nela se concentram as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, os terminais de transportes interurbanos e inter-regionais, além da verticalização.

O centro dá vida à cidade ao ser materialização do trabalho humano, mas elo das demandas produtiva do capitalismo com as necessidades da população, ao sediar diversas

atividades econômicas, como comércio, serviços, instituições públicas, que visam satisfazer os cidadãos como o próprio sistema econômico urbano.

Segundo Lefebvre (2006), “cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc.” (LEFEBVRE, 2006, p. 450).

Conforme Corrêa (1999) também:

Em razão de suas vantagens locacionais, o preço da terra e dos imóveis é aí o mais elevado. Isto leva a uma seleção de atividades. Localizam-se na Área Central aquelas que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requeriam nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim às demandas espaciais do capitalismo em sua fase concorrencial, onde a localização central constituía-se em fator crucial na competição capitalista. A Área Central é assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir (CORRÊA, 1999, p. 40).

Durante a história, o centro se consolidou conforme as necessidades e interesses da sociedade de cada período ou época, sendo que no capitalismo essa parte da cidade se estabelece como ponto de confluência de fluxos materiais, imateriais e de pessoas com vista a trocas e intercâmbios de produtos, conhecimentos e serviços para atendimento das necessidades básicas da população e para manutenção e aprimoramento do setor produtivo, tornando essa área estratégica para as grandes empresas e investidores.

Nesse sentido, o centro, para Machado (2013), garante para si o papel de inovador, de intercâmbios e simbólicos. Castell (2009) complementa ao dizer que o centro é um local geográfico e um conteúdo social. Esse autor pontua também que o centro “é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação e ordenada destas atividades e, daí a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores” (CASTELL, 2009, p. 311).

Segundo Machado (2013), o centro é o local destinado às políticas públicas e programas de intervenção urbanísticas “como símbolo máximo de detenção do poder, sempre se revela extremamente exposto aos sucessivos paradigmas imagéticos das classes dominantes, sempre no sentido de viabilizar o avanço do capital imobiliário e industrial” (p. 164).

Dessa forma, Castell (2009) afirma que o centro é a porção do espaço urbano “onde estão implantados serviços que se endereçam ao maior número de consumidores ou a usuários

específicos, e a proximidade espacial não intervém absolutamente na utilização dos serviços oferecidos”. Para o autor é nesse local que estão os empreendimentos cuja “centralização oferece um benefício suficiente para compensar o preço elevado dos terrenos e os problemas de organização derivados da congestão deste espaço”, logo suas atividades são aquelas “de caráter muito geral, tributárias ao mesmo tempo de sua proximidade mútua e de uma certa equidistância, bem mais social que ecológica, com referência ao conjunto da área urbana” (CASTELL, 2009, p. 313).

Segundo o autor o centro é resultante de um processo social de organização do espaço urbano e como a cidade é *produto* e “exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna” (CASTELL, 2009, p. 313, grifos do autor). O autor admite também que:

[...] o centro urbano não tem nada a ver com a centralidade geográfica numa área urbana, e que esta posição central, quando ela existe, é o resultado de um processo funcional, deveria ser igualmente entendido que a concentração de certas funções e sua equidistância aproximativa com relação ao aglomerado são apenas consequências de um processo específico: o da expansão urbana acelerada segundo a lei do mercado [...] não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana (CASTELL, 2009, p. 314).

Para Castell (2009) a concentração de determinadas atividades de troca no centro em relação simétrica com as distintas zonas urbanas está sucumbindo a uma estrutura multinuclear ou uma difusão urbana, demonstrando que esta nova centralidade pode atuar por meio de outras formas espaciais. Assim, Vargas (2006) define o centro como uma:

[...] porção do espaço com características locais, de uso e ocupação excepcionais em relação às demais que com ela compõem uma estrutura urbana, sua existência é um fenômeno quase universal na formação e organização das cidades. Mesmo em pequenos povoados, essa diferenciação espacial básica que determina a existência de um núcleo em contraponto ao restante do, por assim dizer, tecido "ordinário" verifica-se com maior ou menor clareza. O conjunto formado pela praça, a igreja, o estabelecimento comercial mais antigo e melhor suprido e suas adjacências, palco das festas e reuniões populares, familiar a quase todas as pequenas cidades do interior de qualquer região do hemisfério ocidental, constituem o que inevitavelmente será chamado de o centro, mesmo que, como exposto acima, não localize-se na posição geometricamente central (VARGAS, 2006, p. 4)

Diante disso, Vargas (2006) evidencia que as características do centro nas cidades dos notáveis, pois este se volta para o fortalecimento da coletividade por meio da realização de festividades religiosas e culturais que interligam as pessoas da comunidade local,

especialmente nas pequenas cidades, que é marcado pela presença da igreja, da praça, dos secos e molhados, entre outros. Esses elementos não estão mais presentes nas cidades modernas, pois estão voltados para os interesses, principalmente nas pequenas cidades, do agronegócio.

Assim sendo, Castell (2009) destaca que os centros urbanos congregam algumas atividades fundamentais que são: o comércio, a gestão administrativa, financeira e política. Complementando o pensamento desse autor, Ramires (1998) salienta que o centro da cidade é o local mais transformado da aglomeração urbana no que se refere aos aspectos arquitetônicos, caracterizando diferentes processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Sendo assim, essa área central, geralmente é destinada para grandes projetos de renovação urbana, fomentado pelo poder público e que abrange interesses de diversos agentes produtores do espaço urbano.

Corrêa (1999) reforça a discussão de Ramires (1998) ao afirmar que a área central se tornou o principal foco da política de renovação urbana, ao destacar que “esta consiste, sobretudo, na substituição de prédios residenciais deteriorados por novos edifícios de apartamentos. Concomitantemente verifica-se a substituição do conteúdo social [...]” (CORRÊA, 1999, p. 43). Dessa forma, o autor aponta não apenas a remodelagem urbana do centro, mas a mudança no contingente social, ou seja, a substituição do pobre pelo rico (CORRÊA, 1999).

Além disso, para Corrêa (1999), a centralização se intitula como uma das forças por meio das quais “[...] o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade. Neste sentido os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade” (CORRÊA, 1999, p. 36).

Assim sendo, Ribeiro Filho (2004) afirma ainda que:

A reestruturação da Área Central foi o resultado das ações de interesses entre o Estado e o setor imobiliário, estando associadas às necessidades de adequar a forma urbana ao novo contexto social e à acumulação do capital. Esses programas de renovação urbana alcançaram resultados limitados na área comercial e pouca eficácia no sentido de propiciar moradia à população de baixa renda (RIBEIRO FILHO, 2004, p. 160).

Paiva e Fernandes (2003) complementam ao dizer que a revitalização das áreas centrais das grandes cidades não é um processo recente, mas com o interesse do capital imobiliário, gerou-se um *boom* mundial nas décadas de 1980 e 1990 devido às suas propostas estarem ligadas ao capital público e privado que uniam o empreendedorismo empresarial ao denominado planejamento estratégico.

Segundo Castell (2009), o centro é ainda, ao mesmo tempo, um local geográfico e um conteúdo social que desempenha, dentro do espaço urbano, ao mesmo tempo, o papel *simbólico e integrador* (grifos do autor). Logo, o centro é o espaço que garante, não somente sua ocupação, mas uma coordenação das atividades urbanas, um reconhecimento ordenado e simbólico destas atividades e que cria as condições necessárias para a interlocução entre os atores.

Contudo, Lefebvre (2001) pontua uma compreensão distinta de centro urbano, em sua obra o “O direito a cidade” ao destacar as seguintes colocações:

[...] O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). [...] A criação que corresponde a nossa época, as suas tendências, no seu horizonte (ameaçador) não seria o *centro de decisões*? Este centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do *poder* (LEFEBVRE, 2001, p. 20, grifos do autor).

Para Lefebvre (2001) as principais perspectivas que enaltecem a construção e fortalecimento das áreas centrais dentro da cidade capitalista:

Através das diversas tendências esboça-se uma *estratégia global* (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centro comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a “legível”, uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianidade geradora de satisfações. [...] Outros edificarão *centros decisoriais*, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (LEFEBVRE, 2001, p. 32-33, grifos do autor).

Castell (2009), complementando Lefebvre (2001), ainda sugere a existência de alguns centros conforme seu caráter principal, sendo eles:

[...] o centro simbólico enquanto resultado do processo pelo qual uma sociedade se organiza com relação aos valores expressos no espaço; o centro-de-troca, enquanto expressão do processo de expansão urbana durante a fase de industrialização, de divisão social do trabalho, de especialização

funcional e de ocupação do solo conforme a lei do mercado; o centro lúdico, enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade valorizando, de maneira crescente, o consumo, com diferenciação espacial dos lazeres segundo a dicotomia cidade/natureza, correspondendo a uma separação definitiva do habitat e do trabalho, e uma organização horizontal da cultura, ao mesmo tempo de massa e fortemente privada (CASTELL, 2009, p. 313-314, grifo nosso).

Lefebvre (2001) indaga que o processo de construção dos centros urbanos na era da sociedade capitalista moderna perde as características usuais presentes nas cidades do passado e passa a ser marcado pela reorganização arquitetônica e urbanística que estão voltadas para atender a uma sociedade do consumo. Desse modo, esse espaço atende ao consumo privilegiado que garante as melhores condições de acesso a produtos destinados a pessoas cujo perfil econômico é mais abastado. Mas, ao mesmo tempo, Castell (2009) afirma que por causa da dinamicidade da sociedade ao usar e se apropriar desse espaço faz com que este ganhe uma variedade de características que o permite ser classificado a partir delas.

Para Whitacker (2017), o centro é uma forma espacial com conteúdos que exprimem dimensões e níveis diversos. É um espaço de encontros que pode ter contingentes, ou não, tornando o espaço de apropriação e representação. Logo, é um local de encontros e confluências. Os fluxos que se dirigem para ele e que dele partem não se resumem aos deslocamentos de pessoas e veículos, sendo também os movimentos imateriais e materiais que garante ao centro da cidade uma dimensão econômica dominante.

Isso posto, Whitacker (2017) destaca que o centro não é apenas um ponto de alocação da dinâmica econômica urbana, mas espaço para convívio e interação social e também de trocas culturais e de espaços gastronômicos. Portanto, é nele que acontece o contato com os elementos materiais e imateriais de diferentes aspectos que podem ser regionais, nacionais e internacionais.

Dessa forma, Whitacker (2017) enfatiza que o centro não é somente um espaço de consumo que se apropria da fluidez do deslocamento de pessoas e veículos para estimular o consumo da população urbana, mas também um local de trocas culturais, de manifestações, de interesses coletivos, de encontros e de socialização.

Dentre os elementos que compõem a área central, Corrêa (1999) frisa o intenso uso do solo urbano, com grande concentração de atividades econômicas, particularmente as ligadas ao setor terciário, ampla escala vertical inviabilizada pelo processo de edificação, limitada escala horizontal, restrito crescimento horizontal devido ao amplo processo de verticalização, que ocorre por substituição dos edifícios antigos, por outros mais elevados. Há, também, a

concentração diurna durante os períodos de trabalho, especialmente de pedestres, foco dos transportes intra-urbanos, área de decisões por concentrar as sedes sociais ou escritórios regionais das principais empresas presentes na cidade e em sua esfera de influência. Sendo ainda localizadas nessa porção da cidade, as instituições públicas que dão caráter de local de gestão do território.

Tais elementos demarcam o centro como espaço que se localizam os principais empreendimentos comerciais e financeiros, a sede da gestão política, local de atração de intenso fluxo de pessoas e mercadorias que se dirigem a essa área da cidade para a realização de suas necessidades e satisfações. Além de que para Johnson (1974), o centro corresponde à parte da cidade com maior conhecimento por parte dos habitantes e visitantes que têm como característica essencial à acessibilidade no espaço urbano, contando especialmente para o deslocamento do transporte coletivo.

Desse modo, o centro atrai uma gama variada de estabelecimentos, desde lojas especializadas a magazines de produtos estandarizados, boutiques e galerias de artes que têm suas lógicas locacionais pautadas no interesse de angariar consumidores com poderes aquisitivos e residentes em locais distintos que se dirigem à área central para as compras e obtenção de serviços (JOHNSON, 1974).

Enquanto que Milton Santos (1959) compreende centro como “[...] uma verdadeira síntese, pois reflete, ao mesmo tempo, as formas atuais da vida da região e da cidade e o passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano” (SANTOS, 1959, p. 28).

Dessa forma, Sposito (1991) destaca que:

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geométrico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde a cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora delas. Assim o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

Assim sendo, o centro é o local concentrador das principais atividades comerciais e de serviços, especialmente voltados ao público com poder aquisitivo e que pode ou não estar localizado no centro geométrico ou ponto inicial do sítio urbano. Contudo, esse espaço pode ser marcado pela passagem do tempo por meio de rugosidades ou cristalizações de casas e edifícios antigos abandonados ou que tiveram seus usos modificados. Além disso, Sposito (1991) reforça que o centro é um espaço de integração da vida urbana, ao dar ritmo à

dinâmica econômica, por concentrar elementos como o comércio, serviços e instituições governamentais, ao mesmo tempo, que se torna ponto de convívio e socialização da comunidade local.

Além disso, Sposito (2017, p. 28) define centro por meio “[...] de um processo de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade”.

Já para Ribeiro Filho (2004), o núcleo central é marcado pelo uso intensivo do solo urbano e pela concentração de atividades sociais e econômicas, especialmente comércio e serviços. É uma área de decisões que congrega os escritórios centrais, as sedes de empresas e as instituições governamentais. Sua paisagem é marcada pela verticalização devido a maior presença de edifícios elevados, principalmente em médios e grandes centros, não sendo tão disseminados em pequenos centros urbanos. É também o foco do sistema de transporte urbano, com predominância do fluxo de pessoas e veículos durante o dia.

Ribeiro Filho (2004, p. 156) aponta que a diversidade interna do uso do solo e uma variação na intensidade comercial permitem a composição de diferentes setores, como o *hard core*, “área de maior concentração das atividades de comércio e serviços, que representa a essência de todas as características associadas a esta área da cidade”.

Com relação à verticalização, Ribeiro Filho (2004, p. 156) destaca que “a verticalização apresenta variações em relação às atividades centrais e à intensidade comercial [...] resultando em um zoneamento vertical, com diferentes tipos de ocupação funcional por andar”.

O processo de verticalização tem atingido as cidades de médio e grande porte devido aos interesses de alguns atores sociais, como os proprietários de terra, os agentes imobiliários que visam ampliar os lucros por meio da maximização do uso do solo urbano por meio da construção de edifícios residenciais e comerciais.

No entanto, Ribeiro Filho (2004) afirma que o modelo de área central elaborado por geógrafos e sociólogos na metade do século XX não se adéqua à dinâmica atual desse espaço que teve suas funções alteradas pelo estabelecimento do processo de descentralização e pelos sistemas de informação que modificaram o gerenciamento das funções de controle e decisão ao permitir, conforme Cavalcante (2009) por meio dos avanços das tecnologias de informação e dos serviços de comunicações que proporcionaram ao comércio e aos serviços vantagens devido ao ambiente agrupar atividades complementares e facilitar os contatos face a face.

Além disso, visando maximizar a capacidade produtiva, o comércio se instala na área central com o objetivo de se aproveitar a rede convergente de comunicação, seja da local à

internacional, fator este que permite expandir suas demandas para diferentes pontos da cidade ou da rede urbana (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Silva (2006a, p. 18) pontua que o centro é “[...] o nó da articulação de vários processos que terminam por cristalizar formas características que dão movimento à estruturação do espaço urbano”. Assim, a cidade ao ser produzida pelas dinâmicas de produção, circulação e consumo, interligada à lógica capitalista, desperta a necessidade de concentrar equipamentos, serviços e atividades para que as relações econômicas e sociais possam garantir maximização e dinamicidade das possibilidades de reprodução capitalista (SILVA, 2006a).

Nesse sentido, Silva (2006a, p. 18) argumenta que:

Essa concentração conduz e possibilita os processos de centralização urbana, que materialmente constituem a formação de áreas dotadas de atributos que lhes permitem determinadas diferenças e se tornam “centrais”, o que implica em articulações distintas entre os usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a segmentada e/ou segregada social e espacialmente. As áreas centrais geram atrações, expressando centralidades urbanas de tais áreas, que podem ser múltiplas, com variadas determinantes numa mesma cidade ou na rede urbana (SILVA, 2006a, p. 18).

Os processos de concentração de atividades econômicas, especialmente de comércios e serviços, juntos de instituições governamentais e culturais, permitem a materialização de um espaço na cidade que congrega as demandas e necessidades da vida urbana, o centro, que é marcado pelo intenso e variado uso do solo, que modifica a forma urbana e que se segrega em relação a outras porções do sítio urbano.

Compreendemos que o centro garante para si as condições do desenvolvimento urbano a partir da concentração de atividades que almejam consolidar o âmago da cidade e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades humanas, proporcionando ao capital um espaço para sua produção e reprodução. Para tal, no capítulo 3 abordaremos as questões referentes ao centro urbano da pequena cidade de Terra Boa a partir do uso e ocupação do solo, destacando suas características e potencialidades.

No próximo subcapítulo abordamos de forma interdisciplinar o conceito de centralidade, pela sua importância no cenário urbano e por ser um fenômeno complexo que requer um diálogo com diferentes campos do conhecimento.

1.3 Centralidade: apontamentos para uma reflexão teórica

Corrêa (1999) afirma que a cidade se compõe de um conjunto de usos distintos que se contrapõem entre si, ou seja, área central, distritos industriais, áreas residenciais, áreas de preservação, de lazer, entre outras, que constituem a organização espacial da cidade – o espaço urbano, cujo “centro [...] funciona como o núcleo das possíveis articulações entre os usos disponíveis na cidade” (MACHADO, 2013, p. 163), nos quais Corrêa (1999, p. 6) identifica esses usos como “[...] atividades comerciais, de serviços e de gestão” que se localizam no centro urbano.

Com a consolidação do centro, este passa a ganhar a capacidade de intervir e articular as capacidades produtivas e econômicas, gerando fluxos de pessoas, mercadorias, serviços entre outros, dentro do meio urbano, para tal essa formação territorial desenvolve uma centralidade.

Dessa maneira, a compreensão de centralidade não pode estar desvinculada da estrutura urbana tendo em vista os “arranjos dos diferentes usos do solo no interior das cidades, ou seja, o mosaico-resultado do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais, do lazer e de circulação nas cidades” (SPOSITO, 1996a, p. 111). Gonçalves (2009) define que:

[...] estrutura diz respeito a um momento do processo de estruturação, a forma como se encontra e se articulam os usos do solo em determinado momento. Assim a estruturação nos remete a pensar sobre processo, fenômeno responsável pelo desenvolvimento das formas produtivas (GONÇALVES, 2009, p. 40).

O termo este que permite discutir a estruturação urbana, “sendo que esta segunda não limita a descrição e interpretação das formas e equipamentos que se encontram fixos, mas compreende os fluxos que estão em contínuo processo de movimentação [...]” (GONÇALVES, 2009, p. 40). Na cidade, dessa forma, a estruturação urbana possibilita entender como o processo que se encontra em contínuo movimento de transformação, cuja estrutura se integra na dinâmica dos processos sociais, sendo o processo inteiramente interligado à forma (GONÇALVES, 2009). Além disso, Sposito (2004) afirma que:

[...] Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea no processo mais amplo de estruturação é redefinida, não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos, mas também por desestruturação, ou seja, pela destruição das formas urbanas,

pela negação dos usos do solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcela dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos (SPOSITO, 2004, p. 312).

Para Sposito (2004) a estrutura urbana se expressa pela redefinição dos usos, seja por acréscimos ou perdas anteriormente existentes no urbano e essas remodelações da cidade ocorre por inserção de novas dinâmicas e interesses daqueles que produzem e reproduzem o espaço urbano.

Já Oliveira Júnior (2008) afirma que a cidade se encontra dividida por meio da produção desigual alocação de fenômenos em suas diferentes parcelas, consolidando uma articulação que se configura de maneira diferenciada e segmentada. O autor afirma também que:

[...] estabelecem-se espaços na cidade que dispõem de uma maior concentração de atividades que concedem a estes espaços um maior poder de articulação. Assim, estes espaços exercem atração sobre as demais parcelas do tecido urbano e constituem uma centralidade urbana, que compreende também uma área capaz de gerar e manter fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias etc.), e não apenas concentrar determinados fixos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p. 68).

Para o autor, a concentração de equipamentos, atividades econômicas e serviços são fundamentais para a dinamização dos fluxos, sobretudo de mercadorias, almejando que as trocas se efetivem de forma mais eficiente ao capital (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008). Silva (2001) complementa a discussão de Oliveira Júnior (2008) ao afirmar que essa concentração propicia uma centralidade urbana, que implica “numa articulação diferenciada nos usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a segmentada social e espacialmente” (SILVA, 2001, p. 108).

Contudo, para Lefebvre (1999), as funções, as estruturas, as formas, mesmo sendo necessárias, não são suficientes para definir o fenômeno urbano, encontrando apenas na centralidade o cerne da questão. Por conseguinte, o autor pontua:

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo (LEFEBVRE, 1999, p. 110, grifos do autor).

Lefebvre (1999) argumenta que o urbano se define por meio da justaposição e superposição de *redes*, reunião e acumulação dessas redes, compostas, umas devido ao

território e à indústria, outras ainda por causa de outros centros presentes no tecido urbano. E a *centralidade* “advém desde o primeiro recolhimento e da primeira recollecção de objetos dispersos na natureza” (p. 115, grifos do autor). Além do autor subdividi-la em duas situações, considerando as relações entre as formas e os conteúdos entre os objetos e os sujeitos, mas especialmente da forma: “a) à *centralidade*, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o ‘centro decisional’, encarnação do Estado, com todos os seus perigos”;

b) à *policentralidade*, à oniscentralidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de *centros diferentes* (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFEBVRE, 1999, p. 112-113, grifos do autor).

O estabelecimento de redes a partir da articulação entre território e indústria, e inclusive por outros centros presentes no tecido urbano, permite que a constituição de uma rede de fluxos de mercadorias, informações e pessoas que propiciam a determinadas localidades dentro da cidade a composição de uma centralidade que não somente articula, como coordena a dinâmica econômica interna urbana.

A partir da discussão de Lefebvre (1999), Silva (2001) discute que a centralidade urbana é o elemento que interliga as diversas partes da cidade, compreendidas como um conjunto. Lefebvre (1999) pontua também que:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem *relações* (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Lefebvre (1999, p. 112; 117), abordando a questão de centralidade, destaca também, que a concentração presente no espaço urbano se enfraquece e se rompe, necessitando de um novo centro, uma periferia, um alhures. “A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar”. “A centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade”.

Segundo o autor “o urbano é *cumulativo* de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano” (LEFEBVRE, 1999, p. 112, grifos do autor).

Assim sendo, Lefebvre (1999) realiza uma crítica à racionalidade dialética, por explicar apenas alguns aspectos do urbano, como a forma e suas relações com o conteúdo,

mas esquecem que existe um outro lado da questão, tratada pelo autor como pontos de obscuridade. Para o autor:

O espaço urbano se exhibe como *transparência*. Tudo significa, mesmo se os significantes ‘flutuam’. Tudo tem relação com a forma ‘pura’, sendo conteúdo na e dessa forma. A ordenação e a forma tendem a se confundir, ainda que essa forma seja simultaneamente percebida, concebida, surgida (sonhada). Mas *se* (os sujeitos, individuais ou coletivos, que também estão na realidade urbana e a constituem e nela se reúnem da mesma maneira que as coisas) percebe que essa transparência decepciona e engana. A cidade, o urbano, também é o mistério, o oculto. Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a polícia (LEFEBVRE, 1999, p. 113, grifos de autor).

Logo, Lefebvre (1999) descortina o véu da transparência do espaço urbano ao demonstrar que por trás do cenário das cidades, empreendimentos e negócios negativos a população são organizados e tramados por agentes políticos, empreiteiras e empresas, que por meio de atos ilícitos, por exemplo, transformam a urbe em fonte de lucros.

A problemática da centralidade, para Castell (2009), parte-se das relações e articulações entre os elementos constituintes da estrutura urbana, tornando-se “o revelador mais seguro da concepção das relações cidade/sociedade”, além de que a centralidade é permeada de conteúdo social e também se apresenta como um local geográfico, nesse sentido, “o conteúdo social assim definido será localizado num certo ponto ou em vários, o que equivale a uma fixação do conteúdo social da centralidade urbana considerada em si mesma fora de toda relação com o conjunto da estrutura” (CASTELL, 2009, p. 311).

Castell (2009) evidencia uma mudança significativa dentro das cidades que ressignifica centro e centralidade:

[...] Com efeito, a grande controvérsia sobre o desaparecimento do centro, e, portanto, da cidade, nas novas formas de urbanização, não tem sentido sem uma especificação destes termos. É verdade que a concentração de certas atividades de troca num espaço em relação simétrica com as diversas zonas urbanas está cedendo o lugar uma estrutura multinuclear ou a uma espécie de difusão urbana. No entanto isto não implica que exista maior correlação entre os elementos da estrutura urbana; simplesmente, esta nova centralidade pode operar através de outras formas espaciais (CASTELL, 2009, p. 315).

Peter (2010) afirma que a definição de centro e a definição de sua centralidade não podem ser consideradas de maneira simples, pois o centro nem sempre é o geográfico, sendo aquele que foi produzido nas primeiras demarcações, mas a centralidade é consolidada pelo

deslocamento. A partir das discussões realizadas, passaremos abordar mais especificamente o conceito de centralidade.

Goncalves (2009) discute no conjunto de abordagens conceituais sobre centralidade, a Escola Sociológica de Chicago baseia suas argumentações em suas principais formulações teóricas, sendo estas teorias: as das zonas concêntricas (Burgess), teoria das zonas (ou dos setores de Hoyt) e teoria dos núcleos múltiplos (de Lui e Ullman). Segundo o autor:

A teoria das zonas concêntricas compreende o desenvolvimento da cidade a partir do CDB – *Central Business District*, na expansão da cidade os processos sociais têm lugar de destaque na compreensão da cidade. A teoria das zonas (ou setores) surge como adaptação da teoria anterior, na qual existiria uma especialização funcional e social da cidade a partir de eixos radiocêntricos, tendência essa marcada pelo novo papel dos espaços de habitação na lógica locacional, o que altera os espaços intra-urbanos da cidade. E por fim, a teoria dos núcleos múltiplos que propaga a alteração dos modelos anteriores pelo padrão celular dos eixos, criando vários núcleos o que intensifica os processos de centralização e descentralização (GONÇALVES, 2009, p. 41-42, grifos do autor).

Para Gonçalves (2009) ao discutir a centralidade, a partir da Geografia Clássica, destaca a teoria dos lugares centrais do geógrafo alemão Walter Christaller. Essa teoria das centralidades se fundamenta na perspectiva da regionalização, “em que uma determinada cidade central, com suas funções e especializações determinariam seu raio de influência, com isto esse raio de influencia definiria a região a qual a cidade estabeleceria relações, portanto a noção de centralidade” (GONÇALVES, 2009, p. 42).

Diante disso, Souza (2010) destaca a análise de centralidade por meio da organização espacial a partir das interações sociobiogênicas baseada na visão da estrutura urbana de Park e que parte das unidades de vizinhança e da organização da cidade como uma organização física, que se formam, por meio de diferentes composições, funções e caráter, as distintas parcelas da cidade, dentre elas o centro. “Das atividades econômicas, tem-se que a cidade seria uma ‘conveniência’ do comércio e sua existência parte do que se constrói às margens do mercado” (SOUZA, 2010, p. 17).

Assim sendo, os autores Gonçalves (2009) e Souza (2010) abordam visões clássicas da centralidade, que a compreendem como o processo de manutenção de cidades do entorno em sua esfera de influência a partir de sua especialização e funções.

De acordo com Cavalcante (2009, p. 13), as transformações, as quais as cidades estão sendo submetidas, exigem a compreensão e distinção entre centro e centralidade, “na medida que a centralidade pode ser redefinida na constituição de outras formas espaciais, em novas

áreas de centralidade urbana”. Enquanto Sposito (2001) interpreta centro e centralidade em temporalidades diferentes com base no que se encontra fixo no espaço, no ambiente edificado, e das forças que se movem continuamente no espaço.

Dessa forma Sposito (2001) destaca que:

Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão das centralidades, do plano conceitual prevalentemente à dimensão temporal da realidade. O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e valores (SPOSITO, 2001, p. 238).

Para Sposito (1996, p. 120), a centralidade “diz respeito aos fluxos, à fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade”.

Segundo a autora, a centralidade é redefinida conforme o centro principal atinge uma maior complexidade e se torna necessário novas áreas centrais, pois somente um centro não satisfaz as novas necessidades. Sendo assim, o centro principal se amplia conforme o aumento da população que ele serve (SPOSITO, 2001).

Destarte para Sposito (1996, p. 4) “[...] a centralidade é entendida enquanto processo, e o centro como expressão territorial”. Para Pereira (2013), a centralidade surge de processos dinâmicos que se fundam e se evidenciam no território, “como a localização de empreendimentos comerciais e de serviços, bem como imobiliários, voltados, sobretudo ao uso residencial, o que redefine continuamente a centralidade” (PEREIRA, 2013, p. 4).

Já Cavalcante (2009) pontua também a compreensão dessa temática por meio da centralidade intraurbana, através de três vertentes, sendo “[...] a da perspectiva convencional, que explora a estruturação do espaço urbano em seu sentido funcional”, já a segunda vertente se refere a “organização social, onde o urbano e a estrutura urbana são considerados reflexos das relações sociais” e por fim o autor destaca a do espaço na qual “os processos espaciais na constituição de formas urbanas e de seu conteúdo” (CAVALCANTE, 2009, p. 13).

Para esses autores a centralidade é resultante da construção das relações sociais que se desenvolvem no centro urbano, além da confluência de atividades especializadas e complexas ligadas ao comércio e aos serviços que se voltam um público mais exigente e com alto poder aquisitivo.

Para Silva (2006a), a existência de articulação das determinantes da reprodução da cidade pela centralidade é demarcada pelas relações entre funções, formas, estrutura e

processos urbanos que geram uma complexidade que se transforma devido a diversos fatores, os quais se exprimem de formas diferenciadas, conforme as variações dos requisitos de atratividade e acessibilidade. Dessa forma, a centralidade ocorre em: “[...] diferentes escalas, que se articulam e se superpõem; que se manifestam nas relações entre as escalas da cidade e da rede urbana e, ainda, em diferentes padrões socioespaciais que configuram o aumento das desigualdades presentes no espaço urbano” (SILVA, 2006a, p. 19).

Contudo, Peter (2010) atribui à centralidade atual e ao comércio não somente pela proximidade, mas principalmente porque os tradicionais centros de qualquer cidade em sua constituição inicial alocavam as residências das populações de maior renda, logo o comércio tendia a se estabelecer próximos a essas zonas residenciais com vista a seu abastecimento. Portanto, “[...] no século XIX e no início do século XX, as atividades urbanas exigiam certa proximidade e os transportes eram mais escassos, desenvolver não só atividade comercial, mas cultural e administrativa perto das residências era uma questão de vantagem econômica” (PETER, 2010, 89).

Já para Corrêa (1997), partindo-se de uma revisão histórica, argumenta que no período pré-capitalista não é possível falar em uma rede de centralidades, contudo com a constituição do modo de produção capitalista, tal rede aglutinará duas funções essenciais: compor uma rede de distribuição necessária à acumulação capitalista e uma estrutura para a reprodução das classes dentro da sociedade. Corroborando com Correa (1997), Rangel (2003) destaca em suas pesquisas que a centralidade se pauta na intensidade de bens e serviços oferecidos pela cidade núcleo aos municípios circundantes.

Assim sendo, Polèse (1998, p. 58) evidencia que o princípio da centralidade apresenta “relações de troca e as outras relações entre os agentes econômicos dão origem a um lugar central. O termo centralidade é aqui entendido no seu sentido geográfico (o lugar é o centro geométrico de um espaço) e no sentido de centralização [...] da produção num lugar”.

Desse modo, Sposito (1991, p. 16) destaca que a centralidade urbana é “o processo de produção de novas formas/expressão da centralidade são reforçadores noção de concentração, na medida em que se reproduz as formas de centralidade ao se exprimir uma ‘poli(multi)centralidade’” ou seja, uma “estrutura urbana multinuclear, que caminha para uma segregação espacial.

Assim, Sposito (1998) entende centralidade urbana a partir de duas escalas territoriais: a intraurbana e a rede urbana. Na primeira situação, aborda as distintas formas de expressão da centralidade partindo do território da cidade ou da aglomeração urbana, conforme seu centro ou centros. Na segunda situação, destaca que a compreensão ocorre a partir da cidade

ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, podendo ser entendido por meio de diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de forma a inferir o papel da cidade central.

A partir da discussão de Sposito (1998), Endlich (2006) alerta sobre a redução ou perda da centralidade urbana nas pequenas cidades, particularmente no norte e noroeste paranaense, especialmente nas cidades que apresentam processo de regressão populacional e econômica, contudo reforça a diversidade de situações presentes nesses aglomerados urbanos e que podem ser compreendidos a partir dos elementos que compõem a centralidade.

Dessa forma, para a Endlich (2006):

[...] as pequenas cidades ganham novos significados, extrapolando o costumeiro papel de localidade central. Por isso mesmo, com a redução da centralidade elas não são insignificantes, por mais que se encontrem fragilizadas. Entretanto, esses novos papéis não possuem um esquema explicativo regular, embora os processos apresentem tendências parecidas. A multiplicidade e a diversidade de situações destas cidades indicam que o entendimento das mesmas no âmbito da rede urbana precisa considerar vários elementos, denotando uma certa complexidade. De qualquer maneira, os papéis das pequenas cidades são reafirmados (ENDLICH, 2006, p. 189).

O processo de reafirmação da centralidade urbana das pequenas cidades passa pela modificação da sua importância e seu papel dentro da rede urbana especialmente nos aglomerados com dinamicidade econômica que usufruindo das relações com outros centros maiores ampliam sua capacidade produtiva e de atração de fluxos e investimentos, conforme Carlos (2001) para consolidação de uma centralidade.

Dessa forma, Carlos (2001) discute a centralidade como composição de lugares como ponto de acumulação e atração de fluxos, centro social e mental que se define pelo encontro e pela reunião, sendo uma forma vazia que necessita de relações sociais, situações e objetos. Dessa forma, Cavalcante (2009, p. 22) complementa a ideia de Carlos (2001) ao destacar que “a formação de novas áreas de centralidade está relacionada ao próprio crescimento urbano, que impulsiona a descentralização de equipamentos e atividades, que se deslocam do centro tradicional para diversos espaços na cidade e seu entorno”.

Dando continuidade sobre a reflexão conceitual de centralidade, Demamann (2011, p. 112) destaca que “estas estão articuladas às necessidades de reprodução, acumulação do capital e das novas relações de trabalho que se estabelecem e se expressam muitas vezes na saturação do centro principal”. Diante disso, o autor evidencia que estas ocorrem devido “as necessidades impostas pelas novas formas contemporâneas de reprodução do capital urbano”.

Já Castell (2009, p. 315, grifos do autor) em relação aos demais autores, apresenta reflexões de centralidade urbana a partir de alguns níveis, dentre o econômico e o político-institucional. No “nível econômico a centralidade exprime certa correlação dos diferentes elementos econômicos da estrutura urbana (produção, consumo, troca) bem como as relações internas de cada elemento”. Para o autor ocorre “um conjunto de processos incluídos na problemática geral dos *translados* na estrutura urbana”.

Nesse sentido, o centro urbano não pode ser considerado uma entidade espacial definida totalmente, mas a conexão de determinadas funções ou atividades desempenham papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana (CASTELL, 2009). “Com relação ao nível *político-institucional* [...] pela problemática da centralidade, da ideia de *hierarquia*, enquanto expressão da ordem social e de sua transcrição institucional” (CASTELL, 2009, p. 316, grifos do autor).

Castell (2009) afirma ainda que:

[...] a centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, a expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Que quer dizer, à medida que há distintas atividades, esta divisão se especializa e ao especializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial (CASTELL, 1982, p. 65).

Para Santos (2008), a centralidade pode ser compreendida como resultado e quesito das diferenciações presentes no processo de apropriação do espaço por meio das atividades terciárias e industriais. Nesse sentido, Sposito (2009) complementa a abordagem de Santos (2008) sobre a centralidade urbana ao destacar que esta:

Caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada. Ou seja, nelas não se reproduz a alocação de todas as atividades tradicionalmente centrais, mas selecionadamente de algumas destas. Daí a caracterização do processo como desdobramento da centralidade (ao invés de reprodução da localização das atividades centrais em menor escala, como o que se observa nos sub-centros), como se o centro se multiplicasse, desdobrando-se especializadamente em outros eixos da estrutura urbana (SPOSITO, 2009, p. 4).

Segundo Silva (2006), o processo de redefinição da centralidade tem modificado a estruturação da cidade, alterando a convivência das pessoas que a frequentam e habitam. Apresenta uma separação socioespacial conforme o poder aquisitivo que impacta nas escolhas dos locais a serem frequentados e demonstra a presença de uma segmentação no espaço urbano. Essas distinções a serem analisadas por novas lógicas da produção do espaço urbano produzem novas áreas centrais e alteração da ideia de concorrência e complementaridade das

diferentes localidades do espaço urbano redelimitando as formas, funções e estruturas a partir da perspectiva da reprodução capitalista.

Tal processo, conforme Silva (2006), complexifica e dialetiza a estruturação da cidade redefinindo a centralidade conforme as modificações nas lógicas de localização, ocorrendo, assim, a policentralidade que seria a construção de áreas centrais que se distinguem, que se disseminam e/ou colaboram para a segregação. Essa tendência é ampliada com a facilidade de transporte que garante uma seletividade de acesso às localidades se estendendo para a escala da rede urbana redefinida, sendo assim, a centralidade intraurbana (SILVA, 2006).

Conforme Ajonas (2009), “as mudanças na produção têm papel primordial na criação da lógica que promove a reestrutura os espaços e a criação de novas centralidades”. Com relação à reestruturação urbana, a autora destaca também que:

A dialética existente no processo de reestruturação urbana atua promovendo a geração de novas centralidades, ao passo que se criam espaços desprovidos de centralidade, espaços relegados ao abandono. A implantação, no plano do território, de todo um sistema de objetos, atua como resultado e como causa da formação de novas centralidades, e, quanto mais elas se estabelecem em determinados pontos, mais outras áreas vão ficando à margem das novas dinâmicas que se implantam, tornando lugares distantes cada vez mais próximos e lugares próximos, distantes. Tal fato pode ser observado em vários níveis escalares (AJONAS, 2009, p. 95).

A mudança na valorização do solo urbano gera a realocação das atividades urbanas, como comércio, serviços e indústrias que se deslocam para as localidades mais acessíveis, reordenando dentro da malha urbana os fluxos e redefinindo os fixos, dessa forma, cria-se novas centralidades dentro da cidade, enquanto as anteriores acabam perdendo funções ou se desestruturando.

Dessa forma, se produz uma multi(poli)centralidade, Sposito (2010) afirma que o processo de redefinição da centralidade tem ganhado importância e que este perpassa quatro dinâmicas que são: a) as novas instalações dos serviços e equipamentos comerciais geram modificações na estrutura e no papel do centro tradicional ou principal, gerando uma redefinição do centro; b) a velocidade das transformações econômicas que ocorreram com a passagem do sistema produtivo fordista para as formas de produção flexíveis estabelece modificações na estrutura interna das cidades e nas relações entre as cidades de uma mesma rede; c) a redefinição da centralidade não é um processo novo, contudo obtém novas dimensões conforme o impacto das mudanças atuais, não apenas nas metrópoles e grandes cidades, mas também nas cidades médias, e; d) a propagação da utilização do automóvel e

acréscimo da importância do lazer e do tempo voltado para o consumo reordenaram o cotidiano das pessoas e a lógica do posicionamento dos equipamentos comerciais e de serviços.

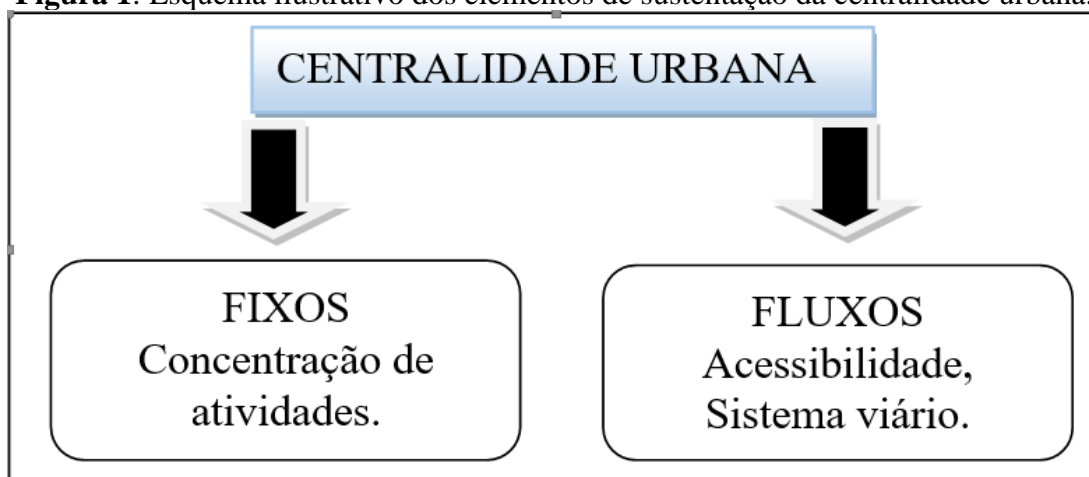
Segundo Demamann (2011), também as respectivas dinâmicas geram o desenvolvimento dos processos de mudança no interior das cidades e exige uma reflexão mais profunda sobre os níveis de especialização intraurbana, ponderando os aspectos econômicos em cada formação socioespacial. Dessa maneira, “a centralidade refere-se à organização do arranjo estrutural interno da cidade, considerando os aspectos funcionais, orgânicos e culturais” (DEMAMANN, 2011, p. 114).

Para Sposito (2010, p. 204), a centralidade incorpora inúmeras áreas de intensa concentração de atividades, além de zonas com altos índices de frequência de diversas naturezas e intensidades, “[...] definindo um núcleo de concentração, mas de diferentes níveis e redes de fluxos indicando diferentes expressões de centralidade”. Além disso, Cavalcante (2009, p. 26) afirma ainda que “[...] é na dimensão espacial que a centralidade se concretiza, adquire forma específica e passa a integrar a estrutura espacial urbana como centro ou novas áreas de centralidade [...]”.

Para Demamann (2011), Sposito (2010) e Cavalcante (2009), a centralidade está ligada aos níveis de especialização urbana os quais geram um determinado arranjo estrutural interno da cidade, devido à concentração das atividades econômicas, culturais e institucionais que produzem diferentes níveis de redes e fluxos, permitindo que o tecido urbano adquira novos centros e novas áreas de centralidade.

No entanto, para a compreensão de centralidade, é necessário destacar os elementos espaciais que o sustentam e que derivam do próprio conceito de centro, sendo eles: “a concentração de atividades produtivas diversificadas, que é relativa ao que se fixa no espaço; e a convergência/divergência de pessoas, bens e informações que se estabelece mediante a acessibilidade dos espaços garante os fluxos” (CAVALCANTE, 2009, p. 26). Para uma melhor compreensão desse processo construímos um simples esquema (Figura 1).

Figura 1: Esquema ilustrativo dos elementos de sustentação da centralidade urbana.



Fonte: Gusmão (2019), adaptado de Cavalcante (2009, p. 26).

No que se refere aos fluxos, Whitacker (2017, p. 149) destaca que o incremento, a disseminação e a difusão têm possibilitado a formação de centros e não somente um centro na cidade. E a existência de mais de um centro ao mesmo tempo, permite num mesmo território, “expressões de centralidade que se manifestam também de modo cambiante e efêmero”.

Quanto aos fixos, Cavalcante (2009) discute que a concentração de atividades produtivas no espaço urbano origina-se das economias de escala que favorece o desenvolvimento dessas atividades. No centro das transformações se reorganiza a estrutura de produção das cidades que aderem uma economia terciária, de comércio e serviços e também quaternária da informação. Os métodos flexíveis de produção, motivadores da expansão do setor terciário e das modificações no sistema produtivo da indústria, mudam as lógicas locais implementadas no espaço urbano (GOTTDIENER, 1997).

Desta forma, Whitacker (2017); Cavalcante (2009) corroboram com Gottdiener (1997) ao destacar que os fixos são os objetos estáticos presentes no espaço urbano e passam por mudanças menos dinâmicas que são os estabelecimentos comerciais, indústrias, instituições governamentais, por exemplo, enquanto os fluxos são marcados pelas movimentações de mercadorias e pessoas, cujos deslocamentos ocorrem a pé ou por veículos motorizados, como carros, motocicletas, ônibus e caminhões, e as informações que são disseminadas pelo meio de comunicação, especialmente a *Internet*.

Já Cavalcante (2009) sugere também que os padrões flexíveis de produção do terciário impelem a constituição e a sustentação de áreas de concentração de atividades no espaço urbano, transformando o centro tradicional e promovendo a construção de novas áreas de centralidade. O centro tradicional é pressionado para ser redefinido e revalorizado para que o

ambiente construído atenda aos novos requisitos do terciário avançado, integrando tecnologias e a agilidade do espaço da era informacional.

Complementando Cavalcante (2009), Whitacker (2017) pontua que as transformações impostas pelas novas necessidades do sistema produtivo demonstram que “a base territorial dessa centralidade passa, cada vez mais, a se mostrar distribuída na cidade e mesmo fora dela, no âmbito da aglomeração urbana, pois os centros tendem a possuir especializações socioeconômicas, temáticas ou lúdicas” (WHITACKER, 2017, p. 149-150).

Conforme Cavalcante (2009), as novas áreas de centralidade tendem dispersar novos pontos de concentrações de atividades terciárias pelo tecido urbano, por meio da recentralização, mesmo com os avanços dos sistemas de comunicação e das tecnologias da informação, o comércio e os serviços conseguem garantir vantagens devido o ambiente congregar atividades complementares e por favorecer os contatos face a face.

Assim sendo, os autores Cavalcante (2009), Milton Santos (2006) demonstram as consequências que os sistemas de comunicação e as tecnologias de informação mudaram a vida humana, o setor produtivo e a própria produção e reprodução do espaço urbano, impacto inclusive na redefinição do centro urbano e sua centralidade.

Para Milton Santos (2006),

[...] A cidade moderna nos move como se fôssemos máquinas, e os nossos menores gestos são comandados por um relógio onipresente. Nossos minutos são os minutos do outro e a articulação dos movimentos e gestos é um dado banal da vida coletiva. Quanto mais artificial é o meio, maior a exigência de racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade. Mas esses imperativos da vida urbana estão cada vez mais invadindo o campo modernizado, onde as consequências da globalização impõem práticas estritamente ritmadas. A racionalidade que estamos testemunhando no mundo atual não é apenas social e econômica, ela reside, também, no território (SANTOS, 2006, p. 122).

Tendo por base as ideias apresentadas por Milton Santos (2006), Cavalcante (2009) apresenta outro processo de centralidade urbana, na qual destaca “as dinâmicas relativas ao terciário e seu impacto na concentração de atividades conferem ao processo de formação de centralidades certa efemeridade com tendência a destruição de referenciais existentes” que contribuem para a construção de “novas formas urbanas, que rapidamente atraem deslocamentos de pessoas em sua direção”. Assim sendo, a autora destaca ainda que tais “mudanças na localização de atividades na cidade podem extrair sustentação de centros mais tradicionais” além de criar “condições para a formação de novas áreas de centralidade, num movimento duplo de descentralização e de recentralização” (CAVALCANTE, 2009, p. 29).

Para Cavalcante (2009, p. 29), o direcionamento dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e recursos no tecido urbano devem-se à centralidade intraurbana. “Nas relações interurbanas, no entanto, são os fluxos de pessoas, em seus deslocamentos diários, que especificam a estrutura espacial”. Para tal, Villaça (2001) aborda que as relações estabelecidas entre os diferentes pontos da estrutura urbana – locais de trabalho, moradia, compras, serviços, lazer, etc. – são materializadas por meio dos deslocamentos dos seres humanos, à medida que são portadores da força de trabalho e/ou consumidores.

Portanto, Cavalcante (2009) ressalta que “as centralidades são constituídas nas possibilidades e facilidades de acesso aos deslocamentos diários de pessoas que encontram no espaço urbano, capazes de direcionar os fluxos para pontos de convergência/divergência”. Assim, para a autora a acessibilidade torna-se um elemento fundamental do espaço, pois “permite que os consumidores e os trabalhadores cheguem aos locais de atividades na cidade, sustentando a concentração e a diversificação dessas atividades e constituindo em elemento necessários a formação de centralidades” (CAVALCANTE, 2009, p. 29-30).

No próximo capítulo “*O contexto histórico-geográfico da pequena cidade de Terra Boa*” abordamos as questões históricas, demográficas e econômicas com objetivo de compreender a realidade urbana estudada nesta dissertação.

CAPÍTULO 2

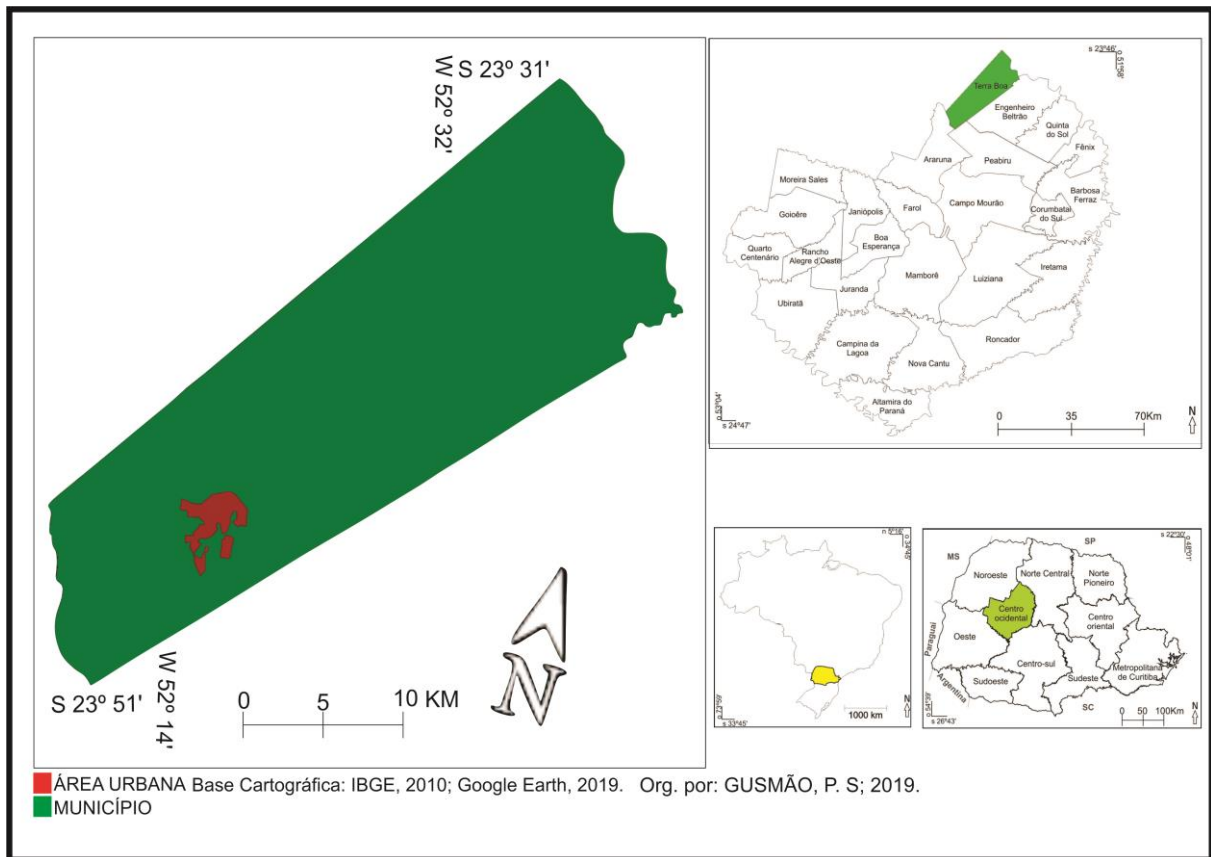
O CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA PEQUENA CIDADE DE TERRA BOA – PR

Este capítulo objetiva caracterizar a cidade de Terra Boa, abordando os elementos históricos, econômicos, demográficos e urbanísticos. A formação dessa cidade é resultante do processo de colonização implantado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Diante disso, espera-se contribuir com subsídios para a caracterização de Terra Boa enquanto centro local, constituído de importância significativa em nível regional.

Os autores Sposito e Silva (2013) discutem ainda que essas realidades urbanas possuem uma totalidade particular que vai exaltá-las e movimentá-las por meio de processos capitalistas de produção, demonstrando um mundo e uma formação socioespacial derivada contraditoriamente pela sociedade durante o tempo.

O município de Terra Boa (Figura 2) localiza-se na porção centro-ocidental do Estado do Paraná e integra a Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, pertencendo à Microrregião Geográfica de Campo Mourão. Conforme as informações do Caderno Estatístico do Município de Terra Boa, elaborado pelo IPARDES (2019), suas coordenadas geográficas de referência são: 23° 46' 05" de Latitude Sul e 52° 26' 39" de Longitude Oeste e a altitude de 575 metros. O município limita-se com os seguintes municípios: ao norte com Doutor Camargo, Ivatuba e Ourizona, a leste com Engenheiro Beltrão, ao sul com Araruna e Peabiru e a oeste com Jussara.

Figura 2 – Localização do município e da sede urbana de Terra Boa (PR).



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2019. Org. por: GUSMÃO, P. S.; 2019.

O município de Terra Boa, com referência ao meio físico, insere-se no Terceiro Planalto Paranaense, ou Planalto de Guarapuava. Segundo Maack (2012), a composição geológica do terceiro planalto é relativamente simples. Já que do ponto de vista geológico, esse planalto é marcado pelos derrames de lavas basálticas sobre depósitos eólicos da formação Botucatu, sendo que sobre os últimos derrames de lava se desenvolve a camada do arenito Caiuá, que “[...] representa a continuidade do processo de sedimentação eólica terrestre iniciada no rético ou Triássico superior com a deposição do arenito Botucatu no deserto mesozoico, que perdurou até o eocretáceo” (MAACK, 2012, p. 490). Além disso, o território terrabonense encontra-se no Planalto de Campo Mourão, subdivisão do planalto de Guarapuava. “O relevo predominante no sudeste dessa região são mesetas e largos platôs, enquanto no oeste ocorrem extensas chapadas e platôs suavemente ondulados (na região do Arenito Caiuá)” (CAMARGO, 2001, p. 20).

Essas características geológica-geomorfológicas somadas às condições climáticas possibilitaram as formações de diversos tipos de solos, como por exemplo, os latossolos vermelhos-escuros, que são excessivamente ácidos, com baixa fertilidade os quais apresentam suscetibilidade à lixiviação de acordo com os regimes de chuvas; os podzólicos vermelho-

amarelados, que são excessivamente ácidos, profundos e bem desenvolvidos, possuindo moderada fertilidade natural, contudo são facilmente erodíveis; e latossolos roxos, que são constituídos de solos minerais, profundos e não hidromórficos, podendo ser álicos e distróficos, com baixa fertilidade natural, e eutróficos, com alta fertilidade natural, conforme Embrapa (1984). Tais condições naturais foram essenciais para a ocupação do território devido à capacidade de desenvolvimento da agricultura, pela presença de solos férteis e agricultáveis, fatores importantes para o desenvolvimento agrícola atual do município.

Com relação às condições climáticas que influenciam o território terrabonense, de acordo com Maack (2012), essa área predomina o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes e pouca frequência de geadas, com possibilidade de concentração de chuvas nos meses de verão, sem um período de seca definido. No que se refere à temperatura nos meses mais quentes, a temperatura média é superior aos 22°C e nos meses mais frios, inferior a 18°C, com uma temperatura média anual de 20°C e com índices de precipitações pluviométricos entre 1.300 e 1.600mm e umidade relativa de 75%, sem deficiência hídrica.

Já a hidrografia é marcada por rios de primeira e segunda ordem que integram a bacia do rio Ivaí, inserida na grande bacia do rio Paraná. “O rio Ivaí é um dos rios que fluem em direção ao continente, nascendo junto a Serra do Cadeado e desaguardo no Rio Paraná” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008, p. 100). Além disso, a hidrografia municipal é composta por dez microbacias, dos respectivos rios: São Mateus, Palmital, Mamonal, Ibertioga, Cananéia, Marapuama, Azul, Taquarimbé, Figueira e Abelha (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

No tocante à vegetação, destaca-se a presença da Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Semi-Caducifólia), cuja composição florística apresenta a perda das folhas entre 20 a 50% componente arbóreo, nos períodos desfavoráveis (seca ou frio). E “compreende as formações florestais das regiões norte e oeste do Estado, entre 800m e 200m de altitude, com florística diferenciada e mais empobrecida em relação às formações ombrófilas” (RODERJAN; GALVÃO; KUNIYOSHI; HATSCHBACH, 2002, p. 7).

Dessa forma, compreende-se que as condições naturais do território terrabonense são favoráveis para o processo de ocupação, especialmente pelas características pedológicas e climáticas, que propiciam o desenvolvimento de atividades agrícolas, particularmente a cultura cafeeira, fatores estes que estimularam a colonização do município de Terra Boa, ao propiciar a migração de pequenos agricultores que se dirigiam para o município com vista à aquisição de terras para desenvolvimento da produção de café e para seu sustento.

2.1 O contexto histórico da cidade de Terra Boa

No presente subcapítulo abordamos o contexto histórico da pequena cidade de Terra Boa a partir da caracterização do processo de colonização e ocupação do município.

O processo histórico da cidade de Terra Boa (PR) confunde-se com a própria história da colonização da porção norte e noroeste do Estado do Paraná pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tendo em vista que a mesma planejou e efetivou a repartição das glebas pertencentes ao município, realizou a negociação e vendas desses lotes e desenvolveu a área urbana da futura cidade.

Para Santos e Oliveira (2011), as transformações e o aparecimento de núcleos urbanos distintos surgiram em todas as frentes pioneiras de ocupação territorial, contudo a urbanização paranaense se efetivou a partir do século XX, com a economia cafeeira e as políticas de intervenção com vista à colonização do Norte Pioneiro.

Logo, as frentes colonizadoras passaram a atuar nessa região, motivadas por interesses econômicos e políticos e especialmente pela exploração de alguns cultivos agrícolas, seguindo a expansão da produção cafeeira de São Paulo e Minas Gerais, nas primeiras décadas do Século XX (CARVALHO, 2016). Trintin (1998) destaca que nessas frentes colonizadoras, além do café, cultivava-se também arroz, algodão, feijão, mandioca, entre outros.

Para Swain (1988), a proximidade das regiões Norte e Noroeste paranaense com o Estado de São Paulo propiciou o aumento populacional rapidamente, população que foi persuadida pelas atividades agrícolas ligadas ao “ouro verde”, o café.

Além da expansão cafeeira, Carvalho (2016) pontua também que:

Os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional, contribuíram para esse movimento, sendo atrativos para várias famílias que buscavam novas formas de sobrevivência, em muitos casos de imigrantes que sentiam dificuldade em permanecer nas fazendas dos demais Estados (CARVALHO, 2016, p. 29).

Outro fator importante para a expansão cafeeira e que impulsionou a colonização das terras pertencentes à gleba de Terra Boa, foram as condições naturais que eram favoráveis à produção de café, principalmente os solos férteis advindos das terras rochas do norte e noroeste paranaense, além dos relevos e climas favoráveis, por serem propriedades planas com fácil acesso a fontes de água, com boas condições de precipitação e poucas ocorrências de geadas, garantindo condições propícias ao desenvolvimento da cafeicultura.

Diante disso, Magalhães Filho (1996) afirma que devido a essa porção do território paranaense limitar-se com o Estado de São Paulo, a expansão cafeeira alcançou o Paraná por meio do Vale do Itararé, permitindo a constituição de várias fazendas e o aparecimento dos primeiros núcleos urbanos. Essa região paranaense era considerada como um prolongamento de São Paulo, pela proximidade com seu território estadual e inclusive sua população era composta por paulistas e mineiros que trabalhavam com a produção cafeeira.

Segundo Carvalho (2016, p. 29), “para as empresas de colonização, a região era alvo da especulação imobiliária e as vendas de pequenos lotes às famílias impulsionaram o deslocamento de milhares de trabalhadores até o Estado do Paraná”. É nesse sentido que Magalhães (2003) enfatiza que foi:

Mediante a veiculação de intensa propaganda, particularmente em São Paulo e nos demais estados do Sudeste, os projetos de colonização atraíram milhares de famílias interessadas em se instalar como produtores rurais. Além de formarem pequenas propriedades dedicadas ao plantio de café, os colonos mantinham lavouras de subsistência e criação de animais domésticos, empregando, essencialmente, mão-de-obra familiar (MAGALHÃES, 2003, p. 14).

A autora também evidencia que um dos principais fatores que viabilizou o ciclo do café no Paraná, da forma que se processou, foi o “[...] estilo de colonização dirigida que se implantou no Estado desde os anos 1920”, além de que “várias iniciativas se desenvolveram, tanto públicas quanto privadas, destacando-se o grande empreendimento sob a responsabilidade da companhia inglesa Paraná Plantations” (MAGALHÃES, 2003, p. 13). Além de sua subsidiária, conforme Yokoo (2013), a Companhia Melhoramentos de Terras Norte do Paraná foi responsável pela venda e colonização das terras pertencentes à gleba que originaria o município de Terra Boa.

Dessa maneira, Peraro (1978, p. 27) destaca que: “[...] a ação das Companhias colonizadoras ao adquirir grandes áreas de terras, estavam proporcionando condições para uma real concretização de ocupação agrícola e demográfica da região mediante a colonização dirigida por particulares e pelo governo”.

Logo, visando atender aos interesses destacados por Peraro (1978), tanto por parte das colonizadoras e também pelo governo de expandirem as atividades agrícolas e o povoamento para essa região do Estado do Paraná, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: “[...] adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes uma área de 415 mil alqueires.

Posteriormente, mais algumas aquisições elevaram o acervo da empresa colonizadora a 515 mil alqueires [...]” (CMNP, 1975, p. 70).

O processo de colonização efetivada pela companhia colonizadora ocorreu da seguinte forma e cujo reflexo pode ser visto atualmente na organização territorial do norte e noroeste paranaense, especialmente com relação à rede urbana dessa porção do território paranaense, pois:

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais (CMNP, 1975, p. 70).

A ação da CMNP (1975) tinha como objetivo construir uma rede urbana para possibilitar o desenvolvimento da região norte e noroeste do Paraná, dando suporte à produção e escoamento da safra cafeeira dessa porção do Estado, sendo que cada cidade construída deveria comportar funções mais complexas em relação as outras cidades, especialmente as de maior importância econômica.

É neste sentido que Fresca (2007a) complementa a ideia apresentada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (1975), ao afirmar que a cidade apresentava um traçado geométrico no formato de tabuleiro de xadrez, cuja área central continha uma igreja e uma praça, com quadras de 100x100 metros, subdividas em lotes de 20x24 metros de testada, com ruas com nomes definidos e algumas áreas com funções pré-definidas.

Com relação à zona rural a CMNP (1975) destaca que:

[...] seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 e 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria seu pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão [...] (CMNP, 1975, 70-72).

Após a demarcação dos lotes, a CMNP colocava à venda, sendo que a aquisição era obtida mediante a visita dos interessados nas:

[...] glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar o negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias [...] mais vinte por cento [...] o restante pago em quatro anos: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia essa módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano (CMNP, 1975, p. 124).

A Companhia para garantir o sucesso do empreendimento imobiliário criou um meticuloso planejamento para subdividir tanto as glebas urbanas, como descrita por Fresca (2007a), como as zonas rurais descrita pela CMNP (1975), que para melhor aproveitamento as propriedades rurais eram divididas em lotes de 10, 15 e 20 alqueires, com a frente com acesso para a estrada e no fundo um ribeirão, dessa forma facilitaria a produção de café por permitir o acesso direto à água para o abastecimento domiciliar, para a produção e para o escoamento da produção, enquanto que a venda era feita por divulgação em jornais e pelo acesso direto do comprador com a Companhia pela escolha do lote, cujos pagamentos eram feitos de forma parcelada para auxiliar nos negócios.

Iniciada o processo de colonização, a cidade de Terra Boa foi fundada em 1951 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colonizadora que teve sua estrutura urbana e rural desenvolvida conforme o padrão descrito anteriormente e que reflete até hoje em sua paisagem urbana. Sendo a cidade marcada por uma estrutura urbana em formato de tabuleiro de xadrez, com quadras de 100x100 metros e lotes de 20x24 metros. Na área central continha a Praça João XXIII e a principal igreja, a Igreja Matriz São Judas Tadeu foi construída no ponto mais alto do município, sobre um espigão (FERREIRA, 2006; GUSMÃO; BOVO, 2015; PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Dessa maneira, o plano diretor de Terra Boa (2008) pontua que a cidade foi planejada de acordo com as estratégias desenvolvidas pela companhia colonizadora da época e seu projeto possui espaços destinados às repartições públicas, praças, centros esportivos e de lazer, enquanto as glebas rurais eram pouco a pouco ocupadas por imigrantes lavradores.

É importante destacar que o nome da cidade foi dado pela CMNP, pela comissão de engenheiros que subdividiram as glebas, separando o território terrabonense do patrimônio dos municípios de Cianorte e Jussara do de Terra Boa. Logo, “o povoado já nasceu com a denominação atual e foi dado pelo departamento de topografia da empresa, que separou, distintamente, o território do nascente patrimônio dos municípios de Jussara e Cianorte” (FERREIRA, 1996, p. 680).

Diante disso, Ferreira (2006) destaca que o nome do município deriva em virtude da fertilidade dos solos, denominado de latossolos roxos, conhecido popularmente como terra roxa, que é favorável à produção de diferentes tipos de cultivo, especialmente café e cereais.

Segundo Ferreira (1996, 2006), por meio da Lei n. 2.411, de 13 de julho de 1955, foi criado o município, com território desmembrado de Engenheiro Beltrão e implantado em 11 de dezembro do mesmo ano. Nesse ano, o senhor Carlos Marcondes era eleito primeiro prefeito municipal (FERREIRA, 1996, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

De acordo com Ferreira (1996), as primeiras famílias se dirigiram para o município de Terra Boa em 1951, dentre elas as de João Celestino de Souza e seus filhos Levino José de Souza, Dadirce Damácio de Souza e Manoel de Souza que auxiliaram na demarcação topográfica do município, e Francisco Mariano, Arthur Marques, Manoel Evaristo da Silva e Clodoaldo Barboza Braga, primeiro farmacêutico e líder regional (FERREIRA; 1996, 2006).

Assim, iniciou-se o desenvolvimento do município de Terra Boa, tendo em vista que inúmeros agricultores foram atraídos de diferentes unidades federativas do Brasil e também de outros países, dentre eles destacamos os imigrantes italianos, japoneses, espanhóis, alemães, poloneses, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Além disso, o distrito de Malu, em 1959, adquiriu instalações de água e em 1961 os geradores de luz foram substituídos por energia elétrica em toda a sede urbana de Terra Boa e no distrito de Malu, sendo o primeiro distrito no Paraná a receber energia elétrica (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Em 1962, Malu foi oficializado distrito, ganhando a Praça Luiz Peraro, que homenageava o filho do prefeito no período, Orlando Peraro. Na sede de Terra Boa era fundada a Igreja Católica, a Praça Santos Dumont e um cinema (atualmente extinto).

Com as intensas geadas ocorridas em 1975 que destruíram os cafezais, o município passou por um processo de êxodo rural, com famílias se dirigindo para a sede urbana ou outras localidades, levando a diminuição populacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008). Para Beneton e Bovo (2009), a justificativa da diminuição populacional não ocorreu somente pela geada de 1975, mas também pelo processo de modernização da agricultura por meio da mecanização e a inserção do milho e da soja no cenário agrícola terrabonense em detrimento do café, passando a utilizar pouca mão-de obra.

Na década de 1980, inicia-se o processo de industrialização com vista a manter a população em Terra Boa. Conforme Beneton e Bovo (2009), o processo foi fortalecido pela política municipal que incentivou e estimulou a industrialização terrabonense. Corroborando

com os autores, o plano diretor de Terra Boa (2008) destaca que nesse período existiam na cidade 18 fábricas de calçados, indústrias de estofados e confecções.

Segundo a Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), em 20 de novembro de 1990, o município foi elevado à Comarca por meio da Lei n. 9.309. Em 1992 foi inaugurado o Hospital Municipal São Judas Tadeu que atualmente passa por uma reforma iniciada no final de 2018 e com prazo de término para março de 2019.

Atualmente, a atividade econômica é regida pela agricultura, com o cultivo de soja, cana-de-açúcar, milho, trigo, mandioca, produção de pastagens e outras culturas. Conta também com indústrias de bens, como de móveis, calçados, confecções, alimentícias e o comércio de vestuários, móveis, mercados, farmácias, entre outros, ambos fornecem emprego à população terrabonense (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Dessa forma, a cidade de Terra Boa passou por transformações que propiciaram o seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas, mesmo com a crise da cafeicultura e com a perda populacional, devido às gestões públicas subsequentes que investiram na promoção do município para a atração industrial, comercial e na diversificação agrícola, proporcionando crescimento econômico e qualidade de vida à população.

No próximo subcapítulo abordamos sobre a população terrabonense, destacando sua composição, distribuição e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

2.2 A população terrabonense e suas particularidades

O presente subcapítulo tem como finalidade discutir os aspectos populacionais terrabonense, suas características e condições socioeconômicas, visando abordar as questões relacionadas ao contingente populacional destacando os dados de população absoluta, o crescimento populacional, imigração e o IDH municipal.

Conforme Guimarães (2005), os aspectos populacionais são essenciais para o processo de planejamento e para tomadas de decisões dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Assim sendo, é necessário que o poder público tenha conhecimento sobre a interação entre as tendências de crescimento, migração e estrutura etária da população, pois são elementos essenciais para planejar a distribuição de bens e serviços e para atender às demandas sociais.

Diante disso, os estudos demográficos desenvolveram-se a partir de algumas operações que evidenciam características de uma determinada população. Para Andrade (1989) e Camargo (2001), a população absoluta é advinda da totalidade de habitantes de um

País, região, Estado ou cidade, já a densidade demográfica é resultante da quantidade de habitantes por quilômetro quadrado, sendo esta obtida pela divisão da população total pela extensão territorial. Já a taxa de crescimento é obtida por meio da subtração do coeficiente de natalidade da mortalidade infantil, considerando, também, o processo de entrada e saída de pessoas de um Estado ou Nação (ANDRADE, 1989; CAMARGO, 2001).

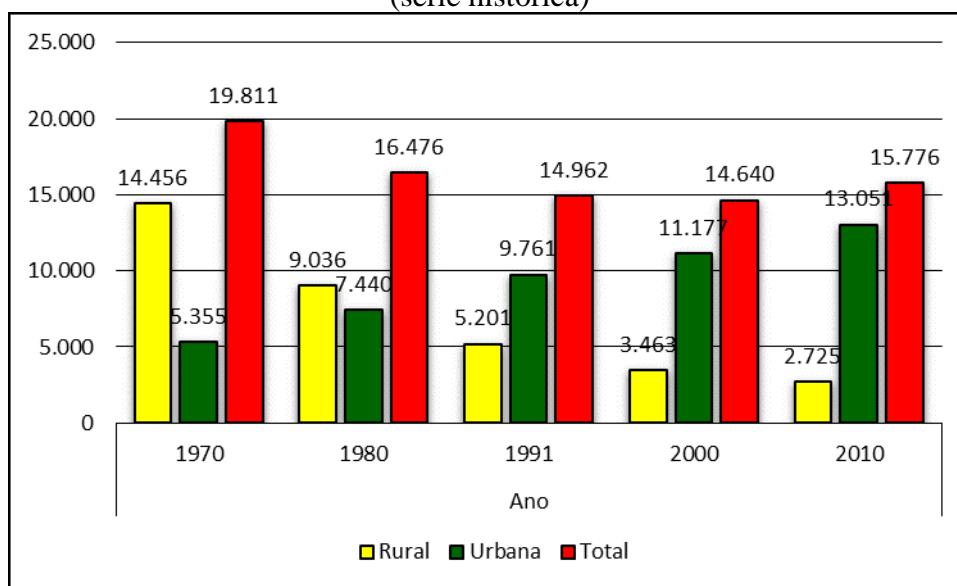
Para compreensão das características demográficas do município de Terra Boa, obtivemos dados nos seguintes órgãos públicos: IBGE e IPARDES, com a finalidade de entender a realidade da população terrabonense.

A população de Terra Boa tem passado por mudanças significativas ao longo das décadas devido às modificações na situação econômica e produtiva que contribuíram com o crescimento e também com a perda populacional ao longo dos anos. Dentre as mudanças, destacamos a inserção de capitais no campo a partir da década de 1970 que trouxe como consequências “a concentração fundiária, alterações nas relações de trabalho e a expulsão de grande parte da população que trabalhava no campo, sendo esta, obviamente, aquela que não conseguiu se adaptar as novas condições que se impunham” (SANTOS, 2011, p. 28).

No caso, do município de Terra Boa, o processo de modificação da estrutura populacional deve-se à crise da produção cafeeira, ocorrida após a geadas de 1975 e ao processo de modernização da agricultura que geraram o deslocamento da população predominante rural para a cidade nos anos subsequentes, além de migração de parte desse contingente populacional para outras cidades maiores, ou mesmo, outros Estados federativos ou países.

O Gráfico 1, elaborado a partir de dados do IBGE (2019), mostra que a partir da década de 1970 ocorreu o processo de êxodo rural, culminando no deslocamento desses contingentes populacionais para a sede urbana, ampliando consideravelmente a população urbana, que a partir da década de 2010 havia se tornado predominante urbana do ponto de vista demográfico.

Gráfico 1: População do município de Terra Boa-PR no período de 1970 a 2010 - (série histórica)



Fonte: IBGE, 2019. **Org. por:** Gusmão, P. S; 2019.

O gráfico 1 apresenta que em 1970 a população absoluta era de 19.811 habitantes e adentrou a década de 2000 com 14.640 habitantes, demonstrando que durante o período de 1970 a 2000 o município teve uma perda populacional de 5.171 habitantes.

O processo de esvaziamento populacional do município de Terra Boa é reflexo do cenário estadual que também passava pelas mesmas circunstâncias, de êxodo rural e esvaziamento populacional. Sendo que no período entre 1970 e 1980, o Paraná apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do país (10,75%), sendo que nesse momento as taxas mais altas eram registradas nas regiões Norte e Centro-Oeste. “O Paraná é um grande fornecedor de migrantes para as zonas pioneiras do Centro-Oeste e da Amazônia” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 201).

O processo de esvaziamento sentido no município reflete as condições de perda populacional não somente do Estado do Paraná, mas também da Mesorregião Centro-Ocidental, entre os integrantes da mesma encontra-se a cidade de Terra Boa, contudo cidades como: Altamira do Paraná, Nova Cantu, Janiópolis e Farol sofreram perdas mais acentuadas após a década de 1970 e continuaram perdendo população após o período de 2010, conforme IBGE (2019).

Para Mazzuchetti e Lima (2013), com o processo de modernização agrícola na Mesorregião Centro-Ocidental, após os anos de 1970, teve impacto intenso sobre a dinâmica demográfica “tendo a taxa de crescimento populacional de 1991 a 2000 de -1,24% ao ano, e na década de 2000 a 2010 teve a taxa de -0,30%” (MAZZUCHETTI; LIMA, 2013, p. 33).

Segundo os autores, a dificuldade de reter a população nos municípios da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, deve-se a concentração de terras e a desocupação da mão-de-obra rural, sendo estes os fatores que provocam o esvaziamento demográfico (MAZZUCHETTI; LIMA, 2013). Costa (2013) corrobora com os autores, ao afirmar que a perda total populacional nessa mesorregião no período 1970 a 2010 foi de 212.313 habitantes.

De acordo com o Ipardes (2004) ainda:

[...] entre 1970 e 1980 a mesorregião [...] Centro-Occidental Paranaense [...] foi uma das que evidenciaram as mais altas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população. Nas décadas seguintes esse processo permaneceu dos mais elevados do Estado, acentuando-se, inclusive, no último decênio, período em que o Centro-Occidental destacou-se como a mesorregião de maior taxa de evasão rural e de menor incremento urbano, de sorte a se tornar a região de menor peso populacional dentre as mesorregiões paranaenses (IPARDES, 2004, p. 20).

Dessa maneira, Moura (2009), complementa Ipardes (2004), ao destacar que com exceção dos municípios pequenos inseridos em aglomerações urbanas dinâmicas, os demais não apresentam atrativos aos novos moradores ou que atendam às exigências dos vários segmentos da própria população cidadina, reforçando o processo de perda populacional, sentido especialmente em alguns municípios da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense, tendo como exemplo desse processo os municípios de Altamira do Paraná, Fênix, Juranda, Farol.

Nesse sentido, os pequenos municípios que têm comportado um desenvolvimento econômico, são aqueles que passaram por um processo de desenvolvimento industrial por meio da instalação de empreendimentos econômicos, seja pelas condições fornecidas pelo poder público municipal, seja pela integração de uma rede urbana constituída por aglomerações urbanas dinâmicas, conforme destacam os autores Sposito e Silva (2013)

Dentre esses pequenos municípios, destaca-se Terra Boa, que iniciou o processo de industrialização na década de 1980, no período em que se desenvolvia o esvaziamento populacional, sendo que esse processo tinha como finalidade conter a perda populacional, promovendo formas de manter o contingente restante na cidade. Para Beneton e Bovo (2009), a instalação de indústrias para o processamento da produção agrícola e de calçados, confecções, estofados e móveis contribuíram com o crescimento e fortalecimento do município ao promover a oferta direta e indireta de empregos à população.

Esse processo de industrialização refletiu no quadro populacional, especialmente no urbano, conforme Gráfico 1 (p. 71), já que houve um aumento da população dentro de uma década, do período de 2000 a 2010, sendo o incremento de 1.136 habitantes em relação ao último censo demográfico, realizado no ano 2010. Logo, a população total conforme o censo de 2010 foi de 15.776 habitantes (IBGE, 2019). Esse acréscimo populacional demonstra que o município nas últimas décadas vem apresentando um crescimento econômico, advindo do desenvolvimento do setor agrícola e industrial, que favorece a geração de renda, e não somente a manutenção de população, mas a atração também de migrantes para a cidade. Sendo que a população urbana, segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2019) era de 13.051 habitantes, enquanto a população rural era de 2.725 moradores, evidenciando o caráter urbano da cidade de Terra Boa.

O IBGE (2019) apresenta como estimativa para 2018 uma população de 16.984 habitantes, que reforça o processo de crescimento demográfico, indicando que o município não passa mais pelo esvaziamento populacional, mas pelo acréscimo de pessoas. Com o crescimento populacional, especialmente da área urbana, gerou-se também um aumento na densidade demográfica, que conforme IBGE (2019) era de 49,17hab./km² no ano de 2010, enquanto em 2018, subiu para 52,15hab./km.

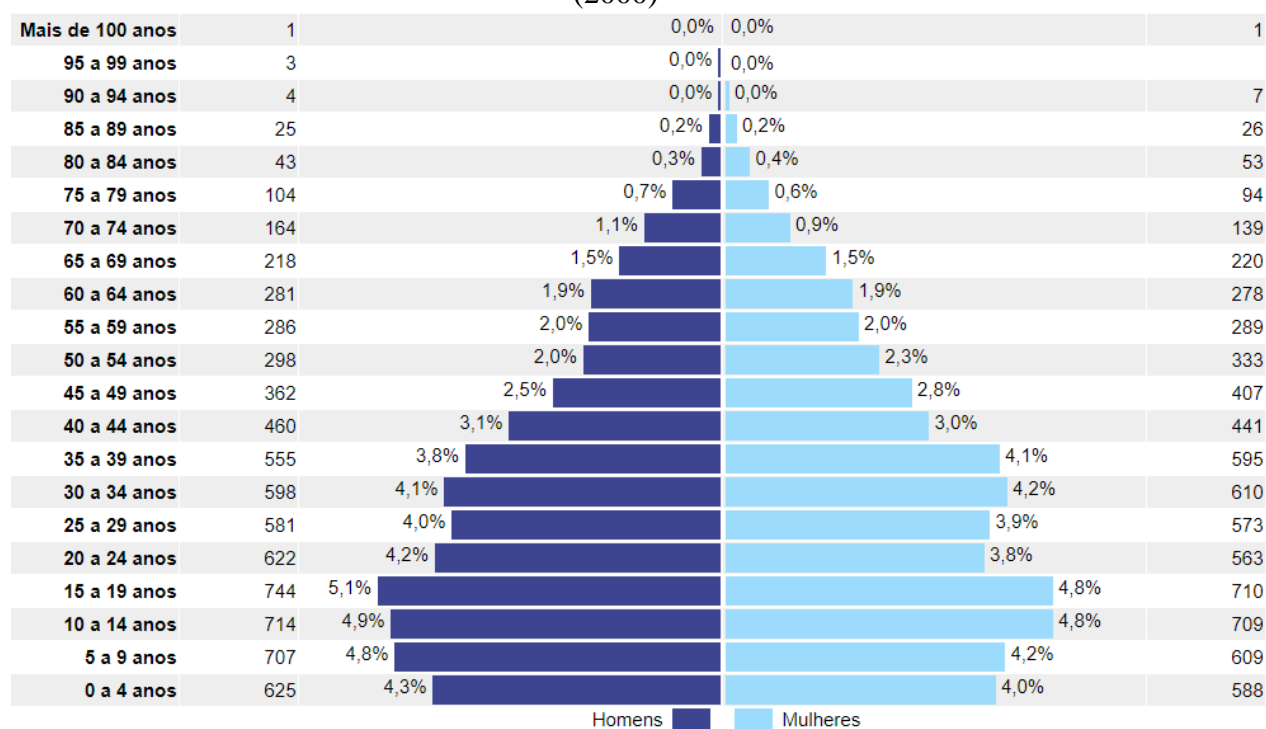
Com relação à distribuição da população por sexo, conforme o caderno estatístico do Município de Terra Boa (IPARDES, 2019), destaca que o município tem 7.822 homens, e 7.954 mulheres. Já com relação à distribuição dos sexos por domicílios, constata-se que no setor urbano residem 6.368 homens e 6.683 mulheres, enquanto no setor rural residem 1.454 homens e 1.271 mulheres. Assim, as mulheres predominam no meio urbano, enquanto os homens no meio rural.

Além disso, segundo caderno estatístico do município de Terra Boa (IPARDES, 2019), com base no censo de 2010 destaca que o grau de urbanização é de 82,73% e a taxa de crescimento geométrico é de 0,75%, sendo que na área urbana é de 1,56%, enquanto na rural é de -2,37%. Conforme caderno estatístico (IPARDES, 2019), a taxa de natalidade em 2017 foi de 13,54 para cada mil habitantes e de mortalidade 7,71 para cada mil habitantes.

Com relação à pirâmide etária do ano de 2000, entre os grupos sobressaem a população masculina, inclusive entre os idosos. Segundo dados obtidos no Plano Diretor de Terra Boa, esse processo migratório é diferenciado por sexo, pois no que se refere ao padrão de mortalidade, observamos uma maior sobrevivência das mulheres em virtude da sobre mortalidade masculina. Além do estreitamento da pirâmide na faixa etária de pessoas com 70 anos ou mais. O estreitamento é resultado de um processo lento, mas gradual de

envelhecimento populacional, contudo ainda há uma predominância de pessoas jovens e nas faixas etárias economicamente ativas, resultante do crescimento da população interna urbana, ou pelo incremento migratório de grupos populacionais ligadas a esses grupos etários.

Figura 3: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Terra Boa - PR (2000)

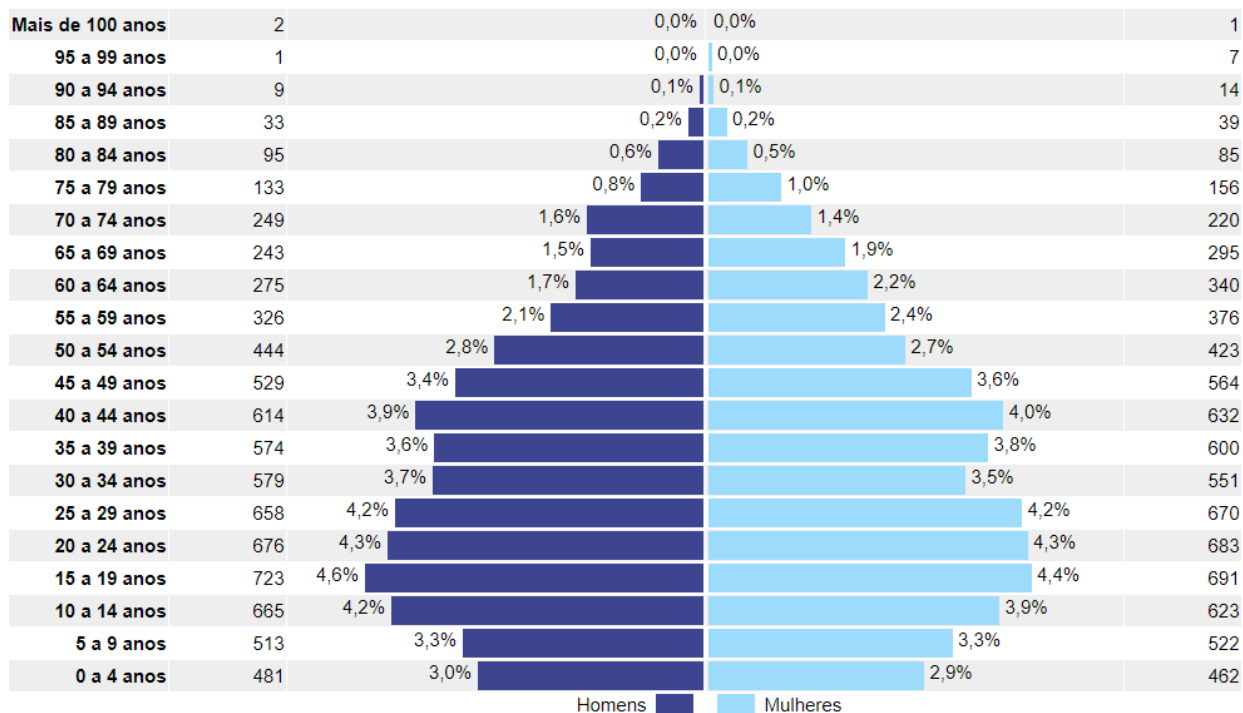


Fonte: IBGE, 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=412720&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180>. Acesso em: 07 fev. 2019.

Com relação à pirâmide etária do ano de 2010, contatamos uma expressiva população jovem, contudo há a tendência à diminuição dessa faixa etária, devido ao processo de diminuição da natalidade dentro da população, que conforme IBGE (2018) é de 1,77 filho por mulher. Outro processo expressivo que atinge a cidade de Terra Boa é a diminuição das faixas economicamente ativas gradualmente, ao mesmo tempo, que ocorre o aumento dos grupos de idosos com 60 anos de idade ou mais, demonstrando o aumento na expectativa de vida, contudo a melhoria de qualidade de vida desse público, em específico, exigirá do poder público investimento em setores de saúde, bem estar e previdenciário, para que as necessidades dessas pessoas sejam atendidas de forma plena. A população economicamente ativa é 2010 era de 8.899 pessoas, conforme Ipardes (2019a).

Figura 4: Distribuição da população por sexo, segundo grupos de idade - Terra Boa - PR (2010)



Fonte: IBGE, 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=412720&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180>. Acesso em: 07 fev. 2019.

No tocante à estrutura etária, entre esse período a razão de dependência¹ passou de 52,72% para 44,36% e a taxa de envelhecimento² de 7,53% para 10,03%. Enquanto no Paraná, em 2010, a razão de dependência foi de 45,87% e a taxa de envelhecimento de 7,36% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013), denotando um processo que atinge a população nacional nas últimas décadas, também o que vem acometendo o Estado do Paraná e o município é o envelhecimento populacional, fator este que exige o repensar das políticas públicas em todas as esferas governamentais para que os anseios desse grupo etário possam ser atendidos satisfatoriamente.

A mobilidade populacional, por meio da migração, também é um fator que permitiu o processo de incremento populacional e conseqüentemente o crescimento demográfico do município de Terra Boa, nas duas últimas décadas, ressaltando que a mesma tem gradualmente se desenvolvido gerando atração de pessoas que se dirigem em busca de emprego e oportunidade de vida.

¹ Razão de dependência: “Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa)” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

² Taxa de envelhecimento: “Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Dentre os movimentos populacionais, destacamos o deslocamento dos trabalhadores da cidade de Terra Boa para o município de Cianorte para trabalhar na indústria e comércio, particularmente no setor têxtil, como fábricas e lavanderias, além de deslocamentos para Jussara de trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, como para São Tomé. E movimentos internos dos trabalhadores do abatedouro da empresa GTFoods de Terra Boa.

Conforme IBGE (2019) ocorreu em 2005 uma migração de 1.507 pessoas para a cidade de Terra Boa das diferentes regiões do território brasileiro, sendo as mais expressivas do Sudeste e do Nordeste, porém não foram identificados os estados de origem desses migrantes.

Outro dado importante para compreender a dinâmica populacional e sua qualidade dentro de um município é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Segundo (ATLAS/IDHM, 2013), esse índice visa analisar o desenvolvimento municipal, além de vislumbrar alguns dos principais indicadores municipais, refletindo os diversos problemas e propiciando a formulação e execução de políticas públicas e privadas.

Segundo IPARDES (2004a):

[...] é importante salientar que quase todos os municípios do Estado apresentaram, na última década, melhoria em termos de desenvolvimento humano, desempenho que se relaciona a avanços nas dimensões educação e longevidade, decorrentes, em grande medida, de políticas nas áreas de educação, saúde e saneamento (IPARDES, 2004a, p. 6).

O IparDES (2004a) destaca a necessidade do Estado do Paraná construir políticas que promovam um desenvolvimento sustentável considerando a realidade de cada município paranaense para sua eficaz efetivação.

A meta de se buscar um desenvolvimento socialmente mais equilibrado, evitando a desagregação social, pressupõe a inclusão de amplos segmentos da população, de forma digna, nos processos produtivos e de consumo, bem como o controle e recuperação das condições ambientais. Desses compromissos não estão dispensadas nem mesmo as regiões mais dinâmicas do Estado, pois, embora concentrem oportunidades econômicas e sociais, são também marcadas por acentuada desigualdade, a qual, ao conjugar-se à concentração populacional, dá origem a grandes bolsões de miséria (IPARDES, 2004a, p. 6).

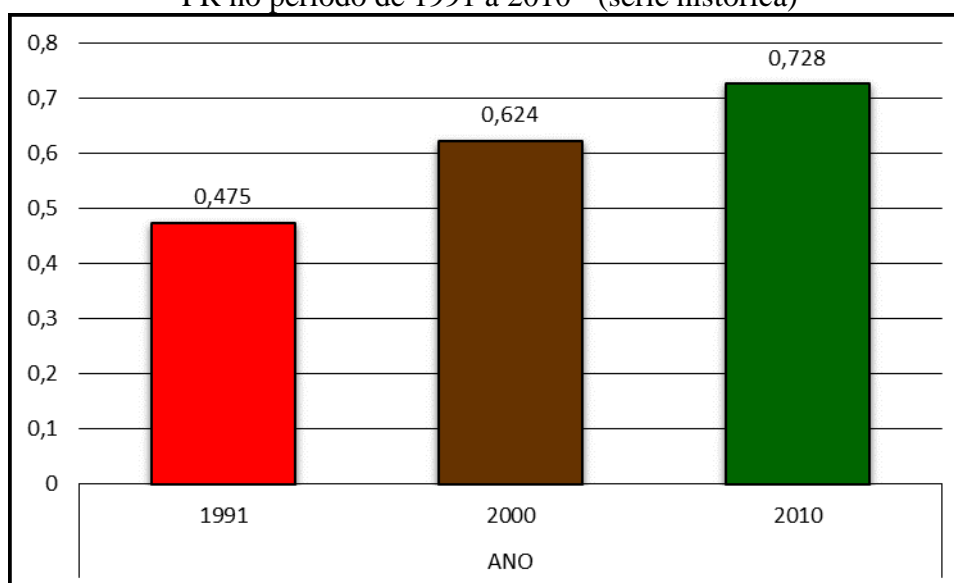
O IparDES (2004a) destaca que os municípios paranaenses apresentaram melhorias nos seus indicadores sociais resultantes de avanços em setores como educação e saúde, e que para

continuar o desenvolvimento do Estado é necessária a construção de políticas públicas que gerem oportunidades econômicas e sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal tem como objetivo auxiliar na busca de um desenvolvimento social mais justo e sustentável, como destacado por Ipardes (2004a), nesse sentido, analisamos o IDH-M da cidade de Terra Boa com objetivo de compreender seu desenvolvimento social.

De acordo com Ipardes (2004), o IDH-M de Terra Boa e o da Mesorregião Centro-Ocidental, no ano 2000 tiveram melhorias em relação ao de 1991, mesmo que a maioria dos índices não fosse próximo ou superior à média estadual. Segundo esse órgão público, o município foi um dos que se sobressaíram com relação à esperança de vida, junto com Fênix, com índice superior ao patamar estadual. A melhoria nos indicadores do IDH-M pode ser visualizado nos Gráficos 2 e 3.

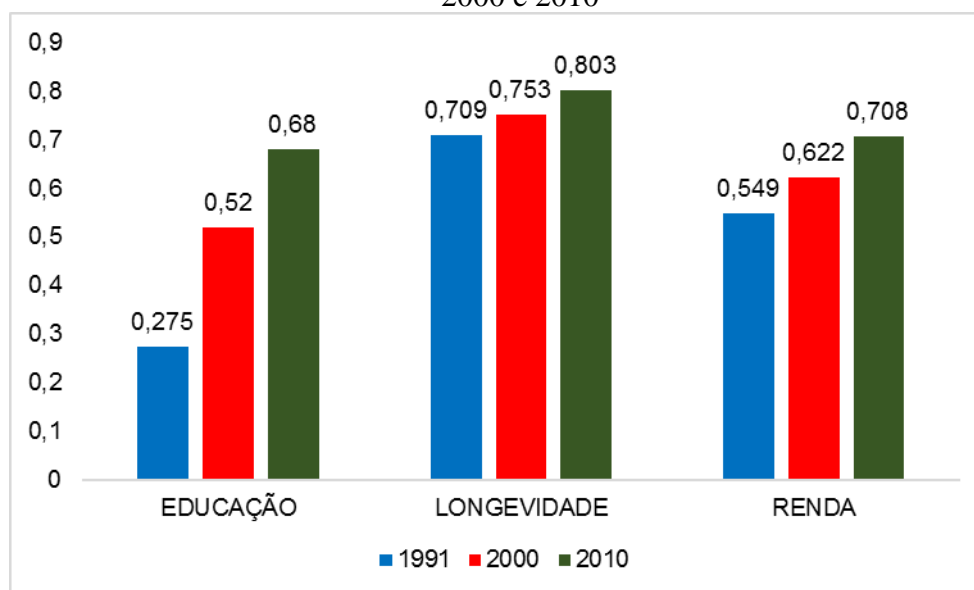
Gráfico 2: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade de Terra Boa-PR no período de 1991 a 2010 - (série histórica)



Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Os resultados apresentados no Gráfico 2 do IDH-M dos anos de 1991, 2000 e 2010 demonstram uma expressiva melhoria dos indicadores internos do município de Terra Boa e que é proveniente da melhoria dos parâmetros de saúde e renda durante o período de 2000 a 2010, sendo o que teve o menor crescimento foi a educação, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Valores dos indicadores que compõem o IDH-M de Terra Boa nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Org. por: GUSMÃO, P. S; 2019.

No período do censo demográfico de 2000, somente os municípios de Campo Mourão e Terra Boa apresentavam taxas de pobreza inferiores à média do Paraná (20,9%). Com relação à educação, Terra Boa destaca com (65,9%) dos jovens entre 15 e 17 anos frequentando a escola. Com relação aos óbitos nesse período, Terra Boa teve seu índice inferior à média do Estado, junto com Fênix.

Segundo o IparDES (2004), Terra Boa é enfatizada por sua participação no percentual de distribuição da rede ambulatorial na Mesorregião Centro-Occidental, com outros municípios, totalizando 33,6%. Além disso, Terra Boa destacou-se no penúltimo censo por ter um patamar de distribuição e acesso a abastecimento de água quase próxima a universalização, junto de Juranda e Peabiru, além de Altamira do Paraná que atingiu 100% do abastecimento. Enquanto na área rural, esse índice de abastecimento atingia 37,7%. Com relação à coleta de lixo na área rural, Terra Boa tem atingido em seus serviços patamares superiores à média estadual.

Dessa forma, IparDES (2004) pontua que:

Em resumo, tem-se que, nas áreas urbanas da mesorregião, a disponibilidade de serviços básicos – oferta de água e coleta de lixo -, que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população, tende a estar próximo da universalização. A disparidade está na enorme distância entre os níveis de abastecimento da população com água e remoção de esgoto, quadro que está presente tanto nos municípios grandes quanto nos pequenos (IPARDES, 2004, p. 50).

Como discutido por Ipardes (2004) e podendo ser visualizado no Gráfico 2, o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade de Terra Boa, aumentou gradativamente ao longo dos três censos, contudo o pior índice, claramente se destaca o do ano de 1991, quando ficou em 0,475, indicando que as condições de vida da população não eram ideais para o desenvolvimento qualitativo da mesma, com baixa expectativa de vida, de renda e de acesso à educação de qualidade. Dessa forma, o IDH-M da cidade nesse período é considerado muito baixo.

No ano 2000, o IDH-M foi de 0,624, considerado médio, demonstrando um aumento considerável em relação ao de 1991, como demonstrado pelo Ipardes (2004) ao destacar as melhorias mencionadas anteriormente, contudo o índice somente não foi maior devido a alguns problemas supracitados pela Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), ao pontuar que nesse ano, a taxa de pobreza atingia 18,75% das famílias, comportando rendimento inferior a meio salário mínimo vigente naquele período, além de contar com falta de acesso a uma educação de qualidade, pois somente a frequência de crianças de 0 a 3 anos as creches era de 1,06%, inferior à média estadual, que era de 3%.

Com relação ao grau de instrução da população, destaca-se nesse período também, que o acesso ao ensino se encontra principalmente entre as faixas etárias de 4 a 7 anos com 34,44%, e de 8 a 10 anos com 14,82%, de 11 a 14 anos com 14,16%, e com 15 anos ou mais apenas 2,1%, sendo que o percentual de pessoas sem instrução era de 15,14%. Percentuais que demonstram uma considerável taxa de analfabetismo e de evasão escolar de jovens com idades acima dos 15 anos, repercutindo na baixa qualificação profissional e no baixo rendimento familiar e pessoal.

Somente no ano de 2010, a cidade de Terra Boa passou a ser considerada uma cidade com um nível mais elevado IDH-M de 0,728, considerado alto, evidenciando um processo de desenvolvimento socioeconômico e melhoria expressiva dos indicadores de longevidade, educação e renda. Esses resultados alcançados indicam o investimento em políticas públicas voltadas ao setor educacional, de saúde e infraestrutura que possibilitaram o fornecimento de serviços públicos com qualidade atendendo às necessidades da população terrabonense, contudo ainda existem áreas de importância populacional que precisam ser mais investidas, como segurança, saneamento básico, lazer e melhor distribuição de renda, para que o município possa atingir os patamares daqueles que são considerados altamente desenvolvidos.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), a população terrabonense comportou uma taxa média de crescimento entre o período de 2000 a 2010 de 0,75%, inferior à média nacional de 1,17%. Enquanto a taxa de urbanização passou de 76,35% para 82,73%.

Com relação às dimensões, a Longevidade foi a que mais contribuiu para o aumento do IDH, com 0,803, seguida pela Renda, com 0,708 e por último, Educação com 0,680, com o menor índice. A Longevidade atingiu esse resultado devido à diminuição da mortalidade infantil para 15,3 óbitos a cada mil nascidos, além disso, a expectativa de vida dos terrabonenses em 2010 foi de 73,2 anos, aproximando-se da média nacional que foi de 73,9 anos. A infraestrutura de saúde municipal destinada ao auxílio da população, conta com unidades básicas de saúde distribuídas por bairros, um hospital municipal e uma santa casa (Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula), posto básico da unidade do SAMU Noroeste, além de convênios de saúde com a cidade de Campo Mourão pelo Sistema Único de Saúde, que conta com diversas especialidades, especialmente para gestantes, como Mãe Paranaense, responsável pela diminuição na mortalidade infantil.

Com referência à Educação:

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 100%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,50%; a proporção de jovens entre 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 83,95%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 55,07%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 69,80 pontos percentuais, 40,55 pontos percentuais, 55,44 pontos percentuais e 34,18 pontos percentuais (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Com relação ao ensino superior, 14,15% dos jovens entre 18 a 24 anos estavam no ensino superior em 2010, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

O sistema educacional da cidade de Terra Boa possui: creches e 4 centros de educação infantil, todos localizados na sede urbana; 6 escolas municipais de ensino fundamental (1º a 5º ano), sendo 5 na sede urbana e 1 no distrito de Malu; 2 escolas estaduais de ensino fundamental (6º a 9º ano), sendo uma a Escola Estadual Professor Léo Kohler (sede urbana) e a Escola Estadual do Campo Manoel Antônio da Cunha (Malu); e uma escola de ensino médio pública, o Colégio Estadual Helena Kolody (sede urbana). Possui um colégio particular com ensino fundamental (6º a 9º ano) e ensino médio: o Colégio Terra; conta também com uma APAE – Escola de Modalidade Educação Especial João Paulo II. E um centro educacional público para jovens e adultos, o Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Vinícius de Moraes.

O ensino superior também está presente no município, contando com uma instituição presencial particular, a Faculdade Uniterra, com diversos cursos e pós-graduação e três

instituições a distância privadas, sendo elas a Faculdade Uninter, a Unicesumar e a Faculdade Cruzeiro do Sul.

Com relação à renda per capita média, durante o período de 1991 a 2010, cresceu 167,33%, sendo que em 2010 era de 653,34 reais, enquanto o índice de gini caiu para 0,40 em 2010 e a proporção de pessoas pobres passou para 2,30%, ou seja, com rendimento inferior a 140 reais (preço de agosto de 2010) e de extremamente pobres para 0,26%. Esse resultado deve-se ao aumento do percentual de população economicamente ativa com idade igual ou superior a 18 anos, que em 2010 foi de 71,91%, enquanto a taxa de desocupados era 3,27%, demonstrando que o mercado de trabalho na cidade vem conseguido absorver um percentual considerável dos trabalhadores, possibilitando o aumento considerável da renda, fator este resultante também da elevação da escolaridade dos trabalhadores que possibilita melhores ganhos devido à qualificação profissional (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

A população terrabonense passou nas duas últimas décadas por processos de crescimento populacional, especialmente a urbana que é responsável pelas condições de desenvolvimento da cidade, processo que se inverte no cenário urbano da Mesorregião Centro-Ocidental, onde se visualiza a perda populacional em pequenas cidades por falta de condições de trabalho e de renda. Além disso, os indicadores sociais também apresentaram melhorias nas últimas décadas, particularmente o IDH do município, demonstrando que o poder público nos últimos anos vem investindo em políticas públicas voltadas para o bem-estar da população e que tem garantido qualidade de vida para a mesma.

O crescimento populacional registrado a partir dos anos 2000 aumentou a pressão por parte das pessoas por acessos aos bens e serviços públicos, como saúde, educação, habitação e saneamento básico, sendo necessários mais investimentos e planejamento para que a cidade possa continuar expandindo sua população interna e contendo os contingentes migratórios.

No próximo subcapítulo abordamos a economia terrabonense, destacando seus diferentes setores e impactos no desenvolvimento municipal.

2.3 A economia terrabonense

Neste subcapítulo serão abordados aspectos referentes à economia de Terra Boa com destaque ao setor agropecuário, à indústria e ao de serviços, pois acreditamos que essas informações são relevantes para a compreensão das diferentes centralidades existentes no município que serão discutidas no capítulo 4 desta dissertação.

Para iniciarmos essa temática pautamos nos autores Sposito e Silva (2013), que destacam que as pequenas aglomerações urbanas têm assumido papel relevante no que se refere ao centro econômico e demográfico, pois ao se integrarem à rede urbana contribui como núcleo polarizante e com o desenvolvimento econômico e com os fluxos de pessoas e capital. Diante disso, Terra Boa (Centro Local) beneficia-se do eixo Cianorte (Centro Sub-regional B) e Maringá (Centro Regional B), cidades estas maiores que se destacam no setor têxtil e de moda, contribuindo com o setor produtivo terrabonense.

Dessa forma, Sposito e Silva (2013) reforçam que essas cidades pequenas têm adquirido um papel econômico importante em seus territórios por conterem indústrias variadas e empreendimentos maiores, no caso de Terra Boa, os maiores empreendimentos se correlacionam ao segmento da confecção, contendo também os mais diversos setores produtivos, como alimentícios, calçadistas, moveleiros, entre outros.

Contudo, o processo de industrialização do município de Terra Boa iniciou-se com a crise da produção cafeeira e com o processo de modernização agrícola que reorganizou a estrutura fundiária. Segundo Trintin (2001), esse processo de industrialização não é um fenômeno exclusivo do município, mas que claramente repercute no Estado do Paraná, pois mesmo com a decadência do setor cafeeiro e com os estímulos financeiros destinados à diversificação da produção agrícola, além dos rumos da industrialização nacional que contribuíram para as transformações na economia paranaense em as década de 1970 até meados da década de 1980. Para Trintin (2001):

Um dos traços mais marcantes desse processo, além da rapidez com que ocorreu, foi a diversificação e modernização da agropecuária estadual, que, até então ancorada em técnicas rudimentares, como a utilização da força animal e os trabalhos manuais, passou a incorporar na sua produção máquinas, equipamentos mecânicos e novos insumos. Junto a essa nova base técnica, toma relevância o fato de que a modernização da agricultura passou a influenciar nas relações de trabalho. Com isso, as formas mais atrasadas de relações de trabalho, predominantes na época cafeeira, como o sistema de colonato, o regime de parceria e o trabalho familiar, cedem lugar a relações mais modernas, tipicamente capitalistas, como o assalariamento puro e simples da força de trabalho. Essas mudanças não se limitaram a transformar

o campo, mas também contribuíram no sentido de fazer avançar a industrialização da economia paranaense (TRINTIN, 2001, p. 89-90).

Esse processo descrito por Trintin (2001) afetou o município de Terra Boa, especialmente com a geadas de 1975, que impactou negativamente a população, devido à produção cafeeira empregar uma numerosa mão-de-obra no ciclo produtivo. Na pesquisa desenvolvida por Beneton e Bovo (2009), os autores destacam que com o processo de mecanização houve a inserção do trinômio soja, milho e trigo que contribuiu com um intenso êxodo rural, pois com a inserção das máquinas colheitadeiras e tratores, houve uma redução nos números de pessoas na produção e colheita do produto.

Diante disso, Trintin (2001, p. 97) destaca que “em face da expansão das culturas modernas, notadamente da soja, configurou-se um avanço das áreas destinadas às culturas temporárias e significativa redução das áreas destinadas às culturas permanentes e de outras áreas ainda não utilizadas produtivamente”.

Dessa forma, as mudanças ocorridas no setor produtivo da agropecuária refletiram no setor industrial que no caso paranaense, após a década de 1970, passou a contar com duas situações, sendo que a primeira é a política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, e particularmente estadual, que passou a empregar técnicas modernas de produção agrícolas, máquinas e implementos agrícolas, que liberou a mão de obra abundante do campo para a indústria nascente. Já no segundo constata-se a presença de investimentos públicos oriundos de políticas de desenvolvimento regional e o espraiamento da economia paulista, por meio da expansão de empresas e indústrias ligadas ao setor econômico paulista para o território paranaense em busca de vantagens locais e de lucratividade, baseada em políticas de atração de investimentos industriais por parte do Estado, conforme destaca Trintin (2001).

Para Niehues (2014), a implantação de um modelo de desenvolvimento com finalidade de superar a debilidade do setor industrial paranaense cooperou para uma maior rentabilidade desse setor e conseqüentemente com a implantação de infraestruturas necessárias contribuindo, assim como financiador desses empreendimentos. É nesse sentido que Trintin (2001) corrobora com o autor ao destacar que esse processo permitiu a diversificação do parque industrial paranaense, seguido por um processo de reestruturação interna dos gêneros industriais, principalmente com o surgimento e expansão de setores com tecnologias mais sofisticadas e com maior valor agregado.

No caso terrabonense, reforçamos que o processo de industrialização se desenvolveu com o objetivo de conter a perda populacional ocasionada pelo êxodo rural, gerando assim emprego para acomodar a mão-de-obra excedente das produções cafeeiras no município.

Ao analisar o Gráfico 1 (p. 71), é possível aferir que na década de 1990 a população de Terra Boa passou a apresentar um crescimento demográfico considerável, principalmente o da área urbana, é nessa direção que os autores Beneton e Bovo (2009) destacam que o estancamento do êxodo rural e estabilização populacional contribuíram para o crescimento demográfico. Para Carlos (2000), essa situação está relacionada a:

[...] pequena concentração tem o poder de articular e integrar, através do mercado e da divisão internacional do trabalho, todo o universo. Isso significa que a indústria é a atividade capaz de produzir a integração em várias áreas. [...] As teorias sobre a localização industrial expressam a capacidade de articulação espacial da indústria, mas é necessário salientar que o desenvolvimento das forças produtivas tem colocado em xeques certos dados sobre a localização da indústria que tende a tornar-se ubíqua (CARLOS, 2000, p. 20).

Esse processo de concentração analisado por Carlos (2000) é pontuado por Beneton e Bovo (2009, p. 11), quando abordam em sua pesquisa a política municipal de industrialização de Terra Boa que objetiva “melhorar a qualidade de vida do povo, ou seja, o desenvolvimento industrial e a modernização do município”. A pontuação de Beneton e Bovo (2009) deve-se a melhoria das condições de vida trazida pela industrialização seja na geração de emprego e melhoria da renda do trabalhador urbano, seja na capacidade de permitir que o cidadão terrabonense tenha acesso a condições dignas de moradia, saúde e de consumo.

Dessa forma, a criação de uma política industrial na cidade de Terra Boa foi pautada no sentido de modernização que atingiu o Brasil na era Juscelino Kubitschek que teve como intuito convencer todas as classes sociais, especialmente a operária que o verdadeiro caminho para o progresso do país seria o desenvolvimento industrial e que cada indivíduo tinha um papel fundamental para esse progresso. É neste sentido que (MENDONÇA; IGLESIAS, 1994, 1995) complementam que a luta pela industrialização e pela liberdade econômica deve estar atrelada a ideia de “homem livre e de igualdade para todos”. Para que isso se efetive na prática é necessária “a supressão dos monopólios ou privilégios, entraves à ação dos indivíduos e dos Estados” (BENETON; BOVO, 2009, p. 11).

Diante disso, compreendemos que a industrialização e urbanização são processos inseparáveis, sendo unitário e ao mesmo tempo conflitante (LEFEBVRE, 2001). Para Sposito (2000, p. 42), essa relação entre industrialização e urbanização destaca que a industrialização

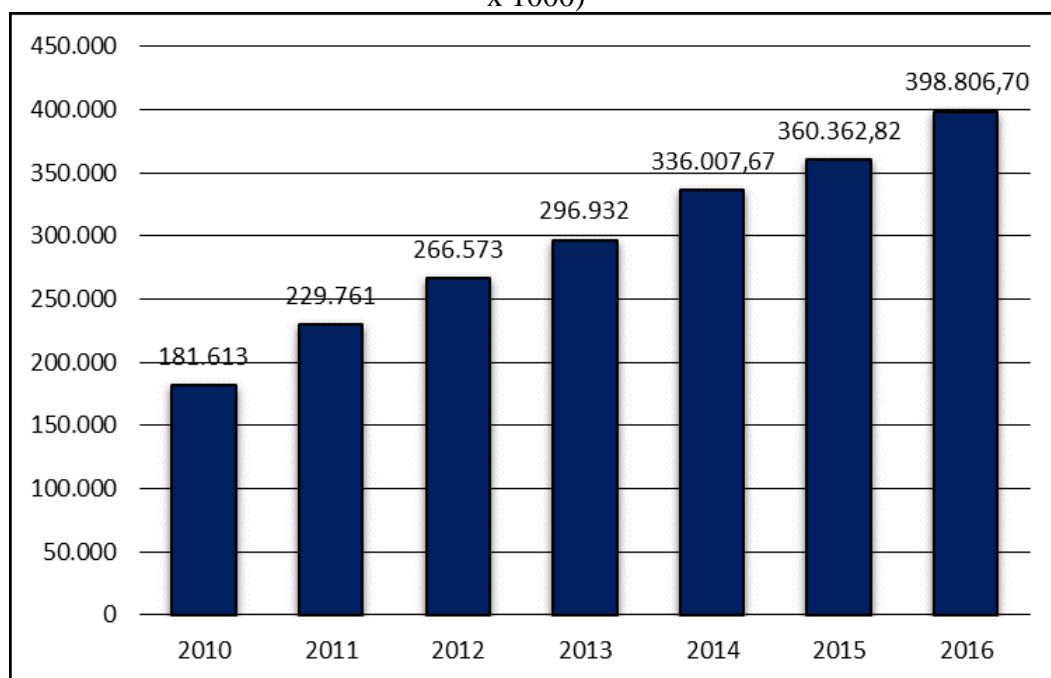
é compreendida como “o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza. Portanto, a [...] produção industrial [...] seja [...] primeiro passo [...] para [...] transformar a cidade [...] num espaço de produção”.

Assim sendo, o cenário econômico dos municípios paranaense passou por transformações, especialmente com a inserção da indústria no território estadual alicerçando o desenvolvimento econômico não somente do Estado do Paraná como na cidade de Terra Boa, como debatido por (HERSEN; JOAY; BORECK, 2013). Contudo sem desconsiderar o setor agropecuário que também tem importante participação no rendimento econômico da cidade de Terra Boa e no Estado do Paraná.

O município de Terra Boa nas últimas décadas tem apresentado um desenvolvimento econômico favorável, devido a forte concentração de atividades ligadas ao setor agropecuário, que conta com as condições naturais, especialmente climáticas e pedológicas, que propiciam a produção de diferentes cultivos. Além do setor industrial que tem apresentado um crescimento significativo se compararmos com outros municípios da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, com destaques para as indústrias ligadas aos ramos de confecção, alimentício, calçadista, moveleiro, entre outros. Também destacamos avanços nas últimas décadas do setor ligado ao comércio e serviços que tem se diversificado com a presença de lojas de vestuários, calçados, supermercados, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, automecânicas, tornearias, depósitos de construção civil, entre outros.

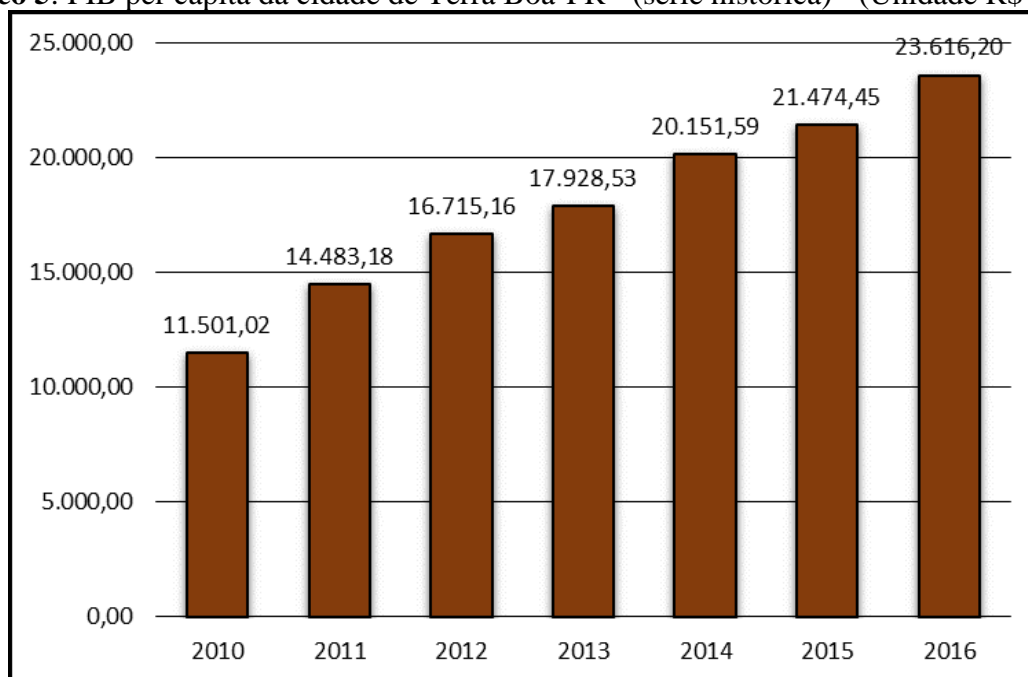
É nesse contexto que o produto interno bruto do município tem apresentado crescimento nas últimas décadas, resultado este que reflete no desempenho dos diversos setores da economia, principalmente os ligados à agricultura e à indústria que têm contribuído para a geração de emprego e renda para a população e, conseqüentemente, com a geração de impostos para investimentos por parte do poder público em melhorias de infraestrutura para a população. O PIB de Terra Boa passou de 181.613 milhões de reais em 2010 para 398.806,70 milhões de reais em 2016, conforme Gráfico 4, sendo um aumento de 217.193,70 milhões de reais entre o período analisado.

Gráfico 4: PIB a preços correntes da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)



Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Com o crescimento do PIB municipal, ocorre concomitantemente a elevação da renda per capita da população de Terra Boa, devido à geração de lucros pelo setor econômico demonstrando que mesmo em períodos de crises, conforme as que ocorreram entre 2010 a 2016, a economia continua crescente. Assim, o PIB per capita que era de 11.501,02 reais em 2010, passou para 23.616,20 reais em 2016, um aumento de 12.115,18 reais no rendimento pessoal e familiar entre o período estudado, conforme Gráfico 5. Dessa maneira, o índice de gini do município é de 0,40, demonstrando que o acesso a essa renda não se distribui equitativamente, evidenciando uma desigualdade social devido indivíduos e famílias possuírem rendimentos superiores à média de 2016 (R\$ 23.616,20), enquanto algumas pessoas e famílias têm rendimento inferior a um salário mínimo, resultado advindo do processo contraditório de produção das riquezas presentes no capitalismo.

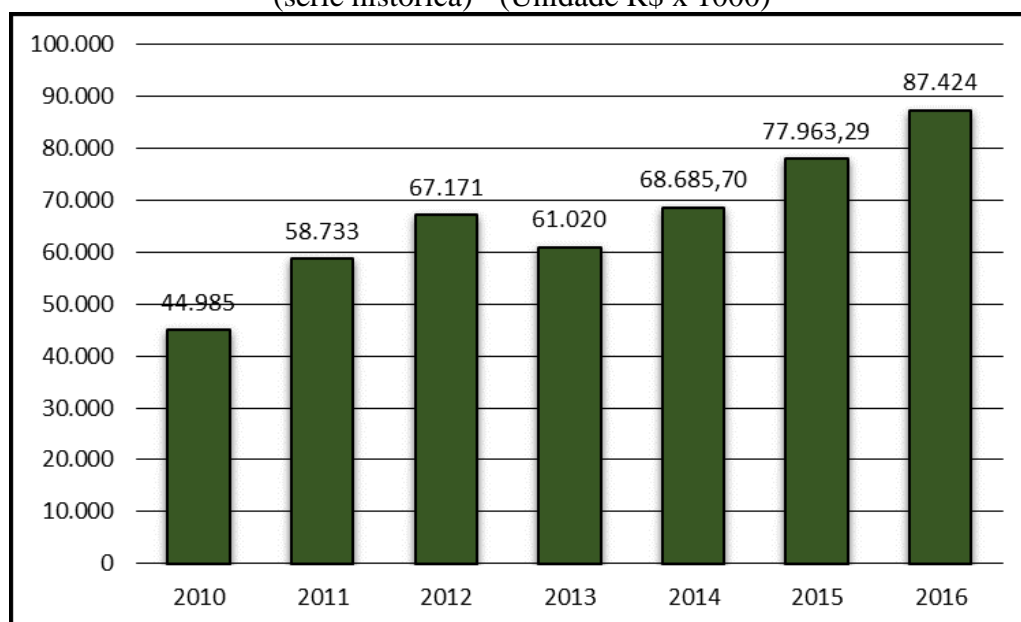
Gráfico 5: PIB per capita da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)

Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Dentre os setores que contribuíram para a melhoria do PIB municipal e da renda per capita, estão o setor agropecuário e industrial. O setor agropecuário tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e este além de contar com condições naturais favoráveis, ou seja, as climáticas e pedológicas que favorecem a produção de diferentes cultivos e também com intenso investimento em tecnologias, insumos, defensivos e maquinários que contribuíram para ampliar a capacidade produtiva das propriedades agrícolas reduzindo suas perdas.

O crescimento do rendimento do setor agrícola pode ser visualizado no Gráfico 6, sendo que o mesmo passou de 44.985 milhões de reais em 2010 para 87.424 milhões de reais em 2016, com um acréscimo de 42.439 milhões de reais entre os anos de 2010 e 2016.

Gráfico 6: PIB bruto a preços correntes do setor agropecuário da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)



Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Ao analisarmos os dados do Iparides (2019a), das maiores produções agrícolas do município de Terra Boa durante o ano de 2017, identificamos que a produção da soja (em grãos) foi de 42.000 toneladas, seguida da cana-de-açúcar com 494.000 toneladas e milho (em grãos) com 72.900 toneladas. Essa produção evidencia que a agricultura terrabonense possui potencial para expansão da tonelagem desses produtos angariando assim maior rentabilidade econômica.

Dentre as outras culturas temporárias plantadas no município, destacam-se: amendoim, batata-doce, feijão, mandioca e tomate. Já entre as culturas permanentes despontam-se o café e a uva. Na pecuária evidencia-se no ano de 2017 a produção de bovinos, ovinos, suínos, equinos e galináceos. Sendo este último o que apresentou a maior produtividade por cabeça, com um total de 5.769.459 de cabeças, sendo que o Paraná produziu 18.085.044 e o Brasil com 360.835.651 galináceos. Logo, a produção terrabonense no ano de 2017 representou 24,18% da produção estadual e 1,50% da produção nacional de galináceos. Esse resultado advém da instalação do abatedouro de frangos do Grupo GTFoods e da política municipal de incentivo a instalação de aviários (granjas de frango).

De acordo com dados do plano diretor de Terra Boa (2008, p. 165) “se pelo lado da economia, estes empreendimentos podem ser mais uma fonte de renda, por outro lado os aviários foram muito citados entre as reclamações da população”, devido à proximidade da cidade e mau cheiro proveniente do empreendimento agrícola. Além disso, o município conta

com duas cooperativas agroindustriais para atendimento dos interesses dos produtores, que são a C. Vale e Cocamar.

Com relação ao setor agrícola, os autores Gusmão, Chies e Mendes (2017) pontuam que no município foram estabelecidos projetos habitacionais que destinavam ao assentamento de pessoas em lotes agrícolas para sua subsistência, sendo estes as vilas rurais Recanto Verde e Nova Jerusalém e a Agrovila Terra Boa, e entre as ações destinadas a esse setor, estão medidas para formação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, além de políticas que se voltam para o atendimento dos interesses dos pequenos produtores e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Diante disso, evidenciam que “municípios pequenos, como Terra Boa, que mesmo tendo um desenvolvimento do setor industrial e de serviço, por conta da presença de indústrias têxteis, tem na agricultura familiar e nos pequenos produtores uma importante fonte de recursos econômicos [...]” que contribuem para o “fortalecimento do comércio local como para a arrecadação de tributos” (GUSMÃO; CHIES; MENDES, 2017, p. 133).

A indústria também é um setor essencial para o desenvolvimento econômico urbano, e delinea para a cidade a função de concentração, de troca e divisão do trabalho, de desenvolvimento de novas tecnologias (COMUNE, 1982). No caso de Terra Boa após a década de 1990 desenvolveu-se na cidade um sistema de confecção, inserindo a cidade na cadeia produtiva têxtil e da moda, ligada ao eixo urbano-industrial Maringá-Cianorte-Umuarama, sendo as duas primeiras cidades das quais Terra Boa está ligada à rede urbana.

Dessa forma, a atividade industrial foi sendo inserida no município tornando-se um setor produtivo, além de gerar renda e emprego. É importante destacar a atuação do poder público por meio de consolidação de legislações referentes a esse setor econômico mediante a criação da Lei municipal n. 985/2009 que contribuiu para apoiar a instalação de indústrias ao mesmo tempo em que resguardava o setor. Assim sendo, o Programa de Desenvolvimento Industrial e Econômico de Terra Boa - PRODETERRA, em seu artigo 1º evidencia que este “terá como finalidade incentivar a geração de empregos e rendas através da instalação ou ampliação das atividades industriais e fomento ao comércio de empresas prestadoras de serviços” (TERRA BOA, 2009).

Já as Leis n. 1474/2017 e 1502/2018 dispõem como respectivas finalidades: regular o processo de isenção dos tributos municipais num período de dez anos, não sendo excluídas as taxas de vigilância sanitária, alvarás de construção, carta de habitação e o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN); e realização de contratos para locação de imóveis

para implantação de indústrias, com o poder público arcando com o ônus, parcial ou total, por um período de três anos, com possibilidade de renovação para mais 24 meses.

Essas legislações têm como finalidade incentivar o deslocamento de empreendimentos industriais para o município por meio do fornecimento de vantagens: que são locação de imóveis, fornecimento de rede de água e luz, pagamento do aluguel por período de 24 a 60 meses, conforme capacidade de geração de emprego.

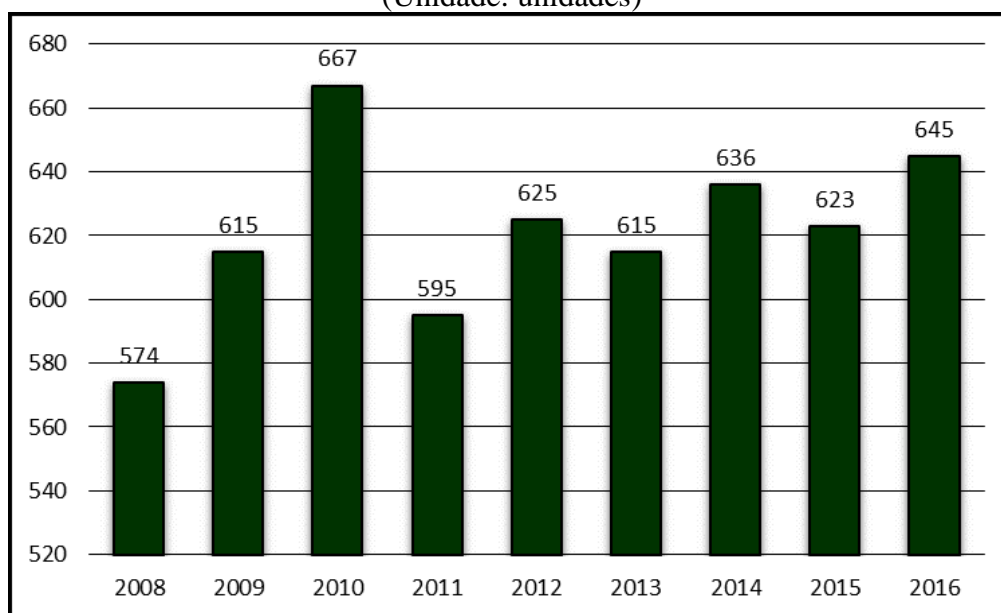
As vantagens apresentadas pela PRODETERRA facilita a instalação de empresas dentro do município ao garantir condições para o estabelecimento do empreendimento, gerando empregos durante um determinado período, contudo este projeto de lei comporta também desvantagens para o poder público, devido à isenção de impostos, o município perde na arrecadação de tributos, particularmente com o setor industrial, que gera um montante considerável em relação a outras fontes de arrecadação pública, além de que o governo municipal tem que arcar com diversos custos, como aluguéis, pagamento de água e energia, por exemplo, durante a vigência da isenção.

O setor industrial tem progredido desde a implantação da lei em 2009, como demonstra o Gráfico 7, indicando uma ampliação das empresas atuantes no município, sejam indústrias, como também setor de comércio e serviços.

Em 2008, o número de empresas era de 574 estabelecimentos, atingindo o total de 667 empresas em 2010, sendo o pior ano para o segmento em 2011, com apenas 595 empresas em funcionamento, indicando fechamento ou transferência de empreendimentos para outras cidades, contudo a partir de 2012 o contingente de empresas se manteve em média entre 610 a 630 estabelecimentos, com pouca variação, sendo que em 2016 havia 645 empreendimentos funcionando na cidade de Terra Boa.

Esses números demonstram, segundo Gráfico 7, que após a criação e efetivação da legislação do PRODETERRA, o município passou por um considerável desenvolvimento devido à instalação de indústrias com capital local e de outros municípios que se dirigiram para a cidade de Terra Boa devido às condições garantidas pelo poder público para incentivar a diversificação do parque industrial terrabonense, fator este que reflete no aumento na geração de emprego e na melhoria da renda da população, conseqüentemente aumentando, assim, a arrecadação municipal que tem proporcionado recursos fundamentais para investimento em saúde, educação, segurança, infraestrutura e lazer para os cidadãos.

Gráfico 7: Número de empresas atuantes na cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) -
(Unidade: unidades)

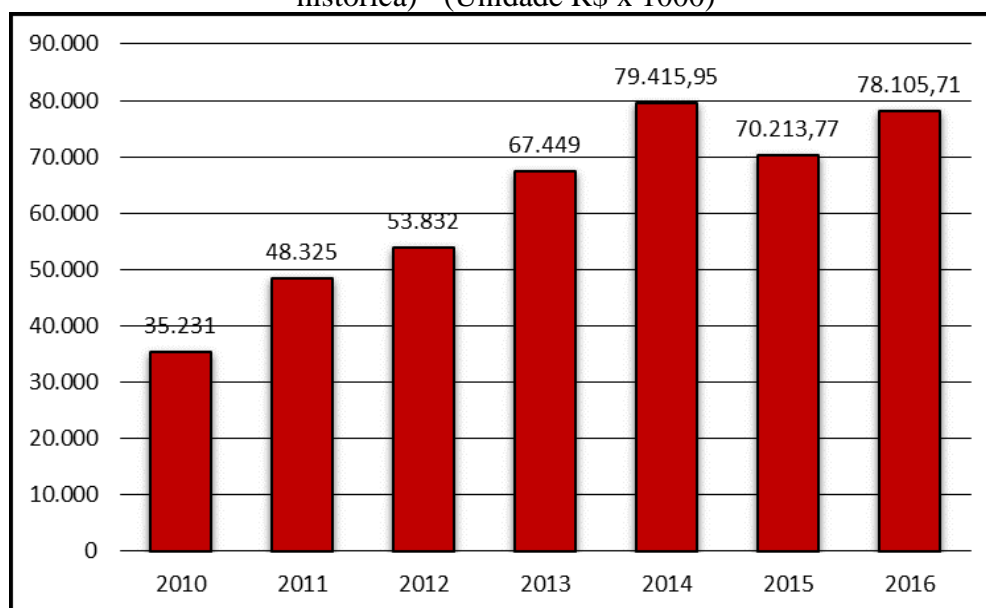


Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Dessa maneira, os investimentos no setor industrial garantiram a expressiva participação do segmento no PIB municipal, sendo que durante o período de 2010 a 2016 a indústria apresentou crescimento econômico, demonstrando assim o potencial de expansão do seu rendimento. Em 2010, conforme o Gráfico 8, o PIB desse setor era de 35.231 milhões de reais e passou em 2014 para 79.415,95 milhões de reais, o maior faturamento do segmento ao longo desse período, sendo que entre 2013 e 2014, o rendimento da indústria superou o setor agrícola, consolidação a produção industrial como principal geradora de lucros durante esses dois anos. Somente após o ano de 2015 o setor agrícola voltou a superar a indústria em termos de lucratividade. Entre 2010 e 2014 houve um crescimento da renda de 79.380,719 milhões de reais.

Porém, em 2015 a indústria teve uma queda no rendimento em relação ao ano anterior, com prejuízo de 9.202,18 milhões de reais, devido à crise que atingiu o setor nacional e que teve reflexo na produção industrial municipal, sendo que o produto interno bruto do setor nesse ano foi de 70.213,77 milhões de reais. Já em 2016, a indústria apresentou um processo gradual de recuperação das perdas do ano anterior, sendo o PIB nesse ano de 78.105,71 milhões de reais, com um aumento no lucro de 7.891,94 milhões de reais, que mesmo assim a recuperação ficou abaixo do prejuízo obtido pelo setor industrial em 2015.

Gráfico 8: PIB bruto a preços correntes do setor industrial da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)

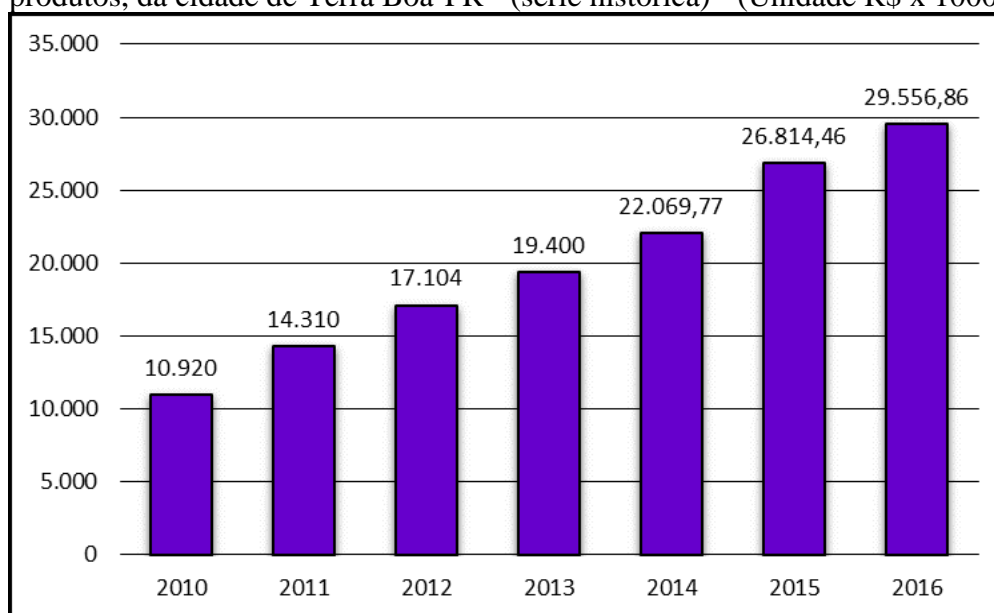


Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Assim sendo, houve a melhoria dos rendimentos do setor agrícola e industrial impulsionado pelo aumento da renda da população, possibilitando assim a ampliação do consumo e conseqüentemente os gastos no comércio e serviços, movimentando a economia local e proporcionando a aumento na arrecadação de impostos. Esse processo que pode ser visualizado no Gráfico 9 que indica claramente o aumento consecutivo ao longo do período de 2010 a 2016 dos rendimentos gerados pelos impostos advindos de impostos sobre produtos e serviços, sobre as propriedades territoriais urbanas, entre outros que o poder público pode cobrar da população. Já no decorrer do ano 2010 a arrecadação foi de 10.920 milhões de reais sendo em 2016 passou para 29.556,86 milhões de reais, com um aumento ao longo desse período de 18.636,86 milhões de reais.

Contudo, o aumento na arrecadação de impostos tem que ser acompanhado por uma gestão pública que trabalhe com transparência e que retornem para a população em formas de investimento e melhorias em setores estratégicas para garantir qualidade de vida aos munícipes como: educação, saúde, segurança, infraestrutura e lazer, pois o crescimento econômico, sem garantir aos terrabonenses o acesso a uma cidade mais justa, não trará nenhum benefício.

Gráfico 9: PIB bruto a preços correntes do setor de impostos, líquido de subsídios, sobre produtos, da cidade de Terra Boa-PR - (série histórica) - (Unidade R\$ x 1000)



Fonte: IBGE, 2019. Org. por: Gusmão, P. S; 2019.

Dentre os setores industriais presentes em Terra Boa, destacamos o setor alimentício, que conta com a Naturitos e Produmac (bolachas, salgadinhos), Lacticínios Simionato Leite Vidativa (leites e seus derivados), e a Amafil (produtos a base de mandioca, farofa/farinha), que conforme Ipardes (2004, 2019) congrega em 2002 entre as 21 principais empresas no segmento de derivados de mandioca. Segundo Ipardes (2004, 2019), na torrefação de café destaca a Incafé e na produção de conservas de frutas e legumes a Terra Sul, ambas no município de Terra Boa. No segmento de produção de fiação e tecelagem de seda, a empresa Fiação de Seda Bratac.

Conforme Ipardes (2004, 2019), o segmento de vestuário apresentou um aumento significativo no número de estabelecimentos no período de 1995, com 44 para 110 em 2012, sendo o destaque a cidade de Terra Boa, com 39. Dentre as empresas, o Ipardes (2004, 2019), destaca a Dudalina (atualmente Restoque), a Looperfios, Pele Azul e a PTL Nabhan (detentora da marca For Boys For Girls), que estão atualmente em funcionamento, junto com outras empresas que detém marcas importantes, como Magda Occhi (detentora da marca Magda Occhi Collection), Franciele Morezzi (detentora da marca Franciele Morezzi) e a Recco Praia e Fitness (detentora da marca Alto Giro e New Beach), sendo estas três empresas voltadas para um público feminino de maior poder aquisitivo, além da Family Confecções, Athena Confecções, Uniformes Nota 10, Favon Confecções, no setor têxtil e moda vestuário.

No setor moveleiro, com produção de planejados destacam-se Móveis Lourenzi e Lia Móveis, além da Ideal Flex (colchões), Estofados Kyrei. No setor de fivelas e chaveiros, Etik

Mar Fivelas e Chaveiros, no setor calçadista, Botinas Fortes, e no setor de plásticos, especialmente de sacolinhas, a General Plásticos, são os destaques. Logo, conforme Ipardes (2017), o setor industrial foi essencial para geração de emprego no município de Terra Boa, cenário este que também se repete em Cianorte.

O cenário econômico terrabonense mostra-se com potencial de expansão e fortalecimento das empresas instaladas atualmente, além de incentivar a implantação de novos empreendimentos mais modernos e com maior uso de tecnologias de ponta, angariando maior competitividade ao município e garantindo emprego e renda a população, contudo é fundamental a atuação da gestão pública para que o crescimento econômico não diminua, regredindo o desenvolvimento humano da pequena cidade de Terra Boa.

No próximo subcapítulo abordamos questões referentes a cidade de Terra Boa, como características do sítio urbano e sua inserção na rede urbana paranaense.

2.4 Caracterização da área urbana de Terra Boa

O presente subcapítulo tem como finalidade discutir as características da sede urbana de Terra Boa, destacando seus principais aspectos e sua inserção na rede urbana.

O sítio urbano da cidade de Terra Boa foi construído com base no modelo de urbanização estabelecido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, resultado de uma malha urbana, em formato de tabuleiro de xadrez, com quadra de 100 x 100 metros, com áreas determinadas para instalação de instituições públicas, praças, entre outros.

Segundo Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), o perímetro urbano ainda é determinado pela Lei 262/89, que não abrange novos loteamentos, não incorpora as vilas rurais e agrovila e não determina o perímetro urbano do distrito e da atual sede urbana.

Com relação ao zoneamento urbano, este divide em residencial, comercial, industrial, especiais e de preservação, conforme Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), contudo este zoneamento foi realizado em 1989, não sofrendo adequações, tornando-o inadequado para atender as atuais condições urbanísticas da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Devido ao desenvolvimento dos setores econômicos somado ao crescimento populacional, a área urbana passou por mudanças em sua malha urbana marcada pelo processo de expansão territorial da sede urbana nas últimas décadas causada pelo surgimento de loteamentos particulares e loteamentos de interesse social ligados ao Programa Social Minha Casa Minha Vida, sendo exemplo o Conjunto Fani Lenner, Conjunto Jacinta Peres,

entregues nos últimos anos. Conforme Carvalho e Stephan (2016), esse programa foi desenvolvido com objetivo de sanar o déficit habitacional proporcionando condições de habitação as populações mais carentes do país.

Como também projetos habitacionais ligados às parcerias entre a esfera público-privada que possibilitaram a construção dos Conjuntos Residencial Pinheiro e Bagatin, ambos inaugurados em 2017, construídos com a parceira da empresa Construtora Japurá.

Esse processo de expansão urbana gera uma pressão por parte de certos atores sociais que veem nesses investimentos possibilidades de conversão da terra rural em propriedade urbana, ampliando a capacidade de geração de renda e retenção de lucros por meio da negociação da terra urbana com a venda de lotes urbanos em loteamentos e conjuntos habitacionais.

Contudo, com a atuação desses atores sociais, o espaço urbano é produzido desigualmente, resultando em espaços segregados, nos quais a população com menor poder aquisitivo são restritas aos bairros populares com infraestrutura incipiente, enquanto as classes abastadas se apropriam do centro da cidade de Terra Boa por estar cercado por equipamentos urbanos e estrutura comercial e de serviços, garantindo-lhes comodidade e facilidade, e ao mesmo tempo, os novos loteamentos advindos da participação público-privada com infraestrutura são destinados aos grupos populacionais com teto de renda dentro dos interesses do projeto dificultando um acesso equitativo por parte da população.

Nesse sentido, Horácio Capel (1974) em seu artigo “Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español” destaca que:

La producción del espacio urbano es resultado de las prácticas de unos agentes que actúan dentro del marco del sistema capitalista utilizando los mecanismos legales a su disposición o realizando su actuación al margen de estos mecanismos y obteniendo posteriormente la sanción legal correspondiente (CAPEL, 1974, p. 19).

Logo na sociedade capitalista, a cidade e o espaço em geral pertencem aos seus habitantes e são modelados conforme seus interesses, sendo muitas vezes esses interesses contraditórios devido a uma série de agentes que atuam no espaço urbano (CAPEL, 1974). E conforme Corrêa (1999), a ação desses agentes “é complexa, derivando da dinâmica da acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 1999, p. 20). Além de que esses agentes estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista (CORRÊA, 2012).

Denota-se, dessa forma, que “o espaço urbano aparece como movimento historicamente determinado num processo social”, cujo “modo de produção do espaço contém um modo de apropriação” pautado na propriedade privada da terra (CARLOS, 1992, p. 51).

Para Corrêa (2012), a produção do espaço é resultado da ação de agentes sociais históricos, concretos, possuidores de interesses, práticas e estratégias próprias, “portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2012, p. 43). Assim, conforme esse autor, a complexidade da ação desses agentes introduz práticas que geram um permanente processo de reorganização espacial por meio da “incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 1999, p. 11).

Dessa forma, visualiza-se no cenário urbano um processo acentuado da expansão urbana motivada pela atuação dos proprietários de imóveis rurais com a finalidade de conversão da mesma em terra urbana, pautada em empreendimentos imobiliários particulares, todos em áreas periféricas, produzindo uma expansão urbana para áreas anteriormente voltadas para o cultivo agrícola especialmente de milho e soja, e devido esses terrenos apresentarem relevos planos com poucos declives, tornam-se valorizados pela facilidade de construir condomínios residenciais.

Além disso, a atuação desses agentes tem a finalidade de manter a reprodução das relações de produção, “implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe [...]” (CORRÊA, 1999, p. 12).

Dessa forma Costa (2014) afirma:

O espaço é produzido por agentes reais com interesses e estratégias delimitadas. Os interesses entram muitas vezes em conflitos, pois as classes sociais historicamente definidas possuem objetivos divergentes. As condições estabelecidas pelo capitalismo – sociedade dividida em classes contraditórias e a valorização como finalidade – atuam como determinações para a (re) produção do espaço, que deve ser compreendido como realidade em construção, em transformação e em continuo movimento dialético (COSTA, 2014, p. 47).

Capel (1974) identifica esses agentes e pontua as características e suas ações no território espanhol:

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de

acuerdo com los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. Em esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano – agentes en cuanto que intervienen em los conflictos surgidos entre los agentes, contribuyendo a superar sus contradicciones (CAPEL, 1974, p. 19).

No caso da cidade de Terra Boa, os agentes ou atores sociais destacados por Costa (2014) e Capel (1974) são os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, representados nessa cidade pela Imobiliária Dinâmica e pela Construtora Japurá, pela Prefeitura Municipal e pelos industriais.

A atuação dos industriais ocorre junto ao poder público por meio da criação de parques industriais, que visam com apoio da legislação do PRODETERRA garantir condições para a produção do setor e geração de empregos, sendo que se destaca o parque industrial na porção noroeste da cidade, entre a rodovia PR-082 e o começo da Avenida Brasil, e o outro fica no lado esquerdo da rodovia PR-082, na saída para Cianorte.

Corrêa (1999) afirma que esse agente em específico preza em sua atuação no espaço urbano terrenos amplos e baratos que atendam seus requisitos locacionais referentes às atividades de seu empreendimento. Assim, os parques industriais construídos pela prefeitura municipal visam garantir local para as instalações fabris em pontos estratégicos, facilitam o deslocamento da produção e recebimento de matéria-prima.

E, conseqüentemente, esses agentes são os responsáveis pela valorização do solo urbano, contudo esta valorização pode levar ao conflito entre esses agentes, devido à especulação de produzir terrenos amplos e baratos, mas ao mesmo tempo o aumento do preço da terra gera pressão por salários maiores por parte dos trabalhadores (CORRÊA, 1999). Para sanar os conflitos, o Estado enquanto ator social, busca na conciliação com o setor privado meios de produzir conjuntos habitacionais voltados para a classe trabalhadora, que no Estado do Paraná se baseia na política habitacional da COHAPAR para solucionar o problema da falta de moradia.

Corrêa (1999) pontua que o agente mais desejoso da conversão da terra rural em urbana são os proprietários de terra, devido ao solo urbano ser mais valorizado, portanto estes desejam “o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status” (CORRÊA, 1999, p. 16). Capel (1974) afirma ainda com relação aos proprietários de terras:

Mediante esta estrategia los propietarios del suelo dirigen hecho el crecimiento urbano en las direcciones que les resultan más ventajosas, con independencia de lo dispuesto por las normas urbanísticas. La deficiencia de los servicios y equipamientos es una característica que acompaña a estos barrios y que sólo muy lentamente y de forma parcial puede ser resuelta por la administración: en cualquier caso, algunas de las características procedentes de la forma de parcelación original (calles estrechas, tipos de trazados que no se ajustan a las normas urbanísticas, etc.) e se mantienen ya de forma permanente, debido al elevado coste que supondría su remodelación de acuerdo con normas que respondan a criterios más actuales (CAPEL, 1974, p. 32).

Diante disso, “a especulação fundiária não é assim de interesse dos proprietários dos meios de produção. Interessa, no entanto, aos proprietários fundiários: a retenção de terras cria uma escassez de oferta e aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra” (CORRÊA, 1999, p. 14). Nesse sentido, Capel (1974) afirma que outra prática dos proprietários fundiários é a retenção de terrenos no entorno de áreas edificadas, com vista à especulação imobiliária, influenciando o crescimento dos subúrbios, além de debilitar a oferta de terras edificáveis. Dessa forma, “como resultado de las estrategias seguidas por los propietarios del suelo se produce una elevación de los precios de éste” (CAPEL, 1974, p. 35).

O processo de retenção de imóveis vazios ou subutilizados na área central da cidade de Terra Boa pauta-se no interesse de geração de renda por meio da especulação imobiliário, como afirma Corrêa (1999) e Capel (1974). Para esses autores, a especulação fundiária deixa marcas negativas no tecido urbano, primeiramente por forçar a ocupação de novas áreas na periferia, gerando dessa forma, a necessidade de implantação de infraestrutura urbana, enquanto outras áreas com vazios continuam tendo sua infraestrutura sendo conservada pelo poder público, contudo acaba sendo subutilizada.

Tais conflitos, relatados por Corrêa (1999), deve-se ao que Capel (1974) pontua devido à necessidade de área industrial abundantes, que sejam de localizações estratégicas e baratas, conforme as estratégias das empresas, visando evitar a especulação do solo. Além disso, Capel (1974) afirma que:

[...] las empresas industriales poseen la posibilidad – facilitada, además, por las fuertes interconexiones personales y financieras existentes a veces entre los consejos de administración – de establecer relaciones y asociaciones entre ellas con vistas a la adopción de decisiones conjuntas que afectan a grandes espacios, promoviendo de esta forma vastos procesos de renovación (CAPEL, 1974, p. 26).

Não se pode negar o fato de os grandes empresários do setor industrial também serem especuladores do solo urbano e se apropriam de aparatos legais, com vista a ganhar no mercado imobiliário.

Puede afirmarse, pues, que las grandes empresas industriales poseen realmente un papel decisivo en la configuración del tejido urbano. Y debe añadirse que este papel es desempeñado activamente, puesto que de hecho las empresas industriales son también frecuentemente especuladoras de suelo. En realidad, el proceso de descongestión industrial promovido por las grandes industriales en Madrid, Barcelona y otras áreas metropolitanas desempeña a veces en la estrategia de las firmas un papel fundamental, ya que es traslado – que permite a estas empresas disponer de espacios mayores para la ampliación de sus instalación – va unido a la parcelación y venta de los terrenos que ocupan el interior de la ciudad, beneficiándose de las plusvalías que la expansión del tejido urbano ha otorgado a solares quizás antes periféricos pero que hoy poseen una gran centralidad. Ha habido empresas que han podido financiar ampliaciones sucesivas con esta especulación del suelo urbano, aunque desde luego es la colectividad la que debe resolver – cuando se resuelven – los graves problemas planteados a los obreros afectados por estos traslados de las factorías (instalación de nuevas líneas de transporte urbano, aumento del tiempo de desplazamiento no remunerado, cambios de domicilio...), así como los derivados de la reconversión del espacio urbano y suburbano y de la densificación resultante de la transformación de antiguos solares industriales en suelo residencial (CAPEL, 1974, p. 26-27).

Dentre os aparatos legais, encontra-se a legislação, como PRODETERRA que tem como finalidade garantir espaços locacionais para empreendimentos industriais, garantindo processo de terraplenagem, instalação de infraestrutura de energia elétrica e água, além de garantir o pagamento de aluguel por determinado período de tempo.

Somada a atuação de outros agentes, como os promotores imobiliários que produzem um uso diferente do solo urbano, garantindo os melhores espaços para as classes abastadas, enquanto as piores áreas são destinadas as classes trabalhadoras devido a sua menor condições econômicas (CORRÊA, 1999).

Pontua-se dessa forma, segundo Capel (1974) que a produção física da cidade se efetiva por meio da ação dos promotores imobiliários e das construtoras, sendo que aquilo que os geógrafos denominam de morfologia urbana advém das opções e decisões tomadas por esses agentes. Além disso, apesar do capital sentir pouca atração por esse ramo produtivo, as habitações são um bem de consumo final de preço elevado e de difícil aquisição pela maioria dos trabalhadores devido aos baixos salários recebidos em consequências da exploração econômica que são submetidos.

Dentre os promotores imobiliários que atuam em Terra Boa, destacam a Imobiliária Dinâmica e a Construtora Japurá, sendo a primeira responsável por loteamentos particulares, enquanto a segunda atua por meio da participação do poder público municipal com apoio financeira da Caixa Econômica Federal para a consolidação de condomínios residenciais voltados para a classe média e média baixa.

Segundo Corrêa (1999):

[...] Numa sociedade onde parte ponderável da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, a estratégia dos promotores imobiliários é basicamente a seguinte: [...] dirigir-se, em primeiro lugar, à produção de residências para satisfazer a demanda solvável; e [...] obter ajuda do Estado no sentido de tornar solvável a produção de residências para satisfazer a demanda não-solvável (CÔRREA, 1999, p. 22).

Destacamos ainda o Estado, agente produtor de espaço, que age com diversas funções ou papéis no caso da cidade de Terra Boa, esse agente é representado pela Prefeitura Municipal, pelo Governo Estadual (COHAPAR) e pela União por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal. Segundo Côrrea (2012) esses são os papéis desse agente:

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento;
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais – esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial;
- Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade (CÔRREA, 2012, p. 45-46).

Nesse sentido, conforme salienta Côrrea (1999), que o Estado participa da organização espacial da cidade, de forma complexa e variável no tempo e no espaço, refletindo na dinâmica da sociedade da qual integra.

Dessa forma, visualizamos o que Carlos (2012) pontua como reprodução do espaço, por meio de algo concreto, vista que o mesmo é condição, meio e produto da reprodução social, sendo “produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade” (CARLOS, 2012, p. 63).

Portanto, “a materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida” (CARLOS, 2007, p. 21). Por conseguinte,

[...] o ‘solo urbano’ passa a ser definido em função das articulações com a totalidade do espaço; e seu processo de apropriação (através da terra-matéria) marcará o fato de que o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico: apropriar-se de um lugar construído na cidade (CARLOS, 1992, p. 53).

Para Carlos (1992), o solo urbano é visto como mercadoria por possui um valor que se exprime por meio da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global gerado, mesmo que potencialmente, dentro de condições específicas.

E com relação ao valor da terra, Carlos (1992) declara que o processo de constituição do preço da terra, considera desde processos cíclicos da conjuntura nacional a aspectos políticos e sociais de um determinado local. Todos esses fatores se ligam ao processo de desenvolvimento urbano redesenhando a divisão espacial, e conseqüentemente, o valor das parcelas. “O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e na inter-relação entre o todo e a parte ocorre processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço” (CARLOS, 1992, p. 54).

Além de que a apropriação do solo urbano por meio dos diferentes tipos de usos e ocupações devem ser efetivadas de maneira sustentável “[...] a partir de ações e diretrizes voltadas ao adequado uso do solo e dos recursos naturais [...]” (HONDA *et al*, 2015, p. 64) para que garante se um acesso equitativo e que gere qualidade de vida dos cidadãos.

Dessa maneira, compreendemos que a sustentabilidade na questão da apropriação do espaço urbano perpassa as políticas de planejamento urbano e de reforma paisagística, mas que se deve garantir a acessibilidade e condições da população usufruir da cidade sem restrições físicas, culturais, sociais e econômicas, pois a cidade pertence a seus moradores e não ao capital.

Contudo esse processo de produção do espaço urbano voltado para atendimento dos interesses dos agentes sociais produz uma cidade segregada, fragmentada, cuja articulação entre suas partes denotam um acesso desigual aos bens e serviços, os quais são produzidos pelo meio urbano, sendo a principal realidade presente na malha urbana advinda dessa condição é a constituição de vazios urbanos.

Logo, Gusmão e Bovo (2019, p. 88) pontuam que o processo de produção dessas novas áreas urbanas se efetiva sem que as antigas áreas tenham sido ocupadas, corroborando para o aparecimento de espaços ociosos na malha urbana que se visam a especulação imobiliária. “Fato que acarreta no aumento dos valores dos terrenos da área central e que desloca a expansão urbana para as áreas periféricas”.

Conforme Prefeitura Municipal de Terra Boa (2008), os vazios urbanos:

[...] é um modo de produção do espaço urbano extremamente prejudicial a cidade, pois implica no desperdício e subutilização de infraestrutura e serviços urbanos, além de forçar a ocupação de novas áreas, em geral periféricas, exigindo investimentos na ampliação de novos elementos de urbanização.

Nesse sentido, Gusmão e Bovo (2019) destacam que 6,38% dos lotes na área central são constituídos por vazios urbanos especulativos, compreendidos por Clichevsky (2002, 2007) e Borde (2006) como lotes não edificados resultantes da dinâmica do mercado imobiliário e que se localizam em áreas que contém infraestrutura que proporciona a sua valorização financeira, tornando seu acesso restrito aos grupos sociais que detém poder aquisitivo. Além de que esses terrenos carregam em si o valor da sua localização e do trabalho social alheio, ao abarcar as edificações de outros lotes e equipamentos urbanos para a constituição de seus valores (GUSMÃO; BOVO, 2019).

Gusmão e Bovo (2019) pontuam também que:

[...] a presença de vazios nessa área é antiga, devido a possuir muitas construções do período inicial da cidade, tal fato denota que esses terrenos foram reservados de maneira estratégica, por estarem localizados na área central e, por contar com uma localização privilegiada, somada aos diferentes equipamentos urbanos existentes nessa porção da cidade, são esses lotes garantia segura de lucros por meio da valorização futura, via especulação imobiliária (GUSMÃO; BOVO, 2019, p. 89).

Os autores apontam também que esses lotes inutilizados podem se tornar problemas de saúde pública, que devido ao descaso do proprietário, passa acomodar lixo, restos de materiais de construção, galhos e folhas depositados pela população residente no entorno, somada à vegetação rasteira que se desenvolvem nesses terrenos que podem propiciar locais para o

desenvolvimento de vetores de doenças como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras doenças, além de ratos, aranhas, escorpiões e serpentes (GUSMÃO; BOVO, 2019).

Contudo, a compreensão da presença de vazios urbanos na cidade de Terra Boa não pode se restringir apenas à área central, mas de se estender para outras porções da área urbana para que o poder público possa tomar as medidas cabíveis para solucionar essa problemática.

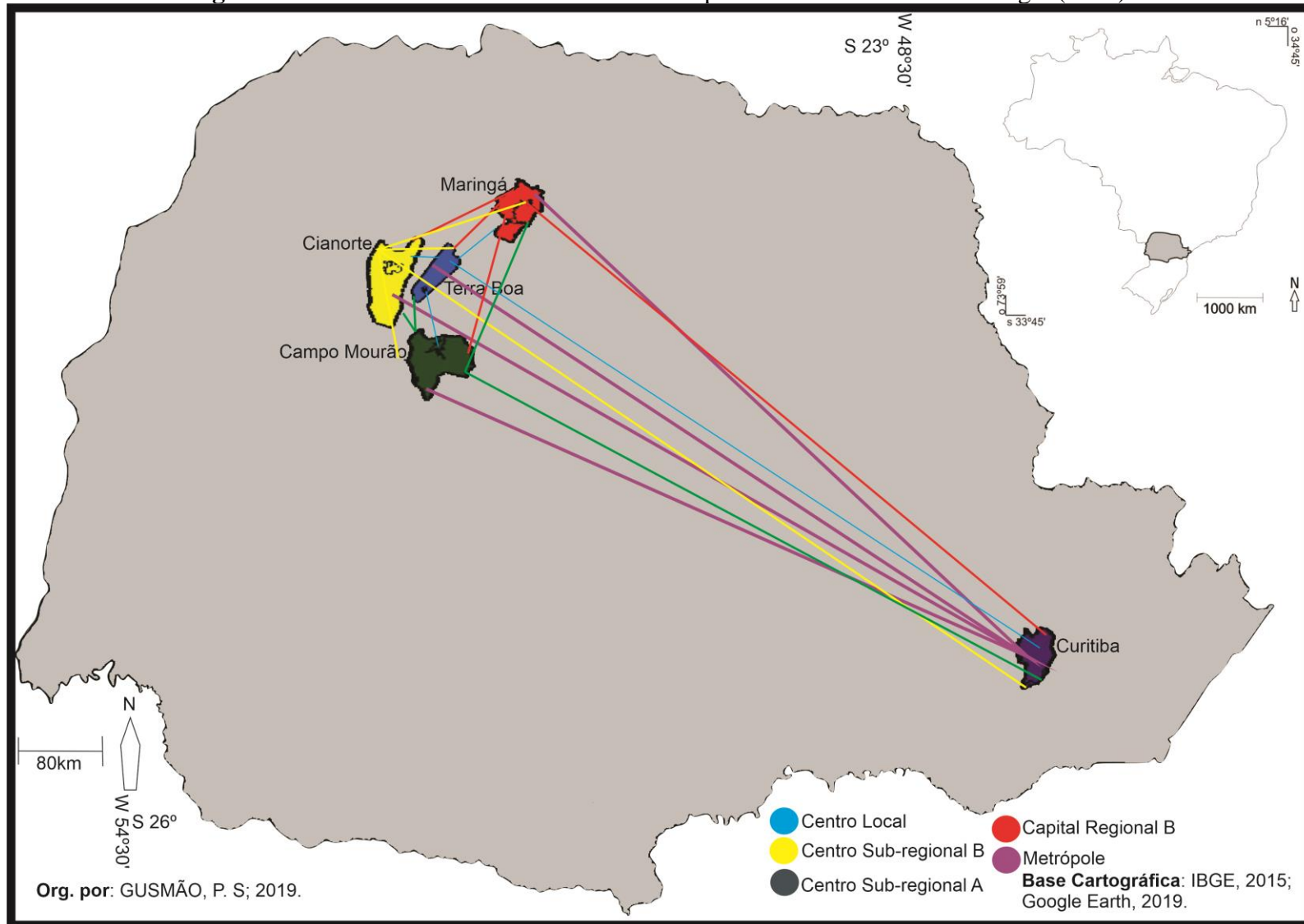
Para Costa (2013, p. 101), a rede urbana é “um conjunto de centros urbanos articulados, sendo um produto social historicamente construído que interliga a sociedade que vive em certa porção do espaço”. Essa rede é identificada pelas “ações capitalistas se tornam mais fluídas, pois as articulações entre os centros urbanos permitem uma maior circulação de mercadorias, dentro da lógica de expansão e ampliação de capitais”.

No caso da cidade de Terra Boa, utilizamos por base a Região de Influências da Cidade (REGIC) (IBGE, 2008), como cidade local por sua centralidade e atuação não extrapolar os limites municipais, satisfazendo apenas seus habitantes, cuja população é inferior a 20.000 habitantes. Já Costa (2013) ressalta que a cidade integra os municípios intermediários que possuem pouca ou média dinamicidade, atendendo às necessidades básicas da população e fornecem produtos e serviços de média complexidade. São centros de zona ou centros locais com influência local ou regional, com a maioria apresentando crescimento populacional. “Uma pequena parte dos recursos privados e públicos são canalizados para esses municípios, porém possuem significativo potencial endógeno de crescimento e desenvolvimento em médio prazo” (COSTA, 2013, p. 120).

Além disso, Terra Boa se correlaciona com as seguintes cidades na rede urbana conforme a hierarquia estabelecida pelo Regic (IBGE, 2008), sendo elas: Cianorte, um centro sub-regional B, que possui média de 71.000 habitantes, e Campo Mourão, um centro sub-regional A, que possui média de 95.000 habitantes, mas ambas são centros sub-regionais que apresentam atividades de gestão menos complexas e possuem uma área de atuação menos extensa, subordinando-se à Curitiba, que é uma metrópole; Já Maringá, um centro regional B, contudo integra a região metropolitana de Maringá, que possui em média de 435.000 habitantes e como metrópole estabelece relações com estratos superiores da rede urbana, contudo sua capacidade de gestão encontra-se em nível inferior às metrópoles, com área de influência de caráter regional, pois o seu entorno conta com um grande número de municípios devido ao seu conjunto de atividades.

A rede urbana na qual a cidade de Terra Boa se insere pode ser visualizada na Figura 5.

Figura 5: A cidade de Terra Boa na rede urbana paranaense de acordo com Regic (2007).



Fonte: IBGE (2008). Org. por: GUSMÃO, P. S; 2019.

Para Costa (2013), Campo Mourão e Cianorte são municípios dinâmicos por exercerem influência regional e por serem centros industriais, comerciais e de prestação de serviços, com menos complexidade que os fortemente dinâmicos. São áreas de atração populacional e apresenta média ou alta relevância na composição do PIB paranaense, integrando-se à economia estadual e com repercussão em nível nacional em menor escala. Sua população desfruta de uma boa qualidade de vida e são locais em desenvolvimento com capacidade de atrair investimentos públicos e privados.

Outro município que influencia Terra Boa em sua rede urbana é Curitiba, a capital do Estado do Paraná, considerada pelo Regic (IBGE, 2008) uma metrópole e se consolida devido seu grande porte e pelos fortes relacionamentos, abrangendo extensa área de influência direta. Segundo Costa (2013), assim, Curitiba (Metrópole) e a cidade de Maringá (região metropolitana) são consideradas cidades fortemente dinâmicas, por garantirem condições para a reprodução ampliada do capital, exercendo intensa influência na rede urbana paranaense e são os principais centros industriais, comerciais e de prestação de serviços. O município de Terra Boa com relação à rede urbana cuja área urbana está integrada, é considerada como cidade local, cuja atuação de influência restringe-se ao seu território e conta com capacidade econômica e produtiva capaz de atender às necessidades emergenciais e criadas por sua população, necessitando de centros maiores para atendimento de segmentos mais complexos e especializados no que no que se refere a outros setores socioeconômicos.

No próximo capítulo “*Centro urbano: uma análise a partir da perspectiva do uso e ocupação do solo*” objetivamos compreender e delimitar o centro da cidade alvo do estudo, por meio dos tipos de uso e ocupação do solo urbano.

CAPÍTULO 3

CENTRO URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O presente capítulo tem como objetivo abordar as questões pertinentes ao centro urbano de Terra Boa que permite evidenciar a existência do mesmo, tanto por meio de história que demonstra sua construção ao longo do tempo, quanto por meio da análise do uso e ocupação do solo atual, reforçando sua importância socioeconômica para a cidade.

3.1 Breve histórico do centro urbano da cidade de Terra Boa

O presente subcapítulo almeja apresentar um breve histórico do centro destacando as transformações que ocorreram nas últimas décadas, cujas marcas são refletidas no cenário atual.

O centro para Villaça (2001) desenvolve conforme uma comunidade organizada se consolida, distinguindo um território dentro do meio urbano que absorve os deslocamentos dos membros da cidade, sendo este “[...] aquele no qual toda a comunidade se reuniria no menor tempo possível” (VILLAÇA, 2001, p. 239).

Contudo, esse território pode se consolidar como centro, quando este é planejado para conter as estruturas econômicas, como comércio e serviços, e as instituições públicas que determinam as decisões sobre a urbe. Para tal, o centro histórico é a parte mais antiga da cidade, o ponto inicial da urbe, conforme Sebastião (2010), e que condiz:

[...] com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização (DGOTDU; 2005, p. 128).

O centro histórico é também marcado por mudanças que se sobressaem ao longo do tempo, logo Rémy e Voyé (2004) destacam que é o espaço “em que as funções se sobrepõem e sobretudo o lugar em que se desenrolam as atividades vistas como sendo particularmente importantes, aquelas que se situam ao nível hierárquico mais elevado”, ao mesmo em que é “o lugar simbólico por excelência, o da história e da memória coletiva” (RÉMY; VOYÉ, 2004, p. 92).

Dessa forma, o centro idealizado na fase inicial da cidade de Terra Boa é resultante do processo de planejamento da malha urbana pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, e cujo núcleo urbano se integra a rede urbana presente na gleba da cidade de Cianorte, conforme o mapa de colonização da CMNP produzido pelo ITCG (1955), de acordo com a Figura 6. Ferreira (2018) destaca que o processo de construção do assentamento urbano dessa cidade pauta-se na inserção das estradas de rodagem como fonte de escoamento de produção, do abastecimento e para deslocamento populacional, e não mais nas ferrovias, como demonstra a Figura 7 e 8. Essas estradas de rodagem eram construídas para facilitar o acesso ao município pelos proprietários dos imóveis rurais e urbanos que adquiriram junto a Companhia Melhoramentos de Terras do Norte do Paraná, além dos habitantes posteriores que se dirigiram para essa comarca com objetivo de residir e trabalhar na cidade. Sendo também essencial para o escoamento da produção agrícola, que inicialmente era o café, e que após a década de 1970 foi substituído pelo triênio milho/soja e trigo.

Figura 6: Mapa de colonização da CTNP/CMNP, 1955.



Fonte: ITCG, 1955. Adaptado de FERREIRA (2018, p. 167).

Figura 7: Abertura e construção de estradas de rodagem no município de Terra Boa (c. 1960).



Fonte: FADEL, O.; 2019.

Figura 8: Estrada Muchulu no município de Terra Boa construída em 1968.



Fonte: FADEL, O.; 2019.

Esse processo, de acordo com Monbeig (1984, p. 204) demonstra que uma complexa paisagem foi constituída pelo avanço da fronteira agrícola, dessa forma: “[...] a cidade e o pequeno povoado rural assumiram uma importância desconhecida até então. Nasceram da estação ferroviária ou na estrada de rodagem. Outrora dizia-se ‘fulano abriu tal fazenda’, agora diz-se ‘fulano fundou tal cidade’”.

Rosaneli (2009) salienta que a partir da análise de Monbeig (1984), as cidades que surgiram a partir do empreendimento da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, como a cidade de Terra Boa, visavam ao mercado de abastecimento e exportação, atendendo a produção cafeeira. Tal aspecto repercute conforme esse autor no centro local marcado pela presença “[...] prestadores de serviços e as casas comerciais que eram indispensáveis para que as atividades do cotidiano de sitiantes e cidadãos pudessem se organizar”; e as serrarias e madeiras que eram essenciais “[...] para o aproveitamento local do fruto do corte da floresta e para as primeiras economias. Eram bases de suprimento e, muitas vezes, de trocas de mercadorias” (ROSANELI, 2009, p. 71).

A presença de madeiras em território terrabonense foi fundamental para o aproveitamento madeireiro advindo da abertura das propriedades rurais e urbanas que forneciam madeira para a construção das ocupações urbanas, como residências. Sendo alguns desses empreendimentos ativos até os dias atuais, como a Madeira São Rafael.

O centro urbano também era conforme Rosaneli (2009):

[...] pontos de convergência política, religiosa, educacional e cultural, pois as crianças precisavam dirigir-se para a escola, as famílias para as igrejas e todos para as ruas e praças, quando estas ainda faziam sentido para a convivência pública: na inauguração da primeira lâmpada elétrica, para uma reunião vislumbrando a instalação do município ou para a celebração religiosa. Apesar da proeminência da função mercantil, tais propriedades reunidas rompiam o distanciamento dos moradores da zona rural, embrenhados em suas atividades cotidianas [...] (ROSANELI, 2009, p. 71).

O centro urbano terrabonense sempre foi importante ponto de interação entre os cidadãos e fonte de fortalecimento da identidade coletiva urbana, desde o período inicial da cidade por meio das festividades, dos comícios eleitorais, dos desfiles cívicos, das comemorações de conquistas esportivas. Além de ser espaço para o encontro de pessoas, particularmente os estabelecimentos como bares e mercearias, locais de reunião e conversas entre amigos, vizinhos que desfrutavam desses lugares como meio de descontração e entretenimento, como podemos visualizar em fotos dos anos de 1957 e 1960 (Figuras 9, 10, 11 e 12).

Figura 9: Desfile cívico de 7 de setembro na Avenida Brasil (c. 1960)



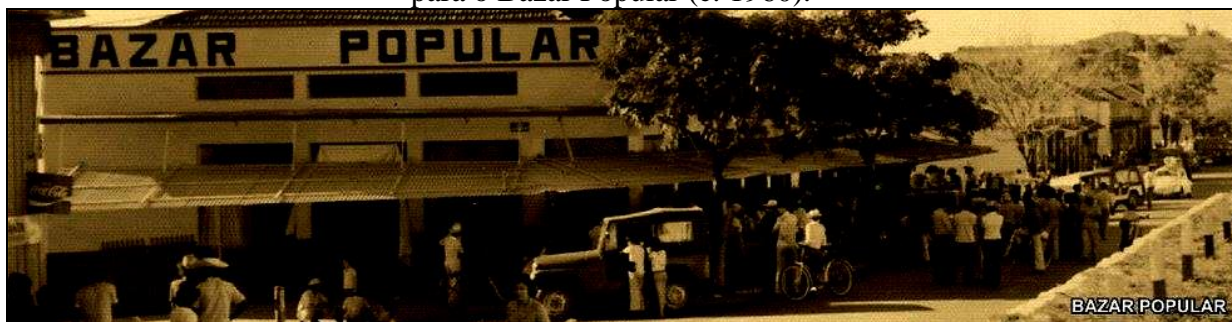
Fonte: FADEL, O.; 2019.

Figura 10: Desfile comemorativo de uma conquista esportiva na Avenida Brasil (c. 1960).



Fonte: FADEL, O.; 2019.

Figura 11: Aglomeração de pessoas nas lojas e mercearias na Avenida Brasil, com destaque para o Bazar Popular (c. 1960).



Fonte: FADEL, O.; 2019.

As figuras 9 a 11 denotam o processo identificado por Rosaneli (2009), demonstrando que a Avenida Brasil, eixo principal e as ruas adjacentes que cortam essa avenida e que delineiam o centro urbano, são espaços de convívio e de interlocução entre os cidadãos, permitindo a socialização entre os moradores locais, do meio rural e de outros lugares, ao mesmo tempo, em que rompe o distanciamento entre os moradores da zona rural com o mundo urbano. Além de serem pontos de convergência política, por ser o local de diálogos entre os cidadãos e a política local e também por um ponto de confluência das atividades culturais e religiosas.

No período entre a década de 1950 e 1960, retratados nas Figuras 9 a 12, claramente identificamos características de uma cidade dos notáveis, cuja personalidade que expressavam a identidade urbana local eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, a telegrafista (SANTOS, 1993), que no caso da cidade de Terra Boa eram o padre polonês Tadeu Ziemski, os doutores Henrique Alves Pereira e Miguel Alves Pereira, ambos ex-prefeitos, a professora Irene Alves Pereira, são alguns exemplos que marcam a fase como cidade dos notáveis. Vargas (2006) complementa indicando que nesse período o centro urbano terrabonense era pontuado pela presença da igreja (Figura 12), da praça, dos secos e molhados, entre outros, que garantiam o fortalecimento da coletividade por meio das festividades religiosas e culturais que propiciavam a interação dos moradores locais.

Figura 12: Vista da Igreja Matriz São Judas Tadeus (igreja velha) e parcial da Praça João XXIII (1957).



Fonte: FADEL, O.; 2019.

O centro urbano foi planejado conforme os planos urbanísticos implementados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como discutido no subcapítulo 2.4, cujo sítio urbano tem um desenho no formato de tabuleiro de xadrez com quadras de 100x100 metros quadrados, e lotes com 600m², com divisões predestinadas às instituições públicas, praças e a igreja, a qual se localiza no ponto mais alto do tecido urbano. Essas características podem ser visualizadas na Figura 13 que apresenta a planta municipal elaborada pela CMNP em 1950.

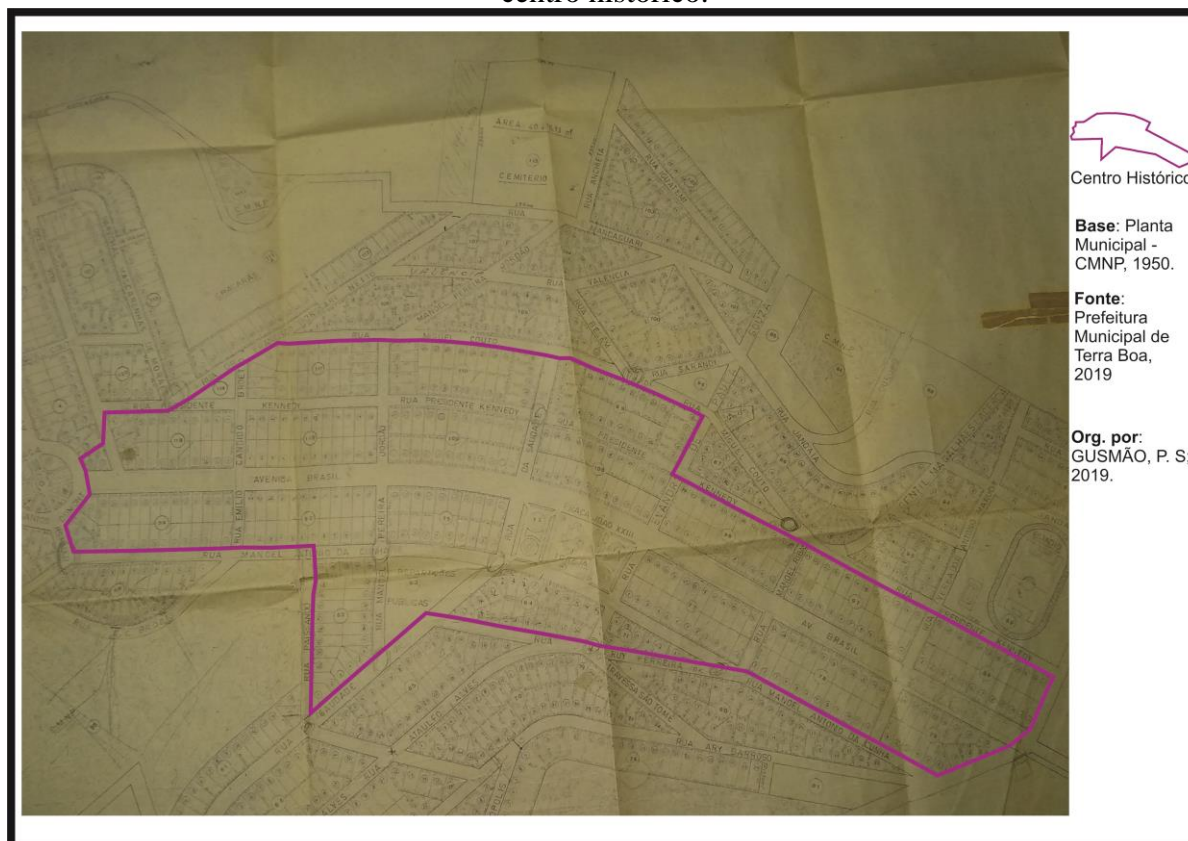
Tal desenho urbano é reforçado pela discussão do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que descreve esse desenho urbano por meio dos relatos de sua passagem no norte do Paraná:

Nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início, todas parecidas: traçados geométricos, privados de qualidade própria. Entretanto, umas são centrais, outras periféricas; algumas são paralelas e outras, perpendiculares à via férrea ou à estrada, as primeiras estão no sentido do tráfego, as segundas o cortam e interrompem (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 114).

Complementando a discussão de Lévi-Strauss (1996), Meneguetti (2007) destaca que a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná desenvolvia o sítio urbano com desenho geométrico, preferencialmente ortogonal como um tabuleiro de xadrez, com uma praça na área central, com hierarquia de vias, e com posicionamento específico de elementos urbanos e de alguns edifícios institucionais, seja públicos ou religiosos, “como o cemitério, o campo de

esportes, a igreja, o hospital e a escola, de maneira a estruturar a paisagem urbana” (MENEGUETTI, 2007, p. 76). Os elementos discutidos pelos autores anteriores podem ser visualizados na planta municipal de Terra Boa, elaborada pela CMNP em 1950 na Figura 13.

Figura 13: Plana municipal de Terra Boa elaborada pela CMNP, 1950, com destaque para o centro histórico.



Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Boa, 2019. **Org. por:** GUSMÃO, P. S.; 2019.

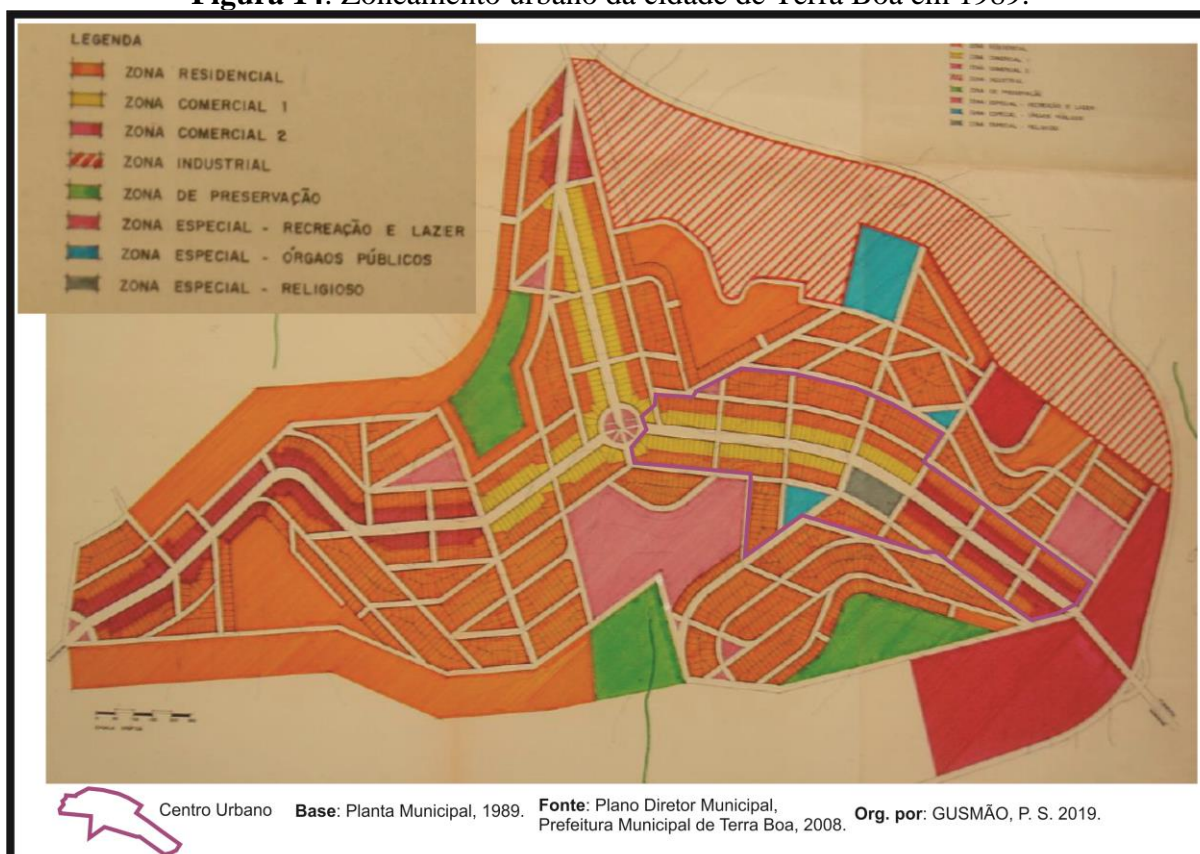
Quanto ao zoneamento urbano da área central foi definido somente em 1989 por meio da elaboração da Lei n. 263/89 que atribuiu as diferentes partes da malha urbana funções específicas no tocante ao uso e ocupação do solo. Dessa forma, delineando conforme a Figura 14 que a zona central deveria ser destinada aos seguintes usos e ocupações: zona residencial com uso individual e coletivo; zonas comerciais que se dividiam em principal e local e voltavam-se para o uso comercial, prestação de serviços e zonas especiais, que no caso de área central designavam-se para a implantação de instituições públicas e para fins religiosos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA, 2008).

Contudo, com o processo de modernização da economia pós-crise do café e implementação da política de industrialização a partir da década de 1980 o centro urbano passou por uma remodelação, sofrendo transformações no tocante à diversificação dos usos do solo nessa porção do sítio urbano, com implantação de comércio, serviços, indústrias em

áreas dedicadas as residências, além do aparecimento de usos mistos em diversos lotes, com a presença de uso residencial, comercial, de serviços entre outros.

Porém, atualmente o poder público carece de uma legislação e de um mapeamento que defina os diferentes usos do solo nas diferentes partes da cidade, particularmente em relação à área central.

Figura 14: Zoneamento urbano da cidade de Terra Boa em 1989.



Fonte: Plano Diretor Municipal/Prefeitura Municipal de Terra Boa, 2008. **Org. por:** GUSMÃO, P. S.; 2019.

Desde a fundação da cidade a partir do plano de colonização de desenvolvimento pela CMNP em 1950 e posteriormente com o desmembramento e constituição do município de Terra Boa, o centro urbano tem passado por transformações ao longo das últimas décadas. Iniciado com a ocupação dos lotes pelos primeiros moradores que se dirigiam à sede urbana com objetivo de morar e trabalhar na cidade.

Dentre as mudanças marcantes registradas na área central destaca o processo de implantação das galerias pluviais em meados da década de 1950 (Figura 15) para contenção de processos erosivos na Avenida Brasil e na década de 1960, a avenida ganhava a iluminação pública (Figura 16) que facilitaria o deslocamento de pessoas e veículos pelas ruas de chão.

Figura 15: Manutenção da Avenida Brasil para contenção de processos erosivos, 1950.



Fonte: FADEL, O; 2019.

Figura 16: Vista parcial de Terra Boa, em 1960, com sua iluminação antiga.



Fonte: FADEL, O; 2019.

Na década de 1960, outros equipamentos urbanos foram implantados no centro urbano com intuito de melhorar o atendimento da população terrabonense, garantindo a dinamicidade e proporcionando desenvolvimento local, dentre eles destacam-se a construção da Santa Casa de Misericórdia São Judas Tadeu (1961), da atual Igreja Matriz São Judas Tadeu (1966), do

Asilo São Vicente de Paula (1967) e da Estação de Tratamento de Água (1968), que pode ser visto parcialmente na Figura 18.

No período entre fins da década de 1960 e início de 1970, a Avenida Brasil passou por um processo de revitalização que garantiu melhorias nas condições de deslocamentos de pessoas e veículos, principalmente para aqueles que desejam se deslocar para as residências, comércios, prestadores de serviços e órgãos públicos presentes nessa avenida e seu entorno, além de facilitar o acesso a outras partes da cidade. Somada a implantação de um novo sistema de iluminação pública a gás que facilitou o uso da avenida em períodos noturnos, dando uma melhor sensação de segurança e conforto a população citadina (Figura 17).

Figura 17: Sistema de iluminação pública a gás na Avenida Brasil, 1968.



Fonte: FADEL, O; 2019.

Figura 18: Vista da Avenida Brasil com destaque para o canteiro central e a iluminação pública, com a caixa da água da Estação de Tratamento de Água da SANEPAR ao fundo, 1968.



Fonte: FADEL, O; 2019.

Na década de 1990, a Avenida Brasil, com sua malha asfáltica ganha novos contornos devido o desenvolvimento da política industrial, com o aparecimento das características de uma cidade moderna voltada para o atendimento dos interesses do agronegócio, com o surgimento dos bancos, corretoras, lojas especializadas, redes de supermercados. E de órgãos públicos destinados à gestão e decisão, exemplificado pela instalação da Prefeitura Municipal (1990) e Casa da Cultura (1988).

Nas décadas de 2000 e 2010, o centro urbano, marcado pelo eixo constituído pela Avenida Brasil e pelas ruas adjacentes, apresenta uma ampla diversificação do setor econômico, com as presenças de lojas de comércio especializados, rede de supermercados, estabelecimentos alimentícios, bancos, cooperativas de créditos, corretoras de seguros, sindicatos diversos, além das empresas do setor quaternários, ligados aos segmentos de comunicação e informática, que demonstram a inserção da cidade em uma economia globalizada.

Esses processos demonstram que o centro urbano historicamente passou por mudanças ao longo das décadas particularmente de devido as transformações econômicas sofridas pelo município de Terra Boa, desde a queda da economia cafeeira e consequente modernização agrícola e inserção da política industrial, que teve papel fundamental para o desenvolvimento da área central, particularmente o setor têxtil.

O próximo subcapítulo “*Caracterização do centro urbano, da dinâmica de uso e ocupação do solo*” visa apresentar a discussão sobre o centro urbano da cidade de Terra Boa, a partir da questão do uso e ocupação do solo urbano e sua dinâmica, fator imprescindível para compreender sua dinamicidade como também particularidades, com intuito de reforçar a existência de um verdadeiro centro urbano.

3.2 Caracterização do centro urbano, da dinâmica de uso e da ocupação do solo

No presente subcapítulo discutimos o centro urbano da cidade de Terra Boa a partir da questão do uso e ocupação do solo urbano para compreender sua dinamicidade e suas particularidades para demonstrar a presença de um centro urbano.

As discussões ligadas ao conceito de cidade demonstram sua complexidade, ao mesmo tempo, reforça que a mesma é compreendida a partir das funções e usos presentes nela. Dessa forma, autores como Carlos (1992), Côrrea (1999) e Souza (2005) definem-nas a partir de seu caráter funcional e pela justaposição de distintos usos e ocupações sobre si. Souza (2005), partindo desse pressuposto define como: “a cidade é, sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não-agrícola [...] e de comércio e oferecimentos de serviços” (SOUZA, 2005, p. 27).

A compreensão da cidade a partir desse parâmetro “o uso do solo” permite averiguar a dinamicidade da urbe devido que esse fator está exposto às mudanças geradas pelas necessidades do capitalismo, que conforme Milton Santos (1985) “[...] são tantos espaciais como econômicas, culturais e políticas” que alteram “[...] a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo [...]” (SANTOS, 1985, p. 47) que redefinem os tipos de uso presentes em cada parte da cidade, alterando o cenário produtivo e as funções urbanas. Tais modificações nos usos devem-se não somente pela conjuntura econômica, mas devido também às facilidades concedidas por cada lugar dentro do espaço urbano (SANTOS, 1985).

Dessa forma, reforçamos que a cidade, além de ser um produto social materializado pelo trabalho humano, se materializa enquanto formas de ocupações (CARLOS, 1992), e este provém “da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1992, p. 45).

Portanto, para Carlos (1992), o uso do solo quando conectado ao processo de produção das relações capitalistas, caracteriza-se como forma de ocupação de determinado local da cidade, variando conforme o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, a autora destaca que a produção espacial se efetiva no cotidiano das pessoas e se materializa no modo de ocupação e/ou uso de determinado local, contudo o uso do solo urbano é marcado por conflitos entre usos e indivíduos e que tais conflitos são guiados pelo mercado (CARLOS, 1992).

A autora destaca ainda que a forma como os tipos de uso do solo se estrutura dentro do tecido urbano deve-se como as atividades são materializadas na cidade, e são influenciadas pelos seguintes fatores:

No caso do lugar dedicado à atividade produtiva, a diminuição dos custos de produção será a coordenada principal a ser seguida; no caso da atividade comercial, o acesso ao mercado; no caso da circulação, as vias rápidas que tendem eliminar o processo de desvalorização do capital, diminuindo cada vez mais o tempo de percurso; no que se refere aos serviços, determinados tipos tenderão a localizar-se em áreas próximas aos centros de negócios, outros nas radiais, outros ainda em zonas específicas. Finalmente, o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, o seu lugar na distribuição da riqueza gerada (CARLOS, 1992, p. 46).

Dessa maneira, o processo de apropriação do capital pelos diferentes atores da sociedade determina como os usos serão distribuídos dentro do tecido urbano, definindo as localidades da implantação de comércios, serviços, indústrias e instituições públicas (como hospitais, escolas, órgãos institucionais, entre outros), como discutido por Carlos (1992).

Para Del Rio (1990), relaciona-se aos tipos de funções e intensidade no uso dos solos e edificações; buscando “uma variedade e mistura de funções compatíveis entre si e a mais intensa utilização possível 24 horas por dia, com densidades compatíveis, a fim de gerar uma área urbana com maior vitalidade possível [...]” (DEL RIO, 1990, p. 108).

Já Ferrari (1988) o define com a predominantemente atividade de seus equipamentos na área analisada e que se classifica da seguinte forma: usos residenciais; usos industriais; usos comerciais; usos institucionais (públicos e privados); áreas de circulação e áreas vagas públicas ou privadas: próprias ou impróprias ao uso urbano) (GAROTTI, 2008).

Conforme Singer (1979), o uso do solo na economia capitalista é orientado por mecanismos de mercado que define o preço da mercadoria a partir do acesso e utilização do espaço, sendo que o acesso pode ser adquirido por compra do direito à propriedade ou pagamento de aluguel periodicamente.

Já Queiroz (2003) discute que o uso e ocupação do solo está ligado ao modo de povoamento do território. E refere-se “[...] à relação entre a área do lote e à quantidade de

edificação que se coloca dentro dele e que tem o objetivo de realizar o equilíbrio da densidade urbana, que considera dois problemas: a densidade populacional e a densidade de edificação” (QUEIROZ, 2003, p. 27).

A autora destaca que esses dois parâmetros de análise do uso do solo urbano visam ao equilíbrio da densidade urbana, garantindo o controle da ocupação dos terrenos urbanos com propósito de gerar uma distribuição equitativa e funcional da densidade, “tanto das edificações quanto das populações compatível com a infraestrutura e equipamentos de cada área considerada” e cada parâmetro se refere: “a primeira consiste na distribuição da população no solo urbano, relacionando habitante com área urbana. A segunda consiste na quantidade de edificação (m² de área construída) relacionada à área do terreno (taxa de ocupação)” (QUEIROZ, 2003, p. 27).

No entanto, Carlos (1992) questiona as condições proposta por Queiroz (2003) ao afirma que determina a organização uso do solo urbano não se restringe somente ao modo de povoamento do território e sua relação com a densidade de exploração dos lotes, mas também vincula-se “[...] ao processo de produção e reprodução do capital e [...] à reprodução da sociedade, tanto da força de trabalho [...] quanto da população em geral (consumidores). Tal diferenciação emergiu da noção de espaço-produto”.

Dessa forma, a autora discute que devido as áreas do espaço urbano serem imprescindíveis para a atuação da lógica capitalista por fornecerem as condições primárias para o funcionamento das atividades econômicas estratégicas para a economia de mercado, essas tornam-se mais valorizadas do ponto de vista econômica, minimizando o seu acesso a aqueles com maior poder aquisitivo (CARLOS, 1992).

Esses espaços com alto teor valorativo são conforme Castell (2009), o centro urbano, devido ser a área de confluência do conteúdo social, das vias de comunicação, consolidando-se como um local geográfico, ao mesmo tempo como integrador e simbólico. Para tal, reforçamos nessa dissertação, a compreensão de centro como “espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores” (CASTELL, 2009, p. 311).

Reforçamos também que as atividades supracitadas por Castell (2009) são elencadas por Corrêa (1999) e encontram-se presentes no centro urbano terrabonense, sendo estas: as atividades comerciais, como lojas de vestuários, calçados, supermercados, farmácias, e comércios em geral; os serviços, como tornearias, automecânicos, autopeças, bancos, imobiliárias; de gestão pública e privada, como prefeitura, câmara municipal, fórum judicial;

e os terminais de transportes interurbanos e inter-regionais, que no caso da área estudada restringe-se ao um terminal rodoviário, além de que a cidade de Terra Boa não possui processo de verticalização, elemento comumente presente em áreas centrais de médias e grandes cidades.

Dessa forma, reiteramos que o centro urbano de uma cidade é reflexo de sua dinâmica, sendo que a área central se coloca como detentora dos principais comércios e serviços especializados e também das instituições públicas e de gestão. E no caso das pequenas cidades, como a do caso estudado, é na área central que se localiza a principal instituição religiosa, sendo em Terra Boa, a Igreja Matriz São Judas Tadeu.

Como observado por Bovo e Oliveira (2014), em seu trabalho que destaca a área central de Peabiru (PR), constatamos também com relação à área central da cidade de Terra Boa que a mesma detém as principais relações econômicas e centraliza em si a maioria das atividades e serviços, concentrando também a sede do poder político municipal.

Nesse sentido, observamos que o centro da cidade, foco da pesquisa, apresenta uma dinâmica mais acentuada do que a área central da cidade de Peabiru (PR), estudada por Bovo e Oliveira (2014). Essa maior dinamicidade deve-se pelo crescimento econômico apresentado pela cidade pautado na inserção da mesma no cenário da confecção e da moda ligado ao eixo Maringá-Cianorte-Umuarama, que conforme Beneton e Bovo (2009) começou “[...] no final da década de 1980 e início da década de 1990, fato que coincide com o desenvolvimento desse setor na cidade de Cianorte-PR” (p. 15).

O centro da cidade de Terra Boa define-se ainda como um espaço que congrega em si as características, “de produção, circulação e consumo; de trabalho para alguns, de moradias para outros, de lazer para muitos; e onde ocorre a socialização entre diferentes indivíduos” (THOMAZ, 2006, p. 56). O autor destaca que os diferentes usos da área central evidenciam por meio das práticas sociais, que se efetivam e se expressam materialmente, mudanças nas funções e na centralidade da cidade (THOMAZ, 2006), delineando novas possibilidades de atendimento da população local por novas especializações do centro urbano, como educacional, por implantação de redes de universidades privadas, que no caso da área estudada são representadas nas unidades de instituições privadas da Uningá e Unicesumar (educação à distância); como financeiro, pela presença da rede bancária (Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) e pelas cooperativas de crédito, como o Sicredi e Sicoob; e decisional, como discute Lefebvre (2001), por conter órgãos institucionais que intervém no funcionamento da urbe por meio da tomada das decisões, no caso da cidade de Terra Boa é decidido pelo poder

público, representado pela prefeitura e câmara municipal; pelos sindicatos diversos e a associação comercial e industrial (Asciterra); e pelo fórum de justiça.

A área central de Terra Boa possui uma relação estreita com a zona rural, como elencado por Bovo e Oliveira (2014) sobre a cidade de Peabiru (PR) devido à população rural, junto com a população urbana, serem consumidores dos bens e serviços oferecidos pelo centro urbano, devido se deslocarem semanalmente para a sede urbana, além de que o fortalecimento do setor comercial e de serviços dependem não somente das riquezas geradas pelo setor industrial, particularmente a confecção, mas também dos ganhos agrícolas que são injetados na economia urbana ampliando a demanda do mercado interno.

Outro fator que amplia a relação entre campo e a área central de Terra Boa e não visualizada nas discussões sobre o centro de Peabiru por Bovo e Oliveira (2014), deve-se a presença de estruturas criadas para beneficiar a produção e os investimentos no setor agrícola, que se estendem desde as políticas de incentivos agrícolas por parte do poder público, como atuação das cooperativas de créditos, rede bancárias e as cooperativas agrícolas (C. Vale e Cocamar), impulsionando a produção por meio da diversificação e acessos a financiamentos e renegociação de dívidas por parte dos agricultores, além de contar com apoio por meio da Emater e de empresas privadas especializadas nas vendas de diversos insumos para esse setor, sendo alguns exemplos a Moreli Agropecuária, Do Solo Agropecuária, Agrojar e a Fertiterra.

Contudo, a relação da área central de Terra Boa não se restringe somente à zona urbana e rural da mesma, mas mantém relações com os outros municípios do entorno, especialmente no que se refere a questões de saúde devido a moradores de outras cidades se deslocarem para a cidade em busca de atendimento médico especializado, especialmente geriatria e obstetrícia e para realização de exames médicos em clínicas particulares. Os outros segmentos que permitem a expansão da influência do centro para além das fronteiras municipal são: o industrial, particularmente, o têxtil, o alimentício e o de embalagens plásticas, cuja produção é exportada para outros polos nacionais e internacionais, além de ser reforçada pelo fato de possuírem filiais de outras regiões ou polos industriais tanto do Estado do Paraná quanto de outras unidades federativas “demonstrando assim uma interdependência com outras regiões industriais e comerciais de outros Estados” (BENETON; BOVO, 2009, p. 17).

Nesse sentido, a área central de Terra Boa revela-se um espaço resultante do acúmulo das relações sociais e econômicas, bem como sua temporalidade que expressa uma centralidade de escala intra e interurbana e possui uma maior variedade de atividades funcionais e perfis sociais concentrando as principais atividades e serviços da cidade

(ARANHA SILVA, 2007), reforçando a existência de um centro que se consolida nas imediações da Avenida Brasil e que conforme apresentado no subcapítulo 3.1, passou por um intenso processo de transformações sociais e econômicas e que moldaram esse espaço para um cenário novo e voltado a lógica capitalista.

O outro fator que consolidada essa local (Figura 19) como centro, a partir de Milton Santos (1959), e ao mesmo tempo, como ponto central do núcleo urbano, “a capacidade de oferecer serviços e produtos à área que preside (básicos), enquanto as não-básicas apenas os ofereceriam aos moradores desse núcleo” (p. 18). O autor ainda explica que “os básicos são os que servem a mercados fora da cidade; e os não-básicos aqueles cujo mercado é a própria cidade” (SANTOS, 1959, p. 18).

Nesse aspecto, o autor permite também enfatizar a consolidação do centro urbano terrabonense porque o mesmo não somente prioriza o fornecimento de serviços e produtos para o consumo interno da população local, mas também possui empreendimentos voltados para o atendimento dos mercados nacional e internacional, os quais priorizam o setor têxtil, o da moda, o calçadista e o de embalagens plásticas, sendo alguns dos mercados externos atendidos por produtos terrabonense, conforme Beneton e Bovo (2009; 2011), são os Estados Unidos (embalagens plásticas), Espanha e a Itália (confecção).

Por conseguinte, definimos como centro de Terra Boa, a área delimitada na Figura 19 que abrange as quadras adjacentes a principal via municipal, a Avenida Brasil, sendo que a maioria das atividades concentram-se no entorno dessa via, a qual é de fundamental importância para auxiliar na interligação da área central com os bairros periféricos, inclusive com a zona rural e com o distrito de Malu, por apresentar diferentes atividades econômicas diversificadas e especializadas, com a capacidade de atender uma gama distinta de público com diferentes perfis socioeconômicos.

Dessa forma, mesmo com a concentração de atividades econômicas na espacialidade formada pela Avenida Brasil e suas ruas adjacentes, averiguamos também processos semelhantes ao visualizados por Ajonas (2009) em Itu (SP), que se definem com a expansão dessas atividades para outros setores do espaço urbano redesenhando o tecido urbano ao inserir novas áreas no cenário econômico urbano. Esse processo vem se consolidando em bairros como Jardim Fanny Lenner e no Jardim Bela Vista I e II que têm apresentado o desenvolvimento de comércios e serviços ligados ao circuito inferior, que conforme Milton Santos (2004): por essas atividades estarem voltadas à subsistência do agente e sua família, o processo de venda ocorre diretamente em contato com o cliente, sendo o uso da publicidade menor, normalmente por meio de anúncio em carros de som.

Portanto, ao mesmo tempo em que o centro agrega os fluxos e as atividades econômicas, apesar de estar se expandindo para outros pontos da cidade, observamos as marcas das transformações socioespaciais por meio da sua redefinição que anteriormente voltava-se à comercialização de produtos básicos, citados por Bovo e Oliveira (2014, p. 116), como as antigas lojas de secos e molhados, as boticas, entre outras, que foram substituídas por modernas redes de supermercados, lojas de eletroeletrônicos, de vestuários e de calçados. E inserindo a cidade na lógica capitalista do sistema quaternário, destacamos recentemente o aparecimento de empresas especializadas no setor de informática e internet que permitiu à integração da urbe à dinâmica econômica e informacional global ao facilitar os fluxos de mercadorias, informações e das finanças.

Apesar da dispersão de atividades econômicas para outros setores do tecido urbano, constatamos a presença de único centro devido à maioria dos fluxos de pessoas e carros se deslocarem para a região da Avenida Brasil e as ruas circundantes, principalmente por motivos de consumo, de trabalho, de saúde, entre outros. Além de que as principais atividades culturais são restritas à área central, como feiras de exposição, de artesanato, de livros, atividades culturais, como o dia do desafio, e entrega de bens e veículos por parte do poder público e festividades de ano novo ocorrem nessa avenida, tornando-se outro fator para o deslocamento da população local para apreciação dessas atividades e festividades, garantido para si espaço de socialização e integração da comunidade local ao reforçar a identidade dos moradores com a cidade.

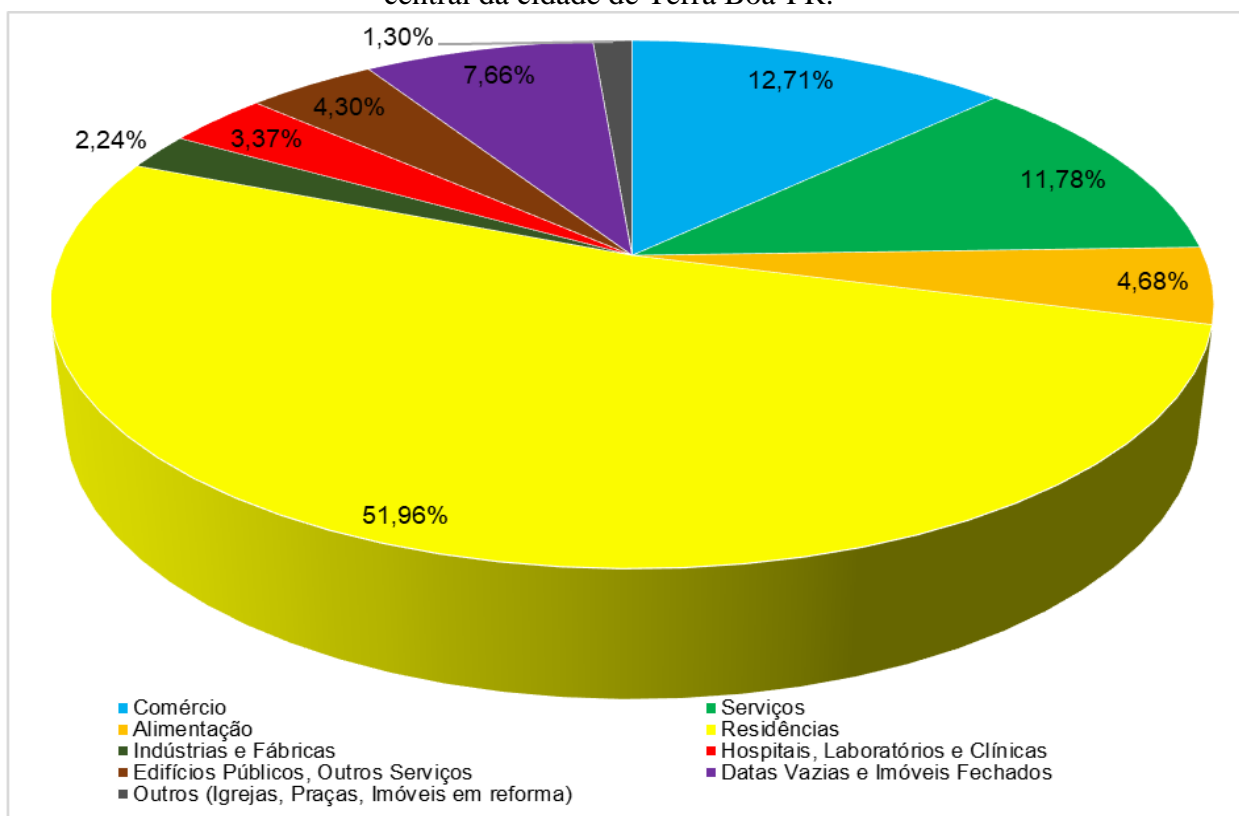
Devido às dinâmicas retratadas anteriormente o centro possui um uso do solo diverso, principalmente de empreendimentos comerciais e prestadores de serviços, que conforme Milani e Silva (2009) são fundamentais para a atração dos consumidores, como retratado no estudo realizado pelos autores na cidade de Três Lagoas (MS).

Os estudos de outros autores também reforçam a centralização da Avenida Brasil e de suas ruas adjacentes, ao constatarem nas cidades por eles estudadas a intensa presença de usos residencial, comercial (varejista e atacadista) e serviços diversificados (bancos, escritórios, órgãos públicos) e rede clínico-laboratorial e hospitalar na área central, confirmado por estudos em Três Lagoas (MS) por Milani e Silva (2009); em Araguaína (TO) por Sodré (2017), em Peabiru por Bovo e Oliveira (2014) que permitiram detectar que nesses pequenos e médios centros urbanos suas atividades econômicas mais proeminentes se concentram na área central, particularmente nas principais avenidas e ruas de seu entorno, e alguns casos deve-se por ser o logradouro inicial dessas cidades.

Dessa forma, pelas características destacadas anteriormente presentes no centro urbano podemos repensar o próprio papel da cidade de Terra Boa dentro da rede urbana demonstrando que suas características ultrapassa as condições de um centro local e posicionando-a no cenário urbano paranaense como um centro de zona.

No que tange à distribuição em percentual das atividades do centro, (Gráfico 10), destacamos que os principais usos são residenciais (51,96%), comércio (12,71%), serviços (11,78%), datas vazias e imóveis fechados (7,66%), alimentação (4,68%), edifícios públicos (4,30%), hospitais, laboratórios e clínicas diversas (3,37%) e indústrias e fábricas (2,24%).

Gráfico 10: Percentual dos tipos de usos e ocupações do solo urbano presentes na área central da cidade de Terra Boa-PR.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** GUSMÃO, P. S; 2019.

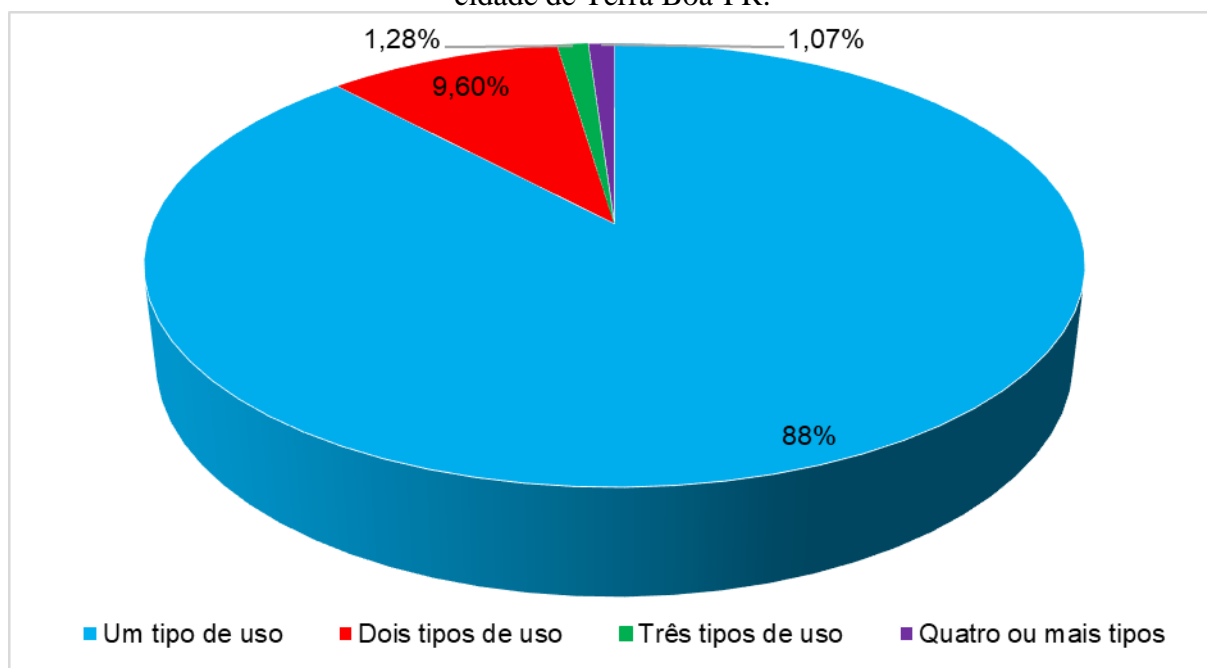
A distribuição das atividades presentes na área central, expressada no Gráfico 10, demonstram a capacidade do centro urbano de comportar os principais empreendimentos econômicos ligados aos diferentes setores comerciais, alimentícios e de serviços não somente pela concentração de moradores e de residências nessa porção da cidade, mas por ser o ponto de convergência de pessoas que se dirigem para o consumo, trabalho e o lazer.

No tocante à quantidade de tipos de usos presentes em cada um dos lotes da área central, constatamos que 88% apresenta apenas um tipo de ocupação, poder ser somente

residencial, comercial, serviços, entre outros, já dois tipos de usos por lotes somam 9,60%, enquanto aqueles com mais de 3 tipos de usos do solo somam 2,35%, conforme o Gráfico 11.

A concentração de apenas um tipo de uso limita a capacidade de diversificação das atividades econômicas dentro da área central, principalmente pela maioria dessas ocupações serem residências, tais condições impede a ampliação dos tipos de empreendimentos em único lote.

Gráfico 11: Quantidade de tipo de usos e ocupações do solo por lotes na área central da cidade de Terra Boa-PR.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** GUSMÃO, P. S; 2019.

Com relação ao uso residencial, destaca-se pelas condições de moradias e pelos padrões arquitetônicos, a concentração de segmentos da sociedade terrabonense com alto poder aquisitivo, principalmente empresários, profissionais liberais e funcionários do poder público e os ligados ao setor do agronegócio. Além de uma presença expressiva de residências em madeira resultante do período inicial da sede urbana.

Entretanto, destaca-se também, conforme o Gráfico 10 e a Figura 19, a presença de imóveis vazios, que se apropriam não somente do trabalho materializado alheio, como dos equipamentos e infraestruturas presentes na área central, para gerar sobrevalorização, que seria a especulação imobiliária, fator que encarece os preços dos lotes urbanos no centro, impedindo que as populações menos abastadas consigam residir nessas áreas privilegiadas da cidade.

Com relação ao setor comercial, destacam-se os seguintes empreendimentos: vidraçaria, vestuário, móveis, mercados, sapataria, lojas de informática, revendedora de automóveis, lojas de perfumaria e cosméticos, distribuidoras de gás, casas agropecuárias, farmácias, papelarias, lojas de presentes e utilidades, lojas de materiais de construção, fotos, óticas, lojas de materiais elétricos, loja de tintas, relojoaria, entre outros.

Com relação ao setor de serviços, destacam-se os seguintes empreendimentos: borracharia, autoposto, salão de beleza, escritórios (diversos), oficinas mecânicas, tornearias, tapeçaria, escolas (línguas), bicicletaria, transportadoras, bancos e financeiras, chaveiro, lotérica, funerária.

Dentre os edifícios públicos e outros serviços, sobressaem: Paço Municipal, Casa da Cultura, Sindicatos (diversos), Rádio, Cartório, Subestação de Telefonia OI, Colônia Japonesa, Associações (diversas).

Essas formas comerciais e de prestação de serviços descritos são para Lopes (2018) expressões da produção social do espaço “e explicam as constantes transformações no modo de consumir da sociedade”, logo “essa produção, imbuída de conteúdo social, tem uma localização no espaço que lhe dá sentido e se reveste de significado social” (LOPES, 2018, p. 32). Complementando a autora, Carlos (2011) destaca que existe uma produção do espaço e uma produção de atividades no mesmo que legitimam uma localização diferencial das atividades humanas no espaço e carregam um significado material e simbólico.

Pintaudi (2013) pontua que os diferentes tipos de empreendimentos comerciais e sua distribuição com centro são resultantes das transformações sociais, especialmente do mundo da mercadoria e ao mesmo tempo, deve-se à capacidade de organização interna do espaço urbano que provém da competição entre as diferentes atividades econômicas para assegurar as localizações mais vantajosas por meio da superação das barreiras para a movimentação de pessoas, de mercadorias, e para o intercâmbio de bens, serviços e informações, conforme Camagni (2005).

Nesse sentido, o centro passaria a congregar as atividades comerciais e de prestação de serviços, como no caso da área estudada que apresenta uma maior especialização de produtos e serviços e necessita de um maior fluxo de informação para atrair clientes e fornecedores, dessa forma, as empresas visando maximizar lucros passam a adotar as plataformas midiáticas, como sites próprios e mídias sociais (como Facebook, Instagram, Twitter, entre outros) e propagandas em emissoras de rádios para divulgar e cativar os consumidores.

Logo, esses segmentos econômicos se integram à lógica produtiva do circuito superior por apresentarem, de acordo com Milton Santos (2004), preços mais caros devido a qualidade

do produto oferecido para uma demanda mais específica, apesar dos valores serem fixos, na qual “[...] o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços públicos do mercado, sob pena de colocar o futuro risco da firma” (SANTOS, 2004, p. 46). Além disso, reiteramos que essas empresas se baseiam na publicidade por permitir modificar os gostos e delinear o perfil da demanda, como exposto anteriormente.

Por conseguinte, reforçamos que a área delimitada na Figura 19 que compreende o entorno da Avenida Brasil, destaca-se como área central, conforme Corrêa (1999), por concentrar as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada. Além disso, concentra as principais atividades destacadas por Milton Santos (2004, grifo nosso) e congrega o que ele denomina de *Circuito Superior da Economia Urbana*, devido à área em estudo conter um comércio especializado, redes bancárias, órgãos públicos, serviços especializados que visam atender “um público mais exigente e preocupado com a qualidade dos produtos e serviços [...]” (BENETON; BOVO, 2011, p. 3). Além de apresentar o terminal rodoviário, que conforme Corrêa (1999) é de suma importância para interligação e intercomunicação intra e interurbana.

Dessa forma, o centro urbano terrabonense pode ser visualizado a partir das Figuras 20, 21 e 22 demonstrando algumas das atividades presentes no mesmo.

Figura 20: Vista parcial do centro urbano da cidade de Terra Boa-PR.



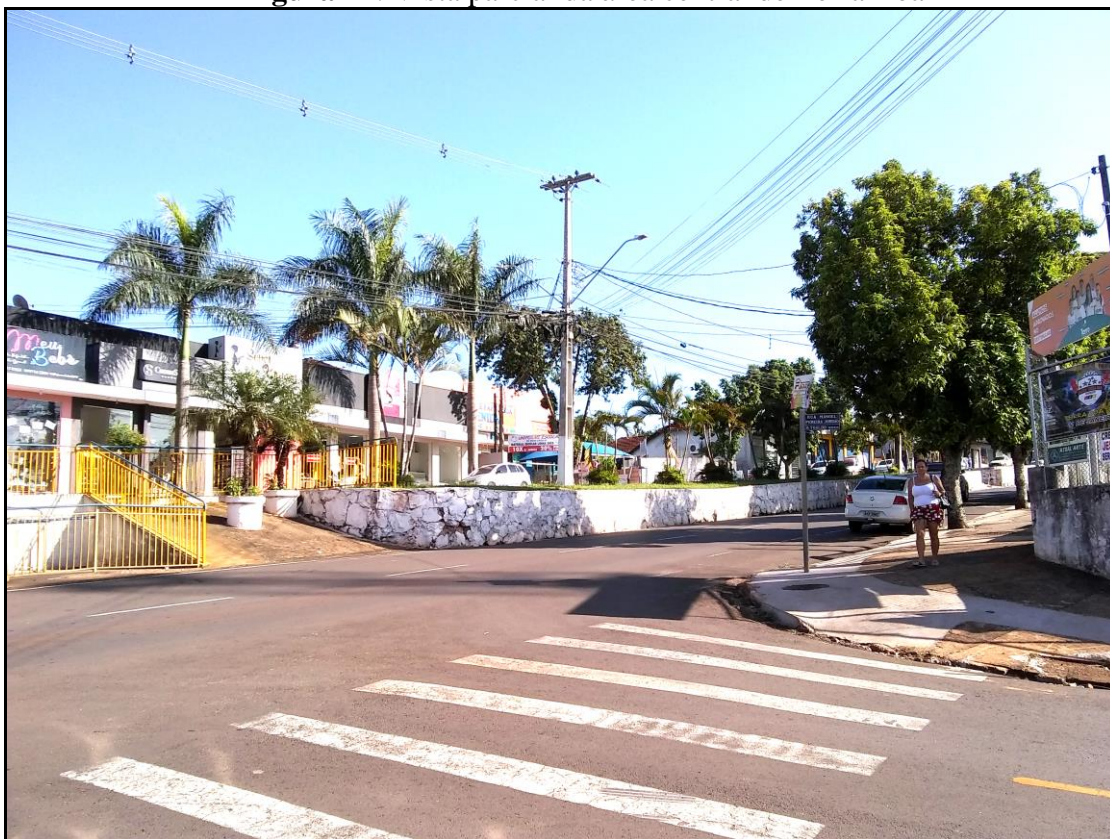
Fonte: GUSMÃO, P. S; 2020.

Figura 21: Vista parcial do centro urbano terrabonense



Fonte: GUSMÃO, P. S; 2020

Figura 22: Vista parcial da área central de Terra Boa-PR



Fonte: GUSMÃO, P. S; 2020.

E por conter empreendimentos comerciais, serviços, estabelecimentos alimentícios e instituições públicas, o centro urbano apresenta uma ampliação da demanda de consumidores e de serviços e mercadorias no que se refere a outras localidades da cidade (BOVO; OLIVEIRA, 2014).

Quanto ao segmento de alimentação, o centro conta com lanchonetes, sorveterias, padarias, bares, restaurantes, pizzarias, açougue, estabelecimentos que comercializam frutas e verduras, possibilitando uma gama variada de alimentos. Além disso, conta com clínicas odontológicas, fisioterapêuticas, laboratórios de exames clínicos e hospitais. No tocante ao setor odontológico, a cidade possui atendimento especializado de boa qualidade, inclusive com capacidade cirúrgica, contudo as radiografias e a confecção de aparelhos odontológicos são realizadas em outras cidades. Com relação aos exames clínicos, o município possui estrutura para exames de raio-X (hospital municipal) e de ultrassonografia geral, doppler colorido, endocrinologia e biópsias são feitos em instituição privada (Clínica Ecoimagem), contudo exames de maior complexidade necessita do deslocamento dos pacientes para outros centros urbanos maiores.

Esse segmento comporta em si uma fundamental importância tanto do ponto de vista gastronômica ao permitir o contato e a degustação de pratos gastronômicos relacionadas a diferentes culturas, ampliando as ofertas alimentares local, ao mesmo tempo em que proporcionam espaços de lazer, de descontração, de encontro e convívio entre amigos e familiares. Esses logradouros garantem para si o caráter de sociabilidade ao favorecer o diálogo e as trocas de ideias e informações entre as pessoas da comunidade local, aproximando interesses e debate pelo bem comum.

No setor industrial, conta com fábricas e facções de confecção, de calçados, de alimentos, de embalagens plásticas e de móveis planejados. A presença de pequenas e grandes unidades fabris na área central garante a geração de emprego e renda, além de propiciar a consolidação de espaço como de vital importância para o desenvolvimento urbano local.

Dentre as instituições religiosas, destaca-se a Igreja Matriz São Judas Tadeu, devido ao elevado número de moradores que frequentam esse templo religioso, conforme Gusmão e Bovo (2015).

Além disso, a área central de Terra Boa ao longo das últimas gestões públicas passou por diversos processos de renovação urbana, como aborda Ramires (1998) e Corrêa (1999) com alterações das características da infraestrutura para atendimento dos interesses econômicos e para facilitar o deslocamento de bens, mercadorias e pessoas, principalmente por meio de veículos motorizados, como motos, carros, ônibus e caminhões.

Esses processos de reforma visam criar infraestrutura que atendam os usuários de carros por meio da substituição dos canteiros centrais por estacionamento para facilitar os deslocamentos de consumidores com conforto e comodidade, e conforme Gusmão e Bovo (2016), a Avenida Brasil conta com infraestrutura necessária para acesso da população nos estabelecimentos de serviços, nas lojas de comércio, nas instituições públicas, como também, com faixas de pedestres, rampas de acessibilidade, rampas de elevação (ou faixa elevada), semáforos, placas de sinalização, pontos de ônibus. Além de contar com um bom leito carroçável para deslocamento de veículos, contudo a mesma apresenta deficiências no tocante às suas calçadas, pois de acordo com os autores, os proprietários são responsáveis por sua construção manutenção. Assim, os proprietários acabam deixando-as de qualquer jeito ou as definem priorizando a saída de veículos do imóvel (VASCONCELLOS, 2012).

Dessa forma, constatamos que a partir dos dados coletados e da observação *in loco*, que a cidade de Terra Boa possui apenas um centro, que se define como:

[...] o espaço dotado de todas as qualidades do central, todos os atributos que definem o que é o centro da cidade; é resultante do acúmulo de tempos históricos, de lutas políticas [...] é possuidor de uma carga simbólica que está presente no imaginário da coletividade [...] do ponto de vista econômico, é a área que concentra a maior quantidade e diversidade de oferta de comércio e serviços e para onde convergem todos os meios de transporte coletivo que circulam os bairros (PEREIRA, 2014, p. 208).

Esse centro define-se não somente como detentor das atividades econômicas, retratadas por autores como Corrêa (1999), Johnson (1974), Machado (2013) e Santos (2004), mas como espaço de transformações socioespaciais resultantes das ações do poder públicos que pós-modernização agrícola introduziram no município a política de industrialização que gerou a modernização da infraestrutura econômica para atendimento da produção industrial e agrícola substituindo as antigas atividades comerciais pelas mais modernas. Nesse sentido, o centro atual é resultante dessas mudanças que o tornaram mais dinâmicos, segundo as exigências do mercado e do público consumidor. Mas, ao mesmo tempo, guarda para si o caráter simbólico e de identidade da comunidade local por ser o local inicial da sede urbana e pela presença da religiosidade marcada pela Igreja Matriz.

Logo o centro é o local do tecido urbano que concentra os equipamentos urbanos e congrega em si os fluxos de pessoas, bens, mercadorias e serviços que são marcados por diferentes usos do solo urbanos, os quais se mostram de forma fragmentada, mas que se articulam entre si por meio das relações sociais.

No próximo capítulo “*Centralidade urbana: características e particularidades*”, objetivamos compreender e delimitar a centralidade presente na área central, demonstrando suas características que a evidenciam e reforçam sua existência e suas peculiaridades.

CAPÍTULO 4 – CENTRALIDADE URBANA: CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES

O presente capítulo objetiva analisar a centralidade urbana da cidade de Terra Boa, destacando as subcentralidades existentes e suas particularidades. Para tanto, encontram-se estruturados em dois subcapítulos sendo, o primeiro denominado “*Caracterização da centralidade urbana de Terra Boa*” e o segundo como “*Subcentralidades: características e particularidades*”.

4.1 Caracterização da centralidade urbana de Terra Boa

Nesse subcapítulo discutimos a questão da centralidade urbana por meio da delimitação e caracterização da área de centralidade presente no centro urbano pontuando suas principais características e particularidades.

A compreensão do fenômeno da centralidade urbana está diretamente interligada ao entendimento do conceito de cidade e por ser resultante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Porém, este é um conceito complexo e que detém uma ampla abordagem entre os autores devido aos diferentes ângulos possíveis de análises dos processos social e espacial, o espaço urbano.

Dessa forma, o espaço urbano é compreendido pelos autores como Corrêa (1999), Lefebvre (2001, 2006), Carlos (1992), Castell (2009), Santos (2006), Souza (2005) e Sposito (2000) como resultante das transformações históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas que moldaram as relações sociais e permitiram que resultados refletissem no conjunto de objetos e ações que determinam um tipo específico de organização espacial, a cidade, que guarda para si um modo de vida e é, ao mesmo tempo, um produto material resultante do trabalho humano que possui um caráter funcional e uma justaposição de usos entre si.

Nesse aspecto, Lefebvre (2001, p. 21) reforça que a mesma “[...] uma mediação entre as mediações. Contendo a próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local da sua reprodução”, sendo também “[...] uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”, além de ser uma “obra de uma história [...] de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

Ao mesmo tempo, Milton Santos (2006, p. 65) afirma que a cidade é “resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações [...] e realização concreta da história” e eleito como central na definição de espaço urbano.

Assim sendo, a cidade resulta da mediação e do diálogo entre os indivíduos por meio das relações produtivas que produzem formas de apropriação espacial diferenciadas pela sociedade, e que resultam em distintos objetos e advém das ações do homem sobre o espaço em sua totalidade.

Nesse sentido, a atuação do homem no espaço geram formas espaciais que, conforme Machado (2013, p. 163) “expressam as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, mas ao contrário, as formas espaciais também são elementos de redefinição de tais processos”.

Essas mudanças geram processos espaciais que segundo Corrêa (1999), são resultantes de “um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores e que permitem localizações e realocalizações das atividades e da população na cidade”, e que para o autor são “responsáveis imediatos pela organização desigual e mutável da cidade”, e acrescenta que essas forças provocam “o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade” (CORRÊA, 1999, p. 37).

Dentre esses processos espaciais, o centro para Machado (2013) assume papel inovador, de intercâmbio e simbólico e com as maiores marcas da atividade humana na paisagem. Congregando em si a demanda econômica da cidade, o centro passa a ser o polo agregador e concentrador das atividades econômicas, como o comércio, a prestação de serviço, o setor financeiro e a administração pública.

Nesse sentido, Oliveira Junior (2008) pontua que na cidade existe espaço que agrega uma maior concentração de atividades que garante maior poder de articulação, exercendo atração sobre as demais parcelas do tecido urbano e consolidando uma centralidade “[...] que compreende também uma área capaz de gerar e manter fluxos [...] e não apenas concentrar determinados fixos (OLIVEIRA JUNIOR, 2008, p. 68).

Além disso, Sposito (1996a) complementa que a questão da centralidade não pode ser desvinculadas dos arranjos organizados pelos diferentes tipos de uso de solo presente no interior do espaço urbano e resulta na alocação/relocação das atividades e das funções residenciais, além da circulação e do lazer.

Para esses autores, a concentração de atividades (fixos) em determinados pontos do tecido urbano criam arranjos por meio dos tipos de uso do solo presentes naquele local,

constituindo uma área de atração de deslocamentos de bens, pessoas, mercadorias e informação (fluxo). Esse processo gera um determinado conteúdo, a centralidade, que se manifesta por meio de sua forma, o centro.

Dessa forma, reiteramos que a concentração de equipamentos, atividades econômicas e serviços são essenciais para evidenciar a dinamização dos fluxos, especialmente de bens e mercadorias, pois tornam as trocas mais eficientes dentro do processo capitalista. Para tal Silva (2001) reforça que a concentração assegura uma centralidade ao permitir uma articulação diferenciada no uso do solo de uma determinada porção da cidade, modificando a forma urbana e segmentando-a social e espacialmente.

Nesse sentido, reiteramos que nesta dissertação, a compreensão de centralidade como uma “[...] correlação dos diferentes elementos econômicos da estrutura urbana (produção, consumo, troca) bem como as relações internas de cada elemento. Trata-se então de um conjunto de processos incluídos na problemática geral dos *translados* na estrutura urbana” (CASTELL, 2009, p. 315, grifos do autor).

Reforçamos também que a centralidade é vista como um processo, enquanto o centro com a expressão formal e territorial do mesmo (SPOSITO, 2001), e que conforme Machado (2013), a centralidade se relaciona aos processos que se consolidam em certos pontos do espaço urbano, realçados pela densidade de fluxos e fluidez no território, não se manifestando em toda a área central, mas em alguns pontos, que detém a conversão de fluxos materiais e imateriais.

Lins (2018) reforça a ideia de que as atividades econômicas estão ligadas à constituição de centralidade ao indagar que as atividades terciárias, particularmente o comércio e os serviços, quando se concentram e organizam no espaço urbano e constroem centralidades por atraírem os fluxos de pessoas e mercadorias, promovem a reestruturação da malha urbana, gerando uma nova dinâmica espacial na cidade.

Diante disso, enfatizamos que a delimitação da centralidade da cidade de Terra Boa teve por base o uso e ocupação do solo. Para tanto, realizamos um levantamento *in loco* para reconhecimento e a delimitação das quadras com maiores fluxos e fixos dentro da área central. Para identificação dos usos e ocupações do solo urbano foram empregados a metodologia desenvolvida por Bovo e Oliveira (2014), como foi explicitado no capítulo 3.

Dessa maneira, reiteramos que a centralidade é resultante do fortalecimento econômico do centro que passa a congrega a maioria das atividades econômicas e equipamentos urbanos, definindo-se como ponto de articulação da hinterlândia urbana e detentora dos fluxos de bens e mercadorias. No caso da área estudada, sua centralidade

congrega a porção do centro com as atividades econômicas, como comércio, serviços e instituições públicas, que são capazes de direcionar uma ampla gama de consumidores para esse local, além de conter instituições que tomam as decisões inerentes à política municipal.

Contudo, a centralidade não se localiza em todo o centro, mas em locais que apresentam o deslocamento de fluxos materiais e imateriais, como destaca Machado (2013). A centralidade presente na área central de Terra Boa se concentra na Avenida Brasil, dispersando-se para as quadras adjacentes à mesma, devido essas quadras concentrarem um comércio variado e “mais atrativo e adaptado as novas exigências do consumidor local e das cidades circunvizinhas”, como afirma Beneton e Bovo (2009), ao mesmo tempo em que reiteramos a presença nessa área das atividades supracitadas por Milton Santos (2004) que congrega o circuito superior como os comércios e serviços modernos, bancos (Banco do Brasil) e cooperativas de crédito (Sicoob), clínicas médicas (Santa Casa de Misericórdia São Judas Tadeu), odontológicas, fisioterapêuticas e laboratoriais, redes de supermercados e a instituições públicas, como prefeitura, centro cultural, câmara, fórum, sindicatos e demais órgãos públicas, como Detran, Emater e Sanepar. Milton Santos (2004, p. 41) afirma que estes são os elementos puros “pois são ao mesmo tempo atividades específicas da cidade e do circuito superior”, e com relação aos bancos e cooperativas de créditos, para esse autor são “como traço de união entre as atividades modernas da cidade e as cidades maiores do país e do exterior”.

Outras características presentes no comércio e serviços presentes na área da centralidade dentro do centro urbano, e destacado por Milton Santos (2004), é a capacidade desses setores apresentarem características de ambos os circuitos, devido a presença de empreendimentos que se encaixam no circuito superior “marginal” ao lado do circuito superior propriamente dito. O caso estudado está relacionado à presença de comércio voltado às classes populares, popularmente conhecido por valores inferiores ao mercado e denominada como “Nota 10”, “Super 10” entre outras, ao lado de empresas que trabalham com vestuários e calçados de marcas destinadas ao público mais exigente e de maior poder aquisitivo.

Contudo, por não ocorrem empreendimentos como *shopping center* na cidade de Terra Boa, e as ofertas de consumo de diferentes produtos se restringem ao comércio local, inclusive ao mais especializado, constata-se um processo relatado por Milton Santos (2004), ao qual notamos que a população acaba consumindo produtos e serviços parcial ou ocasionalmente fora do circuito ao qual pertencem, fator este promovido particularmente pela classe média que conforme o autor “se dirige frequentemente tanto à categoria das classes

abastadas quanto à das classes menos favorecidas” (SANTOS, 2004, p. 42). Esse processo descrito pelo autor estão evidenciados no capítulo 2, nas páginas 86 e 87 que demonstram que o poder aquisitivo da população terrabonense aumentou nos últimos anos devido ao crescimento econômico, especialmente do setor industrial, comercial e de serviços.

Logo a existência dessas atividades econômicas promovem a centralidade um caráter funcional e econômico, demonstrando a dinâmica econômica interna urbana ao abarcar em si a demanda por bens e produtos para o consumo interno em relação a outras partes da cidade, angariando em si as capacidades de abastecimentos e promoção das necessidades humanas, tanto da área urbana e rural quanto do distrito de Malu. Devido a existência de atividades comerciais e de serviços entre outras partes da cidade e do distrito não atenderem a demanda em quantidade, qualidade e variedade como o centro urbano.

Reiteramos que outro processo que demonstra a constituição de uma centralidade e reforça que a área estudada se constitui como uma, são os fluxos visualizados também por Milani e Silva (2009, p. 1) em seu estudo da cidade de Três Lagoas (MS), por meio do “movimento pelas vias [...] ou seja, a circulação contínua de consumidores, trabalhadores, automóveis, mercadorias, informações e idéias; a presença desses elementos e suas dinâmicas dão funções aos espaços e definem territórios”. Na área de centralidade da cidade de Terra Boa, como demonstra as Figuras 23 e 24, é *lócus* no somente de consumo, mas também de trabalho, de moradia, de decisões e de socialização. Whitacker (2017) complementa a análise de Milani e Silva (2009) ao afirmar que os fluxos não se restringem somente ao deslocamentos de pessoas e veículos (trabalho ou/e consumo), mas também os movimentos materiais (produtos, insumos, bens) e imateriais (informações, ideias e capitais) que garantem a centralidade urbana uma dimensão econômica preponderante.

O processo de consolidação da centralidade na cidade de Terra Boa evidencia-se como um “espaço monopolizador das atividades econômicas, acumulando maior diversificação comercial e serviços especializados” (DEMAMANN, 2011, p. 125). A autora destaca ainda que essa centralidade reuni “comércios e prestação de serviços e atraem novos equipamentos urbanos, que funcionam como atrativos à população [...] e [...] aos empreendedores interessados em investir [...]” nesse espaço (DEMAMANN, 2011, p. 125-126).

Além disso, a autora observou em seus estudos sobre centralidade em Rondonópolis (MT) processos urbanísticos semelhantes ao registrado na pequena cidade, alvo da pesquisa. Ou seja, a expansão urbana a partir de novos loteamentos nas últimas décadas para eixos mais distantes da área central, contudo em Rondonópolis esse processo permitiu a formação de novas centralidades a partir da descentralização das atividades econômicas (DEMAMANN,

2011), situação está não tão presente na cidade de Terra Boa devido aos novos loteamentos que têm sido formados voltarem para o uso residencial.

Dessa maneira, Demamann (2011) destaca que o fortalecimento da centralidade passa pela especialização, elemento presente na área estudada, por meio da concentração do comércio varejista e prestação de serviços, ao mesmo tempo, em que redefine de forma funcional e social o núcleo central. Nesse aspecto, o centro principal de Terra Boa, conforme a autora passa a “expressa uma centralidade em escala intra e interurbana, que mantém certo grau de perfis sociais e atividades funcionais, concentrado as principais atividades comerciais e serviços urbanos com certo grau de articulação com os demais setores da cidade” (DEMAMANN, 2011, p. 133).

Para Pereira (2014) em seus estudos de centralidade em Juazeiro do Norte (CE), o elemento consolidador da mesma foi a circulação e mobilidade do centro, ou seja, a facilidade de geração de fluxos, como destaca Whitacker (2017), fator este responsável pela constituição da área de centralidade no centro urbano de Terra Boa. Logo, podemos reforçar a presença de uma centralidade na área estudada (Figuras 23 e 24) a partir da análise de Pereira (2014, p. 141) ao destacar que a mesma “possui uma dinâmica urbana intensa e concentra a maior parte do comércio e serviços existente na cidade, sendo ainda o principal foco da maioria da população”.

Devido às atividades econômicas se concentrarem principalmente na área central e por serem poucas dispersas ao longo de outros eixos da malha urbana, gerando assim, o foco principal da população para o centro por ser o único com condições de fornecer em quantidade, variedade e qualidade, produtos e serviços para os cidadãos, sendo esse fluxo de bens, mercadorias e pessoas responsáveis pela consolidação de uma centralidade.

Outros segmentos econômicos que congregam os fixos e são responsáveis por condicionar fluxos dentro do centro e o delineamento de uma centralidade, são os setores alimentícios e religiosos.

Os setores gastronômicos que estão relacionados tanto às funções econômicas, quanto às culturais, que não implicam somente num conjunto de estabelecimentos voltados para o consumo de pratos alimentícios, mas visam proporcionar o acesso a diferentes padrões gastronômicos e culturais, ao mesmo tempo, que moldam o padrão de consumo ao maximizar os gostos e desejos das pessoas.

No caso da área estudada, o setor gastronômico é composto por quitandas, restaurantes, sorveterias, bares, lanchonetes, pizzarias que proporcionam uma gama de variedades de produtos e serviços, ao maioria voltada para a culinária local. Além de servirem

de espaço de socialização e convívio para a população citadina, devido as pessoas usufruírem desses locais para reuniões familiares, encontro com amigos ou simplesmente para descanso e lazer. Tais empreendimentos geram consideráveis fluxos de pessoas, principalmente à noite e tais deslocamentos são essenciais para o desenvolvimento econômico desse setor e dos demais segmentos que também possui funcionamento no período noturno.

O setor religioso está ligado à função cultural e se relaciona aos condicionantes simbólicos de uma determinada sociedade que incute suas ideias e pensamentos dentro do espaço urbano por meio da criação de instituições religiosas, como a Igreja Matriz São Judas Tadeu, elencada por Gusmão e Bovo (2015), como uma das principais instituições religiosas da cidade de Terra Boa. Tais aparatos institucionais criam e moldam as atitudes, os desejos e as visões das pessoas que refletem na forma como interagem e se interpõem diante da sociedade, gerando assim uma centralidade simbólica como afirma Castell (2009) ao discutir que a mesma é, sobretudo, à emissora de valores e se contrasta da centralidade econômica por estar voltada à promoção dos valores do capital e da economia. Além, das instituições religiosas, como a descrita por Gusmão e Bovo (2015), são geradoras de fluxos materiais, como deslocamentos de pessoas, particularmente nos dias que ocorrem os cultos religiosos, como sábado à noite e no domingo de manhã e à noite, além dos fluxos imateriais por meios de suas ideias, princípios que moldam, constroem e redefinem as concepções de vida dos indivíduos e do coletivo transformando suas ações e comportamentos e que refletem na própria centralidade urbana. Complementando a discussão do autores, Pereira (2014, p. 214) afirma que “a monumentalidade ligada à religião é um aspecto intrínseco do centro urbano”, especialmente em cidades pequenas como sugere Bovo e Oliveira (2014).

No tocante ao segmento econômico, destacamos entre os comércios e serviços presentes na área de centralidade, alguns em específicos que têm capacidade de intervenção não somente no tecido urbano, mas na atuação que ultrapassa esse espaço, convergindo para uma rede urbana maior que supera os limites territoriais do município, que seriam os setores financeiro, de informação, de telecomunicação, o clínico-hospitalar e as instituições públicas.

O setor financeiro é representado por agências bancárias, cooperativas de crédito entre outros empreendimentos que trabalham com crédito consignado, voltados para clientes pessoais (pessoas físicas como aposentadas, trabalhadores e funcionários) e jurídicos (empresas). No caso da área estudada são retratados pelas agências dos Bancos do Brasil, Itaú e Bradesco e pelas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, que conforme Sodré (2017, p. 187) “confere a essa área da cidade em termos qualitativos importância fulcral no segmento financeiro”. Além disso, Garrocho-Rangel e Campos-Alanís (2010) afirmam que este setor é

um serviço essencial para o funcionamento eficiente da economia e que os benefícios advindos de seu crescimento se difundem para todos os membros da sociedade.

Segundo esses autores, esses empreendimentos não se distribuem de modo aleatório no espaço, mas conforme sítios estratégicos que permitem compreender que “[...] la distribución espacial de su mercado (por ejemplo, sus clientes, sus sucursales y las sucursales de la competencia) no se distribuye de manera homogénea em el territorio) (GARROCHO-RANGEL; CAMPOS-ALANÍS, 2010, p. 417), e ao mesmo tempo, esse segmento econômico se instalará, conforme os autores, em lugares que propiciam a fácil acessibilidade aos clientes; oferta de serviços bancários e atendimento das ambições da firmas (GARROCHO-RANGEL; CAMPOS-ALANÍS, 2010).

Esses autores pontuam ainda os motivos dos bancos instalarem particularmente nos centros urbanos, tornando-os fatores essenciais para a concretização da centralidade:

[...] lo atractivo de sitio (una plaza comercial [...] es más atractiva que un barrio marginal), los costos de transporte (usualmente el centro de la ciudad o los subcentros de actividad son más accesibles que las zonas periféricas), la calidad de las viabilidades (una gran avenida ofrece más ventajas de ubicación y visibilidad que una calle secundaria) o las percepciones diferenciadas de los clientes (la apreciación de la seguridad en ciertas zonas de la ciudad o lo atractivo que le resultan ciertos espacios intraurbanos a cada segmento del mercado), por mencionar algunos aspectos (GARROCHO-RANGEL; CAMPOS-ALANÍS, 2010, p. 417).

Dessa forma, a área central de Terra Boa demonstra ser uma localização estratégica para a instalação das atividades bancárias e que conforme Sodré (2017) a oferta de serviços por esse segmento tem se complexificado nas últimas décadas devido a um movimento interno desse setor como também pela manifestação de mudanças mais amplas dentro da própria sociedade, que acaba redefinindo as funções e o campo de atuação do setor bancário expandindo para novos setores e não se restringindo as atividades tradicionais do mesmo.

Para Ajonas (2009, p. 116), os bancos também “são responsáveis por fluxos materiais, e sobretudo, imateriais. São, desse modo, importantes elementos na definição de centralidades. Inúmeras transações financeiras deles partem e para eles se dirigem”. Eles fornecem serviços de captação, armezamento e movimentação de dinheiro, empréstimos e financiamentos diversos, entre outros funções são disponibilizadas pelo segmentos a população. Logo, a autora identifica que a localização estratégica e a proximidade de outras empresas e instituições são fundamentais para as atividades das agências bancárias, complementando as pontuações propostas por Garrocho-Rangel e Campos-Alanís (2010).

Em seus estudos sobre o centro e centralidade em Itu (SP) Ajonas (2009) destaca que a maioria das agências bancárias se localizam na área central, fator este que se repete na cidade de Terra Boa ao visualizar que todos empreendimentos desse setor estão instalados no centro.

O setor de informação e telecomunicação são representados pelas empresas de informática e internet cuja atuação não se restringem somente à cidade de Terra Boa, mas que se expandem para outros municípios e seus distritos. Esse segmento é constituído por empresas como a *Olhar Digital e Technology Informática* (cujos atendimentos são restritos a sede urbana e ao distrito municipal) e a *Starbyte Informática e Atualtek Informática* (possuem atuação em outros municípios além de Terra Boa) e pela unidade comercial da Tim (telefonia e internet móvel), sendo esta uma das principais empresas de telecomunicações que atuam na cidade.

Atuação dessas empresas facilitam a comunicação, o acesso e a transmissão de informações e dinamização dos contatos entre as pessoas, entre as empresas e os clientes e entre os próprios segmentos produtivos, gerando intensos fluxos imateriais de informações, notícias, ideias e pensamentos entre os diferentes segmentos da sociedade, principalmente as empresas de informática e internet.

Devido a melhoria das condições de renda da população local, como apresentado no capítulo 2, ocorreu uma facilitação no acesso aos serviços de internet (tanto via rádio quanto fibra ótica) e aquisição de computadores e notebooks pessoais. Além de que essas empresas fornecem serviços com velocidades de 100 a 200mb. Além disso, Ajonas (2009, p. 115) destaca que a ampliação do acesso a serviços de internet deve-se ao “oferecimento de pacotes mais acessíveis para a população em geral”.

Além de que a atuação dessas empresas em outras cidades como Arurana, Cianorte, Engenheiro Beltrão, Jussara, Peabiru e Quinta do Sol demonstra uma relação de interdependência de outros municípios com relação ao setor de prestação de serviços de informática e internet terrabonense.

O setor clínico-hospitalar, laboratorial e fisioterapeuta são segmentos também que geram intensos fluxos de moradores para terem acessos a atendimentos médico clínico-hospitalar, tanto no setor público quanto no privado. Na área central localiza-se um posto de saúde (Unidade de Pronto Atendimento Básico Valdomiro Peres) que fornece atendimentos médicos-clínico geral e especializados no segmento pediátrico e ginecológico-obstétrico, um santa casa (Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula) que detém atendimentos de urgência e emergência, internações e pequenas cirurgias, como vasculares. Além de promover atendimento particular tanto clínico-geral quanto especializado.

Além de clínicas de fisioterapias que fornecem atendimento na área traumatologia, ortopedia entre outros, e laboratórios que fornecem uma gama de exames clínicos e toxicológicos, além da clínica Ecoimagem que realiza exames de ultrassonografia, sendo este último responsável não somente por atender a população local, mas também realiza procedimentos para outros municípios da região de Campo Mourão por meio do Convênio CIS-COMCAM. E clínicas odontológicas especializadas em atendimento clínico, periondotia, ortodontia e cirurgias odontológicas.

As instituições públicas são responsáveis pelas tomadas decisões que direcionam o desenvolvimento urbano de uma cidade, e que as mesmas podem gerar mudanças nas características de uma área central dependendo do direcionamento do poder político e seus interesses propiciando um ampliação das capacidades econômicas de um centro urbano.

Nesse sentido, o poder público representado no caso da cidade de Terra Boa pela Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores possuem papel fundamental na produção do espaço ao intervir direta ou indiretamente por meio das

[...] políticas mais abrangentes, tais como econômicas e sociais, que com certeza têm seus rebatimentos sobre o espaço; até aquelas mais específicas, a exemplo das políticas urbanas e dos investimentos em infraestrutura, que atuam diretamente na configuração das formas urbanas (CAVALCANTE, 2009, p. 34-35).

O autor afirma também que as disputas socioespaciais que ocorrem no espaço urbano e por meio do poder público, repercutem na questão da centralidade urbana, por causa dos interesses que atuam e operam a valorização do espaço (CAVALCANTE, 2009).

Dessa maneira, o poder público tem papel tanto regulatório quanto influenciador no desenvolvimento das atividades e empreendimentos que são implantados na área central por meio de medidas, leis e marcos regulários que facilitam e demarcam os tipos de usos e ocupações que podem ser desenvolvidos no centro urbano ou em outras partes da cidade.

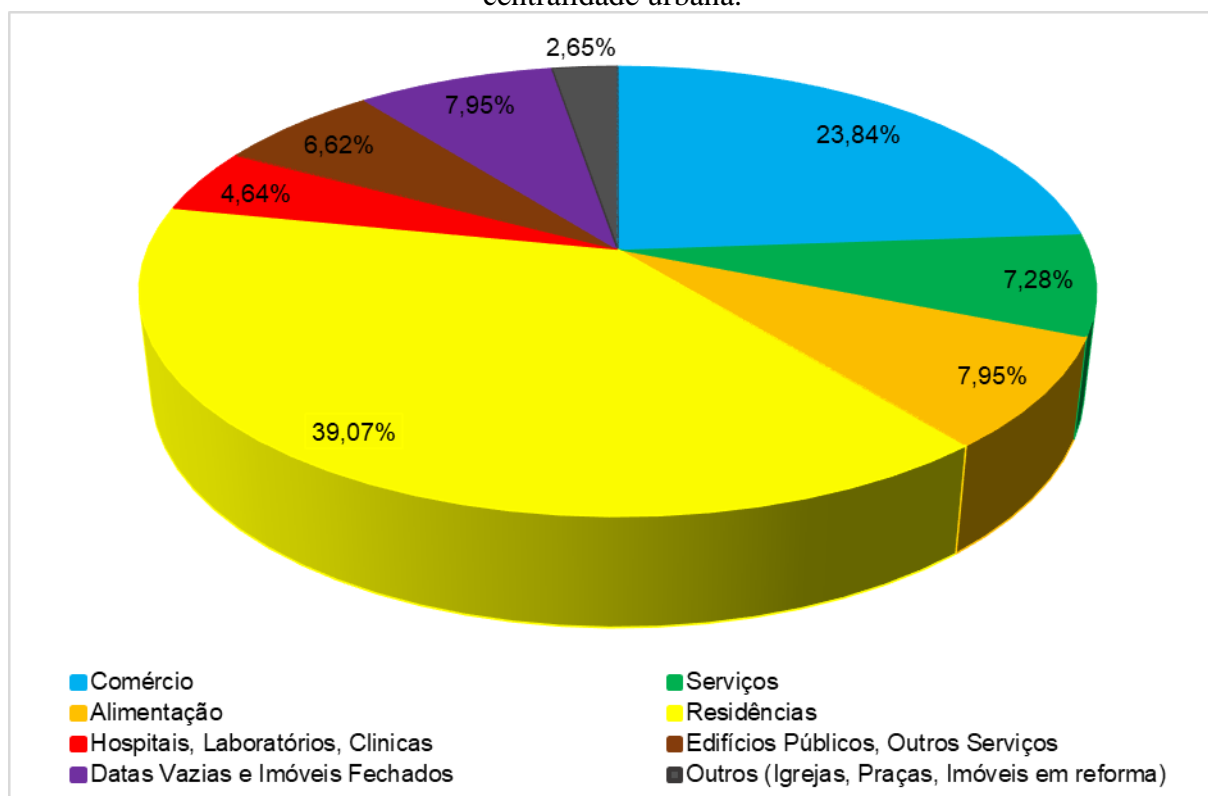
Dessa maneira, o centro urbano acaba convergindo fluxos de pessoas não apenas da zona urbana e rural e do distrito municipal, mas também de outras cidades da COMCAM que se dirigem para atendimento médico e realização de exames clínicos.

No que tange à distribuição das atividades na área de centralidade, (Gráfico 12), destacamos que os principais usos e ocupações são residências (39,07%), comércio (23,84%), alimentação (7,95%), serviços (7,28%), edifícios públicos (6,62%), hospitais, laboratórios e clínicas diversas (4,64%) e datas vazias e imóveis fechados (7,95%).

No tocante aos usos dos solos, averiguamos que as atividades econômicas (comércio, serviços, alimentação) superam o uso residencial, consolidando a partir da presença das

mesmas uma clara área de centralidade monopolizadoras dos fluxos e deslocamentos de pessoas e veículos, além de bens, mercadorias e informações. Logo essa porção contém tanto os fluxos quanto os fixos necessários para a consolidação de uma centralidade urbana que agrega em si a hinterlândia urbana da cidade de Terra Boa ao condicionar a atração populacional da zona urbana, rural e do distrito de Malu para o consumo, trabalho, atendimento médico e/ou bancário, lazer, entre outros, como expressa o Gráfico 12.

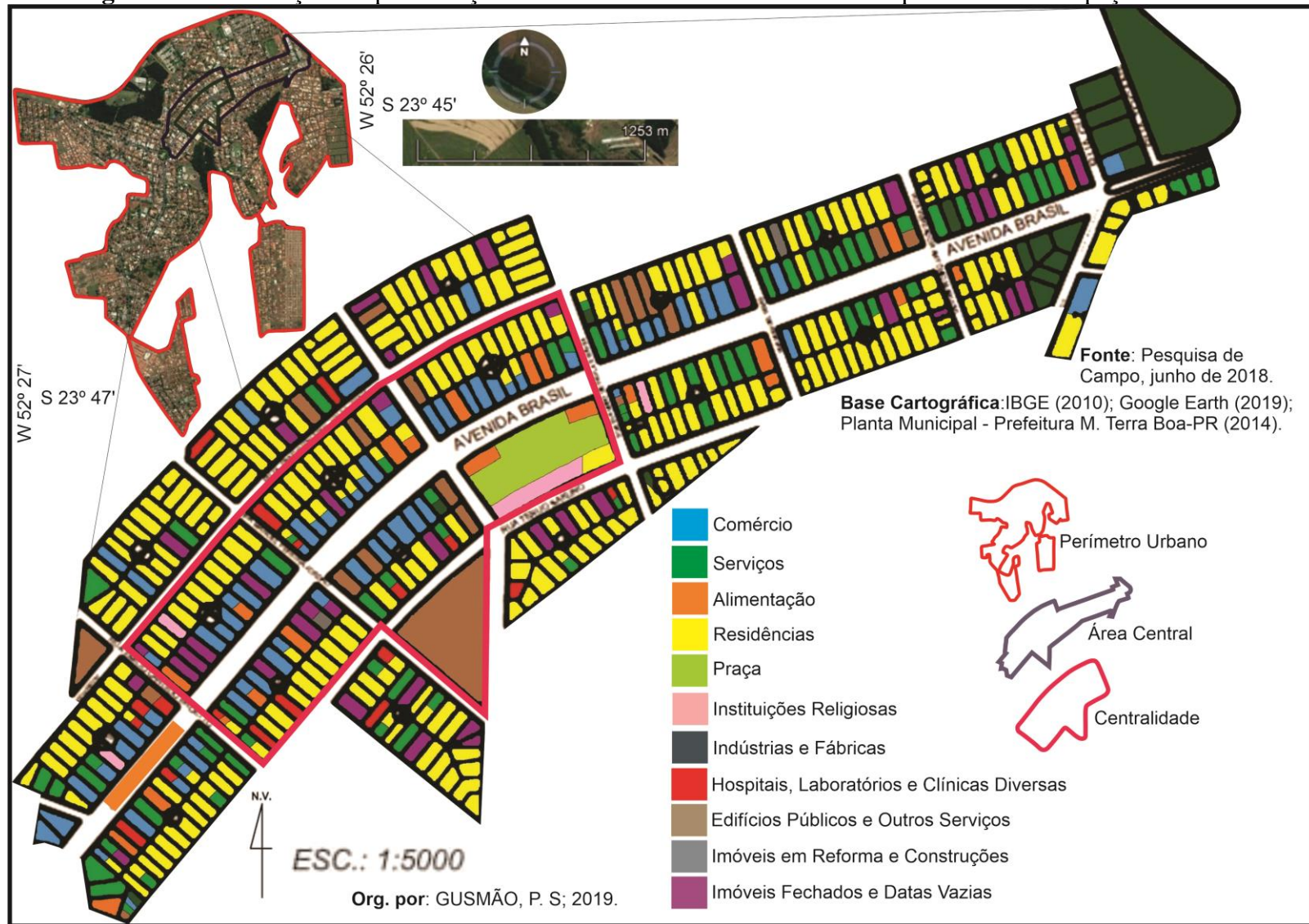
Gráfico 12: Percentual dos tipos de usos e ocupações do solo urbano presente na área de centralidade urbana.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** GUSMÃO, P. S; 2019.

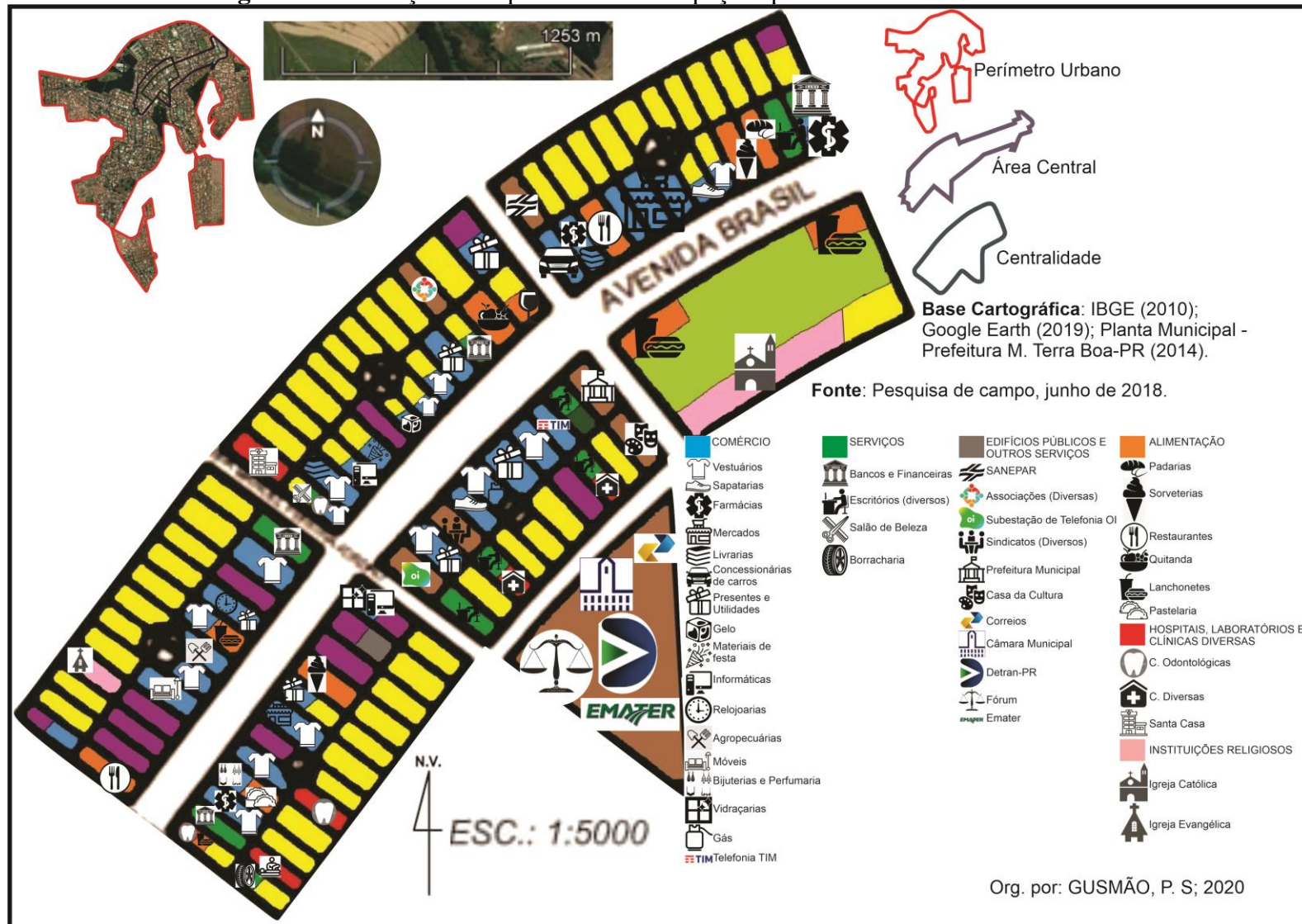
Por conseguinte, constatamos que a área delimitada como centro apresenta somente uma centralidade, conforme podemos visualizar na Figuras 23 e 24 e que a mesma se restringe às quadras da Avenida Brasil e as suas ruas adjacentes: Emílio Cândido Broeto, Presidente Kennedy, Teruo Sakuno, Manoel Pereira Jordão, Tancredo de Almeida Neves e Evandro de Paula de Souza, sendo está numeradas da seguinte forma (do norte para o sul): margem direita dessa avenida (76, 75 e 60); margem esquerda da mesma (108, 109 e 118), e quadra das repartições públicas (63), que estão instalados o Fórum Municipal, a Câmara de Vereadores, o Detran, os Correios e a Emater.

Figura 23: Delimitação e espacialização da centralidade urbana com os seus tipos de usos e ocupações do solo.



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** GUSMÃO, P. S.; 2019.

Figura 24: Descrição dos tipos de usos e ocupações presente na centralidade urbana



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** Gusmão, P. S; 2020

Reiteramos que essa porção do espaço urbano se destaca como centralidade, retratada na Figura 25, não somente pelo fato de os comércios e serviços voltados para um segmento mais abastado da sociedade urbana concentrarem-se nessa localidade, mas por ser nessa porção do centro que são tomadas as decisões que guiarão a dinâmica econômica e social da cidade, por comportarem tanto a Prefeitura Municipal quanto a Câmara dos Vereadores.

Figura 25: Vista parcial da centralidade urbana de Terra Boa-PR



Fonte: GUSMÃO, P. S; 2020.

Contatamos também que essa área apresenta uma movimentação de pessoas ao longo das semanas, durante os períodos diurnos devido a população se dirigir ao setor comercial e de serviços para o consumo trabalho e/ou lazer. No entanto, as maiores concentrações ocorrem aos finais de semana por causa da imensa gama de estabelecimentos alimentícios, como lancherias, bares, sorveterias, restaurantes e pizzarias, que fornecem uma gama diferenciada de pratos gastronômicos. Junto a esse entorno, encontra-se a Igreja Matriz São Judas Tadeu, cujas celebrações de missas ocorrem aos sábados à noite e aos domingos durante o dia. Outro fator que corrobora para essa movimentação intensa é a Praça João XXIII por ser um ponto de encontro, de convívio e lazer. Sendo assim, a população utiliza-a com bastante frequência por ela possuir uma boa infraestrutura, o que a torna o único local de lazer e convívio apropriado para os seus moradores.

Dessa maneira, pelo centro contém apenas uma área de centralidade (Figura 23), está é definida como monocêntrica, ou seja, somente ocorre uma área com concentração de atividades econômicas, como comércios, serviços, instituições públicas, entre outras. Esta monocentricidade deve-se a constituição de fluxos contantes de consumidores e transeuntes na área central por causa da outras localidades da cidade não conterem os bens materiais e imaterias necessários a população, como aborda Gonçalves (2009).

Dessa forma, essa centralidade monocêntrica (Figura 23) reforça a ideia da existência de um centro único desenvolvido a partir das transformações históricas da cidade de Terra Boa que redefiniu suas funções e características, passando de um centro voltado ao fornecimento de bens simples e de pouco desenvolvimento tecnológico no período inicial da cidade, para um centro moderno característico de uma cidade capitalista com funções diversificadas e que se destina a atender um público exigente e preocupado com a qualidade dos produtos, como afirma Beneton e Bovo (2011).

Bovo e Oliveira (2014) solidificam a existência de uma centralidade na área de estudo (Figura 23) por conter empreendimentos econômicos e equipamentos urbanos, o centro garante para si uma centralidade “resultando no aumento da demanda de consumidores de serviços e mercadorias em relação ao outros locais da cidade, gerando uma centralidade no contexto intra-urbano” (BOVO; OLIVEIRA, 2014, p. 120).

Dessa maneira, a centralidade se consolida a partir de um centro que se efetiva como o nó articulador de um tecido urbano complexo e fragmentado, mas que se torna articulado a partir das relações sociais entre seus habitantes.

No próximo subcapítulo “*Subcentralidades: características e particularidades*” apresentamos a delimitação das centralidades responsável por gerar subcentros, e destacar suas características.

4.2 Subcentralidades: características e particularidades

O presente subcapítulo objetiva discutir e caracterizar as subcentralidades presentes na cidade de Terra Boa, delineando suas principais particularidades.

O processo de produção e estruturação das cidades perpassam a compreensão do papel desempenhado pelo centro, podendo ser a sede da localização das atividades humanas e “palco da ação do homem”, conforme evidencia Carlos (2011, p. 63). Para Carlos (2011, p. 68), o espaço “[...] desvela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as suas formas de apropriação”.

Dessa maneira, a produção do espaço e das atividades geram uma localização diferenciada das atividades humanas dentro da cidade, criando formas urbanas, como o centro, e gerando dentro deste áreas de centralidades e subcentralidades, conforme Carlos (2011).

Dentre os processos que redefinem a distribuição das atividades humanas estão as realocações de atividades como tipicamente centrais (como o comércio e os serviços) que permitem não somente a expansão do centro como o surgimento de novas áreas centrais em outros pontos da cidade, conforme afirmam Carlos (2011) e Sposito (2019).

Esse processo também permite redefinir a centralidade das áreas centrais, possibilitando o aparecimento de subcentralidades geradoras de fluxos materiais e imateriais, contudo em menor escala. Nesse sentido, essas subcentralidades são resultados da divisão social do espaço que produz “[...] à medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializa-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial” (SPOSITO, 2019, p. 3).

Logo, para Freitas *et al* (2012), a constituição de novas centralidades e subcentralidades urbanas é resultante do fenômeno urbano que necessitam produzir novos vetores de desenvolvimento que atendam a demanda econômica e social dos espaços urbanos. Para os autores, “a criação de novas centralidades e subcentralidades são demandas periódicas em cidades em expansão, como um ciclo” (FREITAS *et al*, 2012, p. 9).

Nesse aspecto, a subcentralidade se caracteriza como a centralidade, pois a mesma é dependente dos fluxos de pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e dos valores, para sua consolidação, contudo sua área de influência é menor e restrita a pontos específicos

do centro urbano, como algumas atividades econômicas específicas (fixos) ou um lote em uma quadra da área central (SPOSITO, 2001).

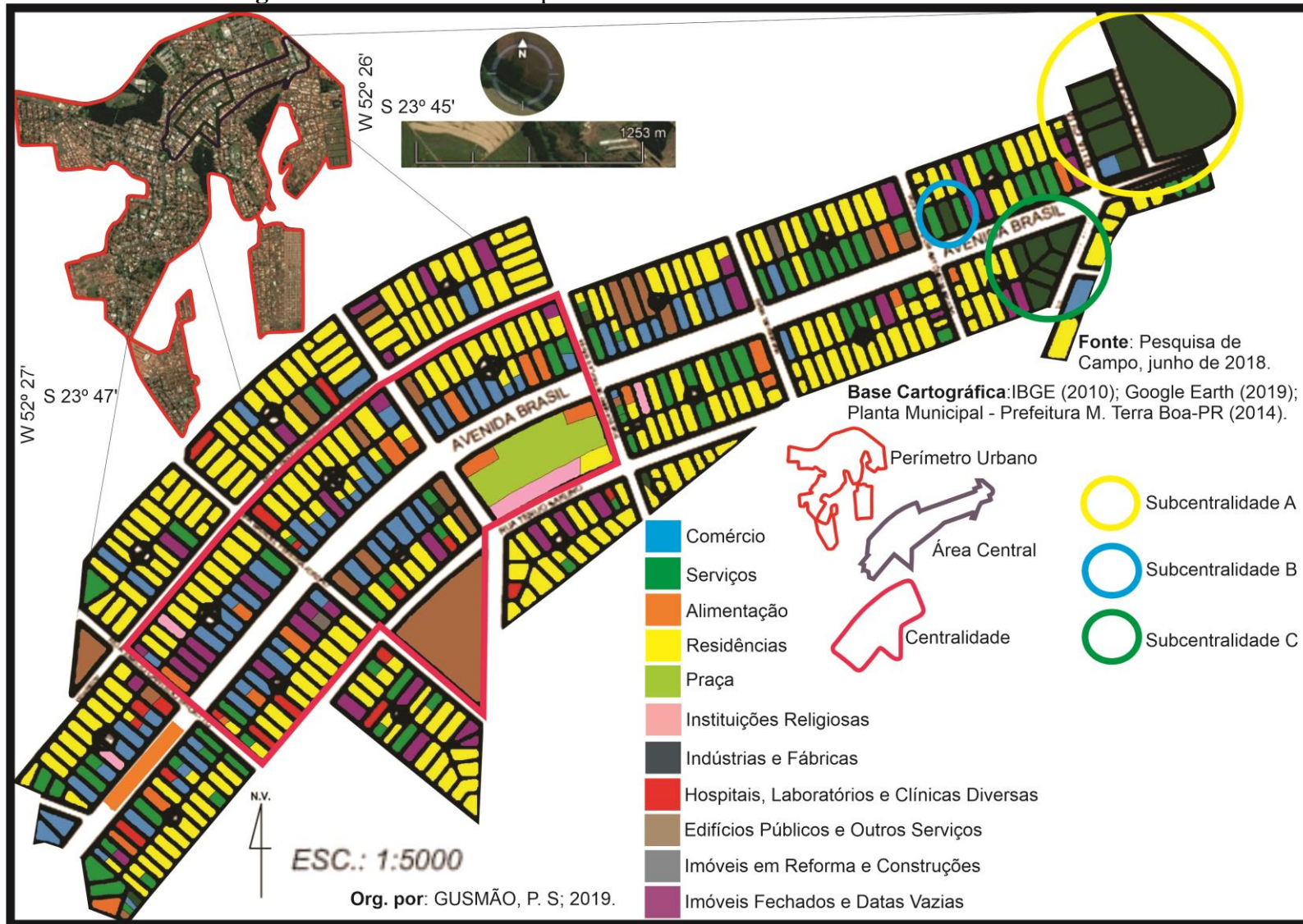
Dentre essas atividades, as grandes empresas são responsáveis pela formação de subcentralidade por congregarem em si fluxos e demandas de bens, mercadorias, consumidores, ideias e valores que não se restringem somente ao meio urbano, mas que contêm uma esfera de atuação que ultrapassa algumas vezes, o limites da sede urbana.

Além de que essas atividades econômicas são instaladas nas áreas centrais, aproveitando das vantagens que lhes são oferecidas como “o de suporte físico e o de expressar diferencialmente os requisitos locacionais específicos às atividades” (CORRÊA, 1999, p. 13). Para o autor, esse segmento produtivo modela o espaço urbano, produzindo seu próprio espaço e interferindo na localização de outros tipos de ocupação do solo urbano, além de gerar áreas de subcentralidade (CORRÊA, 1999).

Além disso, o estabelecimento da indústria no meio urbano parte da necessidade de maximização dos lucros a partir de uma localização estratégica, especialmente para facilitar o recebimento de matéria-prima e escoamento de mercadoria, ao mesmo tempo que essas indústrias se localizam próximas ao mercado consumidor. Essa situação, conforme Barreto (2010, p. 31), torna a cidade “espaço de produção, circulação e de consumo, que traduz o modelo produtivo assente numa lógica capitalista”.

Dessa forma, a área central da cidade de Terra Boa (PR) não apresenta somente uma área de centralidade, como descrita no subcapítulo 4.1, mas três subcentralidades e o processo de identificação das mesmas foram efetivados a partir do levantamento e reconhecimento de atividades geradoras de fluxos que não estão instaladas na área de centralidade, que no caso estudado, são representados pelas indústrias de diferentes segmentos. Essas subcentralidades foram subdivididas em três categorias conforme Figura 26.

Figura 26: Subcentralidades presentes na área central da cidade de Terra Boa-PR



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2018. **Org. por:** Gusmão, P. S; 2019.

Nesse aspectos, devemos compreender que essas subcentralidades se originaram do processo de industrialização da cidade de Terra Boa após a década de 1980, como abordamos no subcapítulo 2.3, no qual destacamos que o processo de desenvolvimento industrial municipal partiu de políticas municipais em prol desse segmento econômico. Ao mesmo tempo em que se aproveitava do desenvolvimento do setor têxtil e da moda no eixo Cianorte-Maringá-Umuarama, que facilitaram o crescimento das indústrias e facções de confecções na sede urbana municipal.

O processo de industrialização não apenas permitiu o crescimento econômico local como permitiu a inserção da cidade de Terra Boa numa escala de atuação inter-regional e nacional ao definir novos fluxos de bens e mercadorias com diferentes regiões do território nacional e com o exterior.

Para Milton Santos (2006, p. 182), esse processo é resultante dos “[...] dos progressos técnicos e às formas atuais de realização da vida econômica, cada vez mais as redes são globais: redes produtivas de comércio, de transporte, de informação”. Ao mesmo tempo que a globalização define padrões de interesses e de consumo, os quais definem a ação das empresas locais para atender à lógica global. Carlos (2007, p. 17) corrobora com Santos (2006) ao pontuar que o lugar é a base da reprodução da vida que exprime as relações dos indivíduos “[...] nos modos de usos, nas condições banais, no secundário, no acidental”, garantindo que o local que tem uma lógica própria que mesmo tendo influências externas advindas da globalização continua mantendo um ritmo próprio.

Segundo Jacintho (2004), a vida tem sua expressão no lugar, pois este diferencia e revela “[...] as instâncias concretas do vivido, do percebido e do concebido” e que “emerge das interações mediadas pelo uso, o percebido, pelas significações dos atos e aparências e, finalmente, o concebido envolve intencionalidade, num misto de ideologia e conhecimento”, já que no lugar “o mundial se faz presente, por meio dos objetos e artefatos que se disseminam por toda parte. *Outdoor*, músicas, alimentos, bebidas, roupas, grifes, enfim, símbolos que manipulam, vendem marcas, hábitos, culturas e estilos de vida” (JACINTHO, 2004, p. 129).

Nesse aspecto, essas empresas presentes nessas subcentralidades são produtoras de modos de consumo que não somente se prendem ao local, mas que se disfundem para o território nacional e o exterior, criando padrões de consumo alimentares por meio da Naturitos; de calçados com as Botinas Fortes e com vestuários e modas através da PTL Nabhan detentora da marca For Boys For Girl que definem gostos e estilos pessoais dos

indivíduos que mesmo vivendo em uma pequena cidade como Terra Boa acabam consumindo produtos que são globalmente conhecidos.

Essas empresas ao atuarem no espaço urbano terrabonense, ao mesmo tempo que consolidam como subcentralidades, elas se estabelecem no plano do cotidiano ao criarem fluxos de pessoas que se dirigem para o trabalho, de informações e de padrões de consumo, movimentam bens, insumos e mercadorias, ou ainda como “formas de apropriação, utilização e ocupação de determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e articulada” (CARLOS, 2007, p. 20).

Além disso, esses empreendimentos econômicos para Beneton e Bovo (2009; 2011) são responsáveis pelo desenvolvimento econômico da cidade de Terra Boa e por produzirem uma dinâmica socioeconômica e espacial. Porém, Corrêa (2005) destaca que esse desenvolvimento diferenciado advém da maximização das vantagens locais específicas a cada produção que determina uma divisão territorial do trabalho.

Para o autor:

O avanço do capitalismo na medida em que tende a transformar todos ou quase todos em pessoas que não produzem os seus meios de consumo que são transformados em mercadorias a serem vendidas e compradas, tende a estimular as atividades comerciais, as quais são afetadas pelo próprio capitalismo, ainda que de modo diferenciado (CORRÊA, 2005, p. 27).

Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo facilitou o acesso a bens e serviços, mas limitou aqueles que produzem os mesmos, já que anteriormente na fase industrial, os bens e mercadorias eram produzidos apenas pelos consumidores e somente o excedente era vendido. Com advento da técnica a produção passou em larga escala, minimizando o número de mão-de-obra e aumentando o número de consumidores (CORRÊA, 2005).

Dessa forma, Carlos (2007) propõe que o desenvolvimento da técnica resultou em profundas transformações no processo produtivo, modificações nos meios de comunicação, interligando os espaços em redes de fluxos, ultrapassando fronteiras e exigindo “[...] repensarmos a natureza do espaço num momento em que a relação espaço-tempo se transforma de modo inconstestável” (CARLOS, 2007, p. 21).

Para Milton Santos (2006, p. 184) a partir do desenvolvimento da técnica proposto por Carlos (2007), as pequenas cidades adquirem “[...] um certo comando sobre a porção do território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem”.

Nesse sentido, as indústrias terrabonenses presentes nessas subcentralidades, detendo a técnica, permitem que seu processo produtivo não se restrinja somente ao local, já que tanto sua produção, quanto sua destinação do produto final necessitam de uma rede mais ampla de atuação para produzir suas mercadorias a partir da obtenção de matérias-primas de mercados regionais e nacional e até mesmo internacional, sendo o mesmo para a mercadoria final, que não se destina somente para o mercado interno, mas que é distribuída para outros mercados nacionais e internacional, como afirma Benko (2002) ao analisar a nova divisão espacial/internacional do trabalho.

Logo Beneton e Bovo (2009; 2011) demonstram que as relações comerciais do setor industrial de Terra Boa não se restringem aos mercados regionais e nacional, mas também aos polos internacionais, tanto no que concerne ao escoamento da produção industrial, quanto fornecimento de matéria-prima para o setor. A interdependência entre os mercados é conforme Beneton e Bovo (2009) parte da lógica produtiva vigente.

Segundo Corrêa (2005), a inserção do capitalismo e as formas que este toma criam regiões com especificidades e estruturas comerciais apropriadas que detêm ritmos distintos de mudança que tendem a se tornarem mais velozes com o passar do tempo.

Nesse sentido, Fresca (2006, p. 129) afirma que “o processo de industrialização [...] permite alterações de diversas ordens nas cidades, seja nos papéis desempenhados, nas interações espaciais estabelecidas, na dinâmica econômica (geração de empregos, impostos, lucros, etc.), dentre outros”.

Complementando Fresca (2006), Endlich (2007, p. 8) defende que “a existência de atividades industriais em pequenas cidades, no atual contexto, é substancialmente diferente daquela que se voltava a atender necessidades locais” e que para Beneton e Bovo (2009), foi devido à incumbência dos meios de transportes mais modernos e a circulação de mercadorias que facilita o escoamento das mercadorias.

Segundo Endlich (2007), as pequenas cidades, como no caso de Terra Boa, emergem como “[...] escala relevante de planejamento e gestão, em parte pela possibilidade de uma nova configuração da localização das indústrias, mas também como respostas a crises e dificuldades [...] pela disponibilidade de recursos e boa localização” (ENDLICH, 2007, p. 9).

No que tange à presença dos empreendimentos industriais no espaço urbano terrabonense configurando subcentralidades, como mencionados anteriormente, identificamos três pontos de relevância na área central, conforme a Figura 26.

A subcentralidade A localiza-se na porção noroeste da área central, entre a Rodovia PR-082 e a Avenida Brasil, é constituída por parque industrial que compreende segmentos

ligados ao setor de embalagens plásticas, moveleiros, calçadistas, entre outros, sendo marcada por empresas como Terra Fort'z Botinas, General Plásticos, Móveis Lourenço, etc.

Essa área foi desenvolvida para garantir o desenvolvimento industrial do município com o objetivo de promover a geração de emprego e renda para a população local, cuja produção destina-se tanto para o mercado interno, quanto ao externo. Dessa forma, Milton Santos (2004) propõe que esse processo de industrialização da cidade de Terra Boa é pautado na “criação de indústrias manufatureiras cuja produção é destinada, ao consumo dos países desenvolvidos”.

Além disso, o conjunto desses empreendimentos econômicos dentro do centro urbano local por meio de um parque industrial produz um fenômeno de coesão, que conforme Corrêa (1999) deve-se à concentração das atividades similares se agregarem em um local específico, produzindo um eixo industrial.

Segundo Corrêa (1999), esse espaço permite uma maior circulação de bens e mercadorias, ao mesmo tempo, em que se restringem os entraves aos negócios, logo essa coesão dentro da área central urbana desenvolve-se devido ao apoio do poder público que visando maximizar as potencialidades do segmento produz um local com as condições necessárias ao desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o processo de estabelecimento das subcentralidades B e C também estão ligadas à capacidade de aproveitamento das condições geradas pelo centro, especialmente pelo intenso uso do solo que fornece as atividades necessárias ao suporte da produção industrial, garantindo recebimento de matérias-primas e escoamento das mercadorias. Além da proximidade com o consumidor local que ao se deslocar para a área central tem um contanto mais próximo com essas empresas, facilitando a atração de novos consumidores para seus produtos.

A subcentralidade B, presente na Avenida Brasil, é composta por uma unidade da empresa Naturitos e destina-se à produção de produtos alimentícios, como salgadinhos. A produção industrial destina-se tanto ao mercado interno e regional, quando às diversas partes do território nacional.

A atuação dessa subcentralidade está atrelada ao desenvolvimento do setor produtivo agrícola, que tem na industrialização da produção desse segmento uma maneira de maximização dos lucros devido ao produto industrializado ter um maior valor agregado do que o produto bruto.

Já a subcentralidade C localizada na esquina da Avenida Brasil com a rua Marialva era constituída por uma unidade fabril da empresa PTL Nabhan detentora da marca For Boys For

Girl do segmento de confecção e moda durante o período do estudos *in loco*, contudo no ano posterior, a mesma foi fechada. Decidimos mantê-la como uma subcentralidade devido a importância econômica que detinha essa unidade como geradora de emprego e renda para a população local que tem no setor de confecção uma das principais fontes de emprego e trabalho no município.

O fechamento da unidade traz impactos negativos para o município ao propiciar o desemprego devido a demissão de funcionários que dependem da empresa para obtenção de renda e manutenção das condições diárias de vida. Esse cenário reforça a necessidade do poder público intervir com medidas que possibilitem a proteção e manutenção do funcionamento das empresas municipais sem prejudicar os cofres públicos.

Dessa forma, o centro urbano de Terra Boa apresenta-se como elemento chave para o desenvolvimento econômico, comportando as principais atividades econômicas da cidade e garantindo o atendimento da população local, seja por meio do fornecimento de uma gama variada de produtos e serviços, no entanto necessita de políticas por parte do poder público que apoiem e promovam o desenvolvimento desses empreendimentos econômicos por meio de suportes políticos que facilitem o atendimento aos consumidores como a garantia de preços competitivos para promoção do comércio local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguamos por meio dessa pesquisa o processo de consolidação e caracterização do centro urbano local da pequena cidade de Terra Boa (PR) fundada em 1955 após desmembramento do município de Engenheiro Beltrão, adquirindo assim sua emancipação política, sendo também resultante do processo de colonização do norte e noroeste paranaense que deixaram marcas expressivas na forma de procedimento da ocupação das zonas urbanas e rurais que impactaram no posterior desenvolvimento municipal.

A sede urbana de Terra Boa foi planejada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná em 1950, possui o formato de um tabuleiro de xadrez com quadras dispostas ao longo de avenidas entrecortadas por ruas principais e secundárias, com quadras com dimensões de 100x100 metros, subdivididas em lotes de 20x24 metros, com arruamentos com nomes definidos, áreas pré-reservadas para instalação de igrejas, das praças e repartições públicas.

Dessa forma, o processo de formação do centro está diretamente interligado a população local e as atividades do campo, especialmente a cafeicultura, cuja atividade predominou nos períodos entre os anos de 1950 até 1970, que com o processo de modernização agrícola e com a geada ocorrida em 1975 levou a erradicação dos cafezais e sua substituição pela produção do trinômio soja/milho/trigo no município.

Essas mudanças econômicas e sociais geraram uma perda populacional progressiva nas décadas de 1970 e posteriores, perdurando até os anos de 1990, quando o município passou a apresentar um crescimento populacional paulatino, progredindo e se tornando expressivo nas últimas duas décadas do século XXI.

Nesses períodos que abrangem as décadas de 1950 a 1990, o centro urbano passou por diversas transformações infraestruturais que seriam fundamentais para sua consolidação econômica nas décadas posteriores, como a instalação de redes de galerias de águas pluvias, de iluminação pública, de canteiros centrais e de malhas asfálticas, além da gradativa diversificação econômica de suas atividades após a década de 1980. Década marcada pela implantação da política industrial que proporcionou o desenvolvimento dos setores de confecções e vestuários, os quais remodelaram a economia local que anteriormente era predominada pelo setor agrícola.

Já nas décadas de 2000 e posteriores, o centro urbano constituídos pelos eixos compostos pela Avenida Brasil e pelas ruas adjacentes passam a congregam uma maior

dinamização e diversificação das atividades econômicas presentes nos lotes de suas quadras, demonstrando um expressivo desenvolvimento econômico urbano, com a presença de lojas de comércios especializados, redes de supermercados, estabelecimentos alimentícios, bancos, corretoras de seguros, cooperativas de créditos, sindicatos, órgãos públicos e empresas do setor quaternário, ligadas ao segmento de comunicação e informática que demonstram a inserção da cidade em uma economia globalizada.

Nesse aspecto, reforçamos que o centro urbano é reflexo da dinâmica urbana e lócus dos principais comércios e serviços especializados, também das instituições públicas e de gestão. Além de que nas pequenas cidades, como no caso estudado, suas áreas centrais comportam a principal instituição religiosa representada em Terra Boa pela Igreja Matriz São Judas Tadeu.

Por meio dos estudos e debates teóricos de diversos autores, como Ajonas (2009), Corrêa (1999, 2012), Beaujeu-Garnier (1980), Bovo e Oliveira (2014), Camagni (2005), Castell (1982, 2009), Cavalcante (2009), Fresca (2007), Lefebvre (1999, 2001, 2006), Johnson (1974), Machado (2013), Ramires (1998), Rolnik (2004), Santos (1959, 1982, 1985, 2004, 2006), Sposito (1991, 1996, 2001, 2010, 2017, 2019), Silva (2001, 2006), Smith (1998), Villaça (2001) e Whitacker (2017) e dos levantamentos *in loco*, averiguamos que a cidade de Terra Boa realmente possui um centro urbano, o qual compreende os eixos constituídos pela Avenida Brasil e suas ruas adjacentes. Nele concentra as principais relações econômicas, centralizando a maioria das atividades comerciais e de serviços, como também a sede do poder político municipal. Constatamos também que em relação ao centro de outras cidades pequenas, como o de Peabiru (PR) estudado por Bovo e Oliveira (2014), o centro urbano terrabonense apresenta uma dinâmica econômica mais acentuada com uma maior gama de comércios e serviços.

Além disso, a área central possui uma estreita relação com as zonas urbana e rural, com o distrito municipal de Malu, pelo fato dessas populações serem consumidores dos bens oferecidos pelo centro urbano, as quais deslocam-se semanalmente para a aquisição de bens e mercadorias necessárias à vida diária, ao mesmo tempo, observamos outro fator que amplia a relação do centro com o campo devido às estruturas constituídas para atender os interesses do campo que abrangem desde políticas públicas, por parte do poder local, quanto às cooperativas de créditos, redes bancárias e cooperativas agrícolas (C. Vale e Cocamar), Emater e empresas privadas especializadas na venda de insumos para esse segmento econômico que atuam em prol da ampliação da produção e dos investimentos no campo.

Dentre outros fatores que propiciam a consolidação do centro, destacamos também aqueles que proporcionam a cidade a manter relações com outros municípios do entorno, não se restringindo a atuação apenas à área central, sendo esses setores: a) clínico-hospitalar que presta serviços médicos para moradores de outras cidades na área de atendimento especializado, especialmente geriatria e obstetrícia e para realização de exames médicos em clínicas particulares; o industrial, especialmente o têxtil; o alimentício; o de embalagens plásticas, cuja produção é destinada para outros polos nacionais e internacionais; e as empresas locais ligadas aos setores de comunicação e informática que prestam serviços de manutenção e de internet para outras cidades.

No tocante à centralidade, que resulta do fortalecimento econômico do centro, sendo a expressão do conteúdo do mesmo, congregando a maioria das atividades econômicas e equipamentos urbanos, delineando-o como ponto da articulação da hinterlândia urbana e detentora dos fluxos de bens, mercadorias e pessoas. No caso da cidade de Terra Boa, sua centralidade é demarcada pela porção do centro que detém as principais atividades econômicas, como comércio, serviços e instituições públicas, que permitem direcionar uma ampla gama de consumidores para essa região da área central, além de possuir as instituições responsáveis por tomar as decisões inerentes a política municipal.

Dessa forma, constatamos que a centralidade não se estende por todo o centro, mas se restringe aos locais com deslocamento de fluxos materiais e imateriais, havendo maior concentração na Avenida Brasil e suas quadras adjacentes por apresentarem um comércio variado e mais diversificado com uma gama de produtos e serviços e por conter atividades que congregam o denominado circuito superior da economia urbana, conforme Milton Santos afirma (2004), como os comércios e serviços modernos, bancos, cooperativas de créditos, clínicas médicas, odontológicas, fisioterapêuticas e laboratorias, redes de supermercados e instituições públicas.

A presença dessas atividades econômicas demonstram o caráter funcional e econômico da centralidade urbana presente na área central terrabonense, evidenciando a dinâmica econômica urbana interna ao abranger a demanda por bens e produtos, tanto para o consumo interno, quanto para atendimento de outras cidades do entorno.

Logo, torna-se necessário que o poder público tenha um olhar distinto para o centro por ser um importante promotor do desenvolvimento econômico local, angariando renda para os investidores, geração de renda e emprego para a população cidadina.

Dessa forma, pontuamos brevemente algumas sugestões para melhoria do centro urbano de Terra Boa, dentre elas: a) manutenção das campanhas promocionais pela

associação comercial local; b) cursos de capacitação para melhoria do atendimento aos clientes; c) apoio a divulgação do comércio local em outros municípios; d) políticas de incentivo a diversificação das atividades comerciais e de prestação de serviços; e) melhorias na infraestrutura viária e de calçadas no entorno da Avenida Brasil para facilitar o deslocamento de bens, mercadorias e pessoas; f) ampliação de atividades culturais para o lazer da população cidadina; g) revisão das leis de uso e ocupação do solo urbano e zoneamento urbano para atendimento das necessidade da zona central e por último; h) a criação de leis para controle de vazios urbanos na área central para estimular a implantação de usos comerciais, de prestação de serviços, órgãos públicos ou praças urbanas.

O desenvolvimento do centro urbano e o fortalecimento de sua centralidade nas últimas duas décadas permitem repensar a função da cidade de Terra Boa dentro da rede urbana paranaense, especialmente no cenário da Mesorregião Centro-Ocidental Parananense, pontuando-a como centro de zona, pois mesmo sendo uma pequena cidade demonstra que tem capacidade de ampliar seu potencial econômico desde que conte com boas gestões públicas que tenham uma visão política correlacionada aos interesses da população local.

REFERÊNCIAS

- AJONAS, A. C. S. **Centro e centralidade em Itu - SP**. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **R. Ra'ega**, Curitiba, v. 35, p. 7-37, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/38065>>. Acesso em: 09 dez. 2018.
- ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- ARANHA SILVA, E. **A dinâmica socioespacial urbana e as novas centralidades em Três Lagoas**. Três Lagoas/MS: UFMS-CNPq, 2007. (Projeto de Pesquisa).
- ASALIN, G. A. **Gênese e dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí**. 2015. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta**. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.
- BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BENETON, J. C.; BOVO, M. C. Análise do setor industrial da cidade de Terra Boa/PR: projeção e interdependência econômica. In: **Anais: I Simpósio de Estudos Urbanos: desenvolvimento regional e dinâmica ambiental**, 2011, Campo Mourão. v. 1, p. 01-24.
- BENETON, J. C.; BOVO, M. C. Análise prospectiva do setor industrial da cidade de Terra Boa/PR: um estudo de caso sobre a interdependência econômica entre os polos industriais. In: **Simpósio O rural e o urbano no Brasil, 2.**, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2009.
- BORDE, A. L. P. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Centro de Letras e Artes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BOVO, M. C.; OLIVEIRA, M. A. Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, v. 2, p. 104-123, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3061>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- CAMAGNI, R. **Economía urbana**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

CAMARGO, J. B. **Geografia física, humana e econômica do Paraná**. 4. ed. Maringá: 2001.

CAPEL, H. Agentes y estrategias em la producción del espacio urbano espanõl. **Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)**, v. 8, n. 1-2, 1974. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção repensando a geografia).

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2012. p. 53-73.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 75p.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123p.

CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cad. Metro.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 283-307, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n35/2236-9996-cm-18-35-0283.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CARVALHO, C. S. **Espacialidades em esvaziamento demográfico da Mesorregião Noroeste Paranaense e a oferta de serviços públicos**. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

CASTTEL, M. **A questão urbana**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTELL, M. A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. **Revista de estudos regionais e urbanos**. Espaço & Debate, n. 6. São Paulo: Cortez, 1982.

CATALÃO, I. Reflexões acerca do centro e da centralidade urbanos em Brasília. **Revista Formação**, v. 2, n. 15, 2006, 56-66, especial 20 anos. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/6_catalao.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

CAVALCANTE, C. V. **Formação e transformação da centralidade intraurbana em Brasília**. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CLICHEVSKY, N. **Tierra vacante en ciudades latinoamericanas**. Cambridge, Massachussets: Lincoln Institute of Land Policy, 2002.

CLICHEVSKY, N. La tierra vacante" revisitada": elementos explicativos y potencialidades de utilización. **Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura y Sociedad**, Chaco, AR, n. 6, p. 195-219, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3692/369236767010.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Ave Maria, 1975.

COMUNE, A. E. A cidade e o crescimento urbano. In: LONGO, C. A.; RIZZIERI, J. A. B. (Orgs.). **Economia urbana: localização e relações intersetoriais**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo**, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/449>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação urbana – uma nota sobre pequenas cidades. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2005. 302p.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, F. R. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no Estado do Paraná**. 2013. 215f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

COSTA, F. R. A produção do espaço como resistência ao capital. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 25, v. 2, 2º semestre de 2014, p. 37-56. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/5705>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

DEMAMANN, M. T. M. **Rondonópolis – MT: campo, cidade e centralidades**. 2011. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. **Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território**; Colecção Informação; Direcção de Estudos e Planeamento Estratégico; Lisboa, Maio 2005.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná**. Curitiba: EMBRAPA; Londrina: IAPAR, 1984.

ENDLICH, A. M. Cidade pequena. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 49-56.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planeamento territorial: possibilidade para as pequenas cidades?. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/257>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 506f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

ENDLICH, A. M. O papel das pequenas cidades na rede urbana do noroeste do Paraná. In: BOVO, M. C.; TÖWS, R. L.; COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 110p.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Loyola, 1991. 119p.

FERREIRA, S. B. S. **A cultura técnica e profissional de projetistas de cidades de colonização no Norte do Paraná e no Norte do Mato Grosso, 1950-1978**. 2018. 413f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 342p.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996. 728p.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do Estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. 2008. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FRESCA, T. M. A estrutura da rede urbana do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Orgs.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, v. 2, p. 201-250, 2007.

FRESCA, T. M. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 16, n. 2, jul./dez. 2007a. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/5563>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun., 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/10212/9028>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

FRESCA, T. M. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. In: BOVO, M. C.; TÖWS, R. L.; COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARROCHO-RANGEL, C. F.; CAMPOS-ALANÍS, J. Organización espacial del sistema bancario dentro de la ciudad: estrategia territorial, accesibilidad y factores de localización. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 10, n. 33, 2010, p. 413-453. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/est/v10n33/v10n33a5.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

GOMES, R. C. C.; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. 9, n. 194, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-34.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

GONÇALVES, T. E. **Labirintos da modernidade urbana: North Shopping** na produção de uma nova centralidade em Fortaleza – CE. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: Edusp, 1997.

GUIMARÃES, J. R. S. **A importância do uso das informações sociodemográficas no processo de planejamento**. 2005. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/joseribeiroguimaraes.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

GUSMÃO, P. S.; BOVO, M. C. Análises dos impactos dos vazios urbanos na produção do espaço da cidade de Terra Boa (PR). **Geografia (Londrina)**, v. 28, n. 1, p. 81-96, fevereiro/2019. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/33472>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GUSMÃO, P. S.; CHIES, C.; MENDES, T. A. M. As zonas rurais no plano diretor: uma análise crítico-comparativa dos planos diretores de Campo Mourão e Terra Boa (PR). **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 119-136, 2017. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/Percurso/article/view/40034>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GUSMÃO, P. S.; BOVO, M. C. Limites e possibilidades de uso do espaço público: uma análise da Praça João XXIII na cidade de Terra Boa (PR), Brasil. **Anais**. Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar, v. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/eventos/index.php/eaic/EAIC/paper/viewFile/3069/969>>. Acesso em: 27 maio 2016.

GUSMÃO, P. S.; BOVO, M. C. Mobilidade urbana: uso e ocupação do solo urbano na Avenida Brasil – Terra Boa-PR. In: Simpósio Nacional de Estudos Urbanos, 3., 2016, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: Unespar, 2016.

HERSEN, A.; JOAY, S.; BORECK, R. Os diferentes portes da indústria e sua contribuição para a geração de emprego no Paraná (1995-2010). In: HERSEN, A.; LIMA, J. F.; STADUTO, J. A. R. (Orgs.). **Industrialização paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2013, p. 125-145.

HONDA, S. C. A. L. *et al.* Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 62-73, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?ddl=14759&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

IGLESIAS, F. **A industrialização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 93p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência IBGE Notícias. **Projeção da população 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. **Terra Boa**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/terra-boa/panorama>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos municipais de Terra Boa**. 2018. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Caderno Estatístico do Município de Terra Boa. 2019. Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87240>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Leituras regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses, sumário executivo. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004a.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os**

vários Paranás: as espacialidades socioeconômicas-institucionais no período 2003-2015. Curitiba: IPARDES, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil**

Avançado do Município de Terra Boa. 2019a. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=325&btOk=ok>. Acesso em: 03 fev. 2019.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço urbano.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio

Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINS, L. M. N. **O Maceió Shopping como nova centralidade no espaço urbano.** 2018.

164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Alagoas, Maceió, 2018.

LOPES, R. M. R. **Dinâmica do comércio das áreas tradicionais no contexto do espaço**

urbano de Natal/RN. 2018. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

JOHNSON, J. H. **Geografia urbana.** Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MACHADO, J. R. Processos e formas espaciais no espaço urbano: reflexões acerca dos

conceitos centro, área central, centralidade e descentralização. In: BOVO, M. C.; TÖWS, R. L.; COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios.** Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013. 288p.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que migram**. 2003. 219f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paraná Desenvolvimento**, n. 87, Curitiba, 1996, p. 131-148.

MAIA, D. S. Pequenas cidades: como defini-las? In: **IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB**. Anais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/1624466/1360989163/name/CidadesPequenasComoDefinilas.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

MAZZUCHETTI, R. N.; LIMA, J. F. Apontamentos sobre região de influência das cidades da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional (G&DR)**, v. 9, n. 2, p. 27-46, Taubaté, mai-ago/2013. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1019>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 88p.

MENEGUETTI, K. S. **De cidade-jardim a cidade sustentável: potencialidades para uma estrutura ecológica urbana em Maringá-PR**. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MILANI, P. H; SILVA, E. A. Centralidade urbana: um estudo do centro principal de Três Lagoas-MS. **Geografia em atos**, n. 9, v. 1, Unesp, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/265>>. Acesso em: 1 set. 2019.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 42-64, 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/6947>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 82. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009, p. 15-40.

NAJMANOVICH, D. **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 136p.

NIEHUES, L. G. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20307>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. **Novas expressões de centralidade e (re) produção do espaço urbano em cidades médias: O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna – BA.** 2008. 383f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PAIVA, C. C.; FERNANDES, S. C. A revitalização de espaços urbanos na Europa e o processo de gentrificação: um estudo do projeto *Kop van Zuid* (Roterdã-Holanda). In: Encontro Nacional da ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte (MG). Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003. (Disponível em CD-ROM).

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE.** 2014. 329f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

PEREIRA, C. S. S. Comércio e serviços: a centralidade urbana na cidade média de Juazeiro do Norte/CE. In: Colóquio Internacional sobre o Comércio e Cidade, 4., Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/4_cincci/004-pereira.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

PERARO, M. A. **Estudo do povoamento, crescimento, e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970.** 1978. 191f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1978.

PETER, A. P. **O papel do comércio na produção da centralidade em Pelotas – RS.** 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Caminhos da geografia).

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional – lógica espacial das transformações econômicas.** Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA. **Plano Diretor Municipal de Terra Boa.** Terra Boa, 2008.

RAMIRES, J. C. L. A verticalidade e centralidade: o significado de morar na área central de Uberlândia. **Boletim de Geografia.** Rio Claro, v. 23, n. 2, 1998, p. 35-51.

RANGEL, C. G. La teoría de interacción espacial como síntesis de las teorías de localización de actividades comerciales y de servicios. **Economía, Sociedad y Territorio,** Julio – Diciembre, v. IV, n. 14, Toluca, México, 2003, p. 203-251.

RAYNAUT, C. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis,** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

RÉMY, J; VOYÉ, L. **A cidade**: rumo a uma nova definição?. Cidade em questão, n. 9; Edições Afrontamentos; 3. ed.; maio 2004.

RIBEIRO FILHO, V. A área central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 16, v. 31, p. 155-167, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9197>>. Acesso em: 29 maio 2016.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná, Brasil. **Ciência e Ambiente**, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2002.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café**: história e morfologia urbana das cidades fundada por companhias imobiliárias no Norte do Paraná. 2009. 182f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, L. K. S.; OLIVEIRA, M. A. L. Paraná: gênese e contemporaneidade do território urbano-econômico. In: FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios paranaenses**. Florianópolis: Insular, 2001.

SANTOS, L. L. **Agrovila e vilas rurais no município de Terra Boa – Paraná**: um estudo geográfico. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SANTOS, J. **A cidade poli(multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano de Salvador. 2008. 402f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, M. **A cidade como centro da região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaços e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

SANTOS, M. **Espaços e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440 p. (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEBASTIÃO, A. S. C. **Planejamento estratégico para o centro histórico de Torres Vedras**. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2010.

SILVA, P. F. J.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro: AGETEO, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3170>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

SILVA, W. R. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, Presidente Prudente, n. 8, p. 107-115, 2001. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1209>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SILVA, W. R. Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina-PR. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, W. R. **Para além das cidades, centralidade e estrutura urbana**: Londrina e Maringá. 2006. 280f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006a.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Revisando o tema de cidade pequena: uma busca de caminhos metodológicos. In: MARAFON, G. J.; PÊSSOA, V. L. S. (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 1. ed. Uberlândia: Assis Editora, 2008. p. 319-346.

SODRÉ, R. Centro e centralidade em Araguaína: reflexão preliminares a partir dos serviços e comércio em rede. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 178-195, jan./jun.-2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318078030_Centro_e_centralidade_em_Araguaina_reflexao_preliminares_a_partir_dos_servicos_e_do_comercio_em_rede>. Acesso em: 01 set. 2019.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

SOUZA, S. M. C. **Expansão urbana, centralidade e constituição de subcentros no Distrito Federal**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferenças escalas da centralidade urbana. **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n. 4, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000. 80p. (Coleção Repensando a Geografia).

SPOSITO, M. E. B. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo, v.10, 1991.

SPOSITO, M. E. B. Centro e periferia. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 25-31.

SPOSITO, M. E. B. Estrutura urbana e centralidade. **Observatório Geográfico América Latina**, 2019, p. 1-8. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiarurbana/04.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SPOSITO, M. E. B. **Multi(poli)centralidade**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996.

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Orgs.). **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. **Textos e contextos para leituras geográficas de uma cidade de médio porte**. Presidente Prudente: Pós-Geo Prudente/GASPPER, 2001, p. 235-254.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo, Tese de Livre Docência. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação da cidade. In: MELO, J. G. (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: UNESP, 1996a.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C.; BECKER, B. K. *et al.* (Orgs.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. UnB, 1988, p. 19-37.

TERRA BOA. **Lei municipal n. 985**, 2 de junho de 2009. Dispõe sobre alteração de parágrafo, acrescenta alíneas e revoga leis sobre o Programa de Desenvolvimento Industrial e Econômico de Terra Boa – PRODETERRA. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/t/terra-boa/lei-ordinaria/2009/99/985/lei-ordinaria-n-985-2009-dispoe-sobre-alteracao-de-paragrafo-acrescenta-alineas-e-revoga-leis-sobre-o-programa-de-desenvolvimento-industrial-e-economico-de-terra-boa-prodeterra?q=985-2009>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TERRA BOA. **Lei municipal n. 1474**, 29 de novembro de 2017. Altera a redação do inciso I do artigo 7º da Lei Municipal nº 985/2009, que dispõe sobre o PRODETERRA, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/t/terra-boa/lei-ordinaria/2017/147/1474/lei-ordinaria-n-1474-2017-altera-a-redacao-do-inciso-i-do-artigo-7-da-lei-municipal-n-9852009-que-dispoe-sobre-o-prodeterra-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TERRA BOA. **Lei municipal n. 1502**, 9 de maio de 2018. Altera a redação do inciso V do artigo 7º da Lei Municipal nº 985/2009, que dispõe sobre o PRODETERRA, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/t/terra-boa/lei->

ordinaria/2018/151/1502/lei-ordinaria-n-1502-2018-altera-a-redacao-do-inciso-v-do-artigo-7-da-lei-municipal-n-985-2009-que-dispoe-sobre-o-prodeterra-e-da-outras-providencias?q=985-2009>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TRINTIN, J. G. **A economia paranaense: 1985-1998**. 2001. 205f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

THOMAZ, F. **Usos das vias urbanas em Presidente Prudente/SP: espaços públicos e legislação urbana**. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

VARGAS, J. C. B. O fenômeno da centralidade – teoria e prática (em Porto Alegre). In: Encontro de História e Teoria da Arquitetura, 10., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2006.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC, 2012.

VIANA, G. S. **Pequenas cidades no contexto metropolitano: o caso da região metropolitana de Maringá, Paraná**. 2017. 351f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 149-177.

YARED, I. O que é interdisciplinaridade?. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 167-172.

YOKOO, E. N. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. 2013. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.